



CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

THAILLINE DULLIUS

CORPOS À DERIVA E O DESEJO DE FILHOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O CORPO SOLIDÁRIO NO BRASIL

CASCADEL – PR
2025

THAILLINE DULLIUS

**CORPOS À DERIVA E O DESEJO DE FILHOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
SOBRE O CORPO SOLIDÁRIO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Cascavel.

Linha de Pesquisa: Estudos discursivos: memória, sujeito e sentido.

Orientador: Profa. Dra. Célia Bassuma Fernandes.

CASCADEL – PR
2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dullius, Thailine

CORPOS À DERIVA E O DESEJO DE FILHOS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA SOBRE O CORPO SOLIDÁRIO NO BRASIL / Thailine
Dullius; orientadora Célia Bassuma Fernandes. -- Cascavel,
2025.

129 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Discurso. 2. Corpo. 3. Mulher. 4. Maternidade. I.
Bassuma Fernandes, Célia , orient. II. Título.

THAILLINE DULLIUS

**CORPOS À DERIVA E O DESEJO DE FILHOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
SOBRE O CORPO SOLIDÁRIO NO BRASIL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Bassuma Fernandes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Profa. Dra. Denise Gabriel Witzel
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Membro Efetivo (convidado)

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da Instituição)

Cascavel, 2025

AGRADECIMENTOS

Lembro-me das palavras da minha orientadora: “a vida não para enquanto você escreve sua dissertação”. Apesar dos tropeços da vida, ainda bem que ela está lá para tornar o processo de escrita menos solitário. Ao falar em vida, refiro-me às pessoas presentes nela que fizeram parte dessa minha caminhada.

À minha orientadora, professora Célia Bassuma Fernandes, agradeço a leitura cuidadosa, os ensinamentos, a compreensão e a paciência que se fizeram presentes mesmo à distância.

À professora Dantielli Assumpção Garcia, agradeço pelas aulas da graduação, em 2018, que foram a porta de entrada para a Análise de Discurso, por todo afeto que desenvolvemos e o espaço para falar de mim.

À professora Mirielly Ferraça, agradeço a atenciosa leitura de minha pesquisa e pelas considerações durante a Banca de Qualificação.

À professora Denise Gabriel Witzel por ter aceitado, mesmo com pouco tempo, compor a banca de defesa.

Ao professor Alexandre Ferrari, agradeço pelos apontamentos para a minha pesquisa durante o Seminário de Dissertações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste, pela confiança em minha pesquisa e pela oportunidade de ter uma instituição pública, democrática e de qualidade como casa desde a minha graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa.

Aos meus amigos das Letras: agradeço ao Ivan por dividir as frustrações da escrita, por dividir a culpa quando a escrita falta, e pela amizade que vai muito além da Unioeste. À Agnes, pelo acolhimento na época da graduação, por também dividir as frustrações e por ser aquela pessoa a quem recorremos quando surgem dúvidas burocráticas. À Vitória, pela parceria do *rock*, por ser quem é, perto ou longe. À Andressa, também das Letras, de quem me aproximei por outras razões: agradeço pela amizade que está em construção.

À Bruna, que por acaso também é das Letras, mas que chegou a mim pelo amor em comum ao time do Internacional. Agradeço por dividir as frustrações da vida e do time.

À Julia Ane, agradeço pelos 16 anos de amizade. Palavras faltam. Vivemos tanto.

Ao Arthur, agradeço os momentos de risadas e desabafos.

Ao Murilo, agradeço por ser o meu pequeno descanso na loucura.

À Monica, amiga de longa data, agradeço pelas conversas serenas, por ser quem é e por aceitar quem sou.

À minha irmã, agradeço pelo conforto naquele dia em que chorei por conta do mestrado. Naquela época, o fim parecia tão distante...

Ao meu cunhado Frank, agradeço as palavras de apoio quando disse que a essa altura esperava mais da vida.

Ao meu pai, agradeço pelo apoio aos estudos e pela companhia para assistir aos jogos do Inter.

À minha mãe, agradeço pelo amor que nunca falhou, apesar de tudo que a ela faltou.

DULLIUS, Thailine. **Corpos à deriva e o desejo de filhos: uma análise discursiva sobre o corpo solidário no Brasil**. 2025. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2025.

Orientador: Profa. Dra. Célia Bassuma Fernandes

Defesa: 04/07/2025

RESUMO

Sob a perspectiva da Análise de Discurso pecheutiana, que se desenvolveu fortemente em território brasileiro, via trabalhos de Eni Orlandi e demais pesquisadores que se voltam para o discurso como objeto de estudo, este trabalho tem como objetivo investigar como o corpo solidário (Viana, 2017) é discursivizado nos portais do g1 e Folha, versões digitais dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo, respectivamente, e que constituem mídias de referência, uma vez que atuam como formadores de consenso junto à população, de acordo com Mariani (1998). A pergunta de pesquisa que nos move é: como as mulheres que “emprestam” seu corpo para gestar uma criança para outra família se significam e são significadas no/pelo discurso jornalístico digital? Mais especificamente, buscamos compreender: a) como o jornalismo digital colabora para cristalizar ou romper sentidos já enraizados sobre o corpo da mulher e sobre a “substituição de gestação” prevista pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou “barriga solidária”, designação mais utilizada pela nossa formação social e também pelos meios de comunicação de massa; b) mapear como a Igreja e a medicina colabora(ra)-m para o processo de adestramento/domesticação (Del Priore, 2009) do corpo da mulher desde a pré-história até a colonização portuguesa. Esse recorte temporal justifica-se por ser uma tentativa de investigar como os sentidos acerca do corpo da mulher herdado dos colonizadores se constituíram e foram se sedimentando ao longo do tempo; c) discutir o discurso interditado ou interdito como aquele dizer que, por razões ideológicas, sociais ou institucionais, não pode circular livremente, evidenciando os conflitos e disputas de sentido na sociedade e demonstrando que o discurso é sempre atravessado por relações de força. É nesse sentido que verificamos o apagamento da designação barriga de aluguel no *corpus* recortado para análise. O ir e vir da teoria para a prática e vice-versa, permitiu afirmar que a barriga solidária, prevista em lei em alguns países, constitui um meio eficiente para pais que não podem gerar e/ou gestar filhos e sempre que acontece, ganha muita visibilidade na mídia, adquirindo até mesmo o *status* de espetáculo, reforçando sentidos de que para ser mãe, não é preciso gerar uma criança. Entra em cena, então, a mulher, que por altruísmo ou por razões financeiras, decide emprestar o útero/barriga para gestar a criança. Neste ponto, tratamos da quebra do mito do amor materno, proposto por Badinter (1985) e segundo o qual a maternidade não é algo natural a todas as mulheres, mas uma construção histórica. Foi nesse caminho que passamos a analisar os discursos que (re-)produzem discursos hegemônicos sobre o “ser mãe”, assim como gestos de resistência, o que nos permitiu intitular como parte do título dessa pesquisa, de “corpos à deriva e o desejo de filhos”. Por fim, compreendemos que o corpo da mulher é atravessado pelas falhas e faltas, pois é assim o processo de subjetivação de sujeitos, que de um lado têm desejo de filhos, mas não podem gestá-los e, por outro, por corpos solidários, que por um gesto altruísta, procuram preencher essa falta.

Palavras-chave: Discurso; Corpo; Mulher; Maternidade.

ABSTRACT

Based on theoretical assumptions of French Discourse Analysis, this work aims to investigate how the solidary body (Viana, 2017) is discursivized on the portals of *gl* and *Folha*, digital versions of the newspapers *O Globo* and *Folha de S.Paulo*, respectively, and which constitute reference media, since they act as consensus-makers among the population, according to Mariani (1998). The research question that drives us is: how do women who "lend" their bodies to carry a child for another family signify themselves and are signified in/by digital journalistic discourse? More specifically, we seek to understand: a) how digital journalism contributes to crystallizing or disrupting deeply rooted meanings about the female body and the "gestation surrogacy" envisioned by the Federal Council of Medicine (CFM) or "surrogate motherhood," the term most commonly used in our social formation and also by the mass media; b) to map how the Church and medicine collaborated in the process of training/domestication (Del Priore, 2009) of the female body from prehistory to Portuguese colonization. This time frame is justified by its attempt to investigate how the meanings about the female body inherited from the colonizers were constituted and sedimented over time; c) to discuss prohibited or interdicted discourse as that which, for ideological, social, or institutional reasons, cannot circulate freely, highlighting the conflicts and disputes over meaning in society and demonstrating that discourse is always permeated by power relations. It is in this sense that we observe the erasure of the term "surrogate mother" in the corpus selected for analysis. The back and forth between theory and practice allowed us to affirm that surrogacy, provided for by law in some countries, constitutes an efficient means for parents who cannot conceive and/or carry children. Whenever it occurs, it gains significant media visibility, even acquiring the status of a spectacle, reinforcing the notion that to be a mother, one need not bear a child. Enter, then, the woman, who, out of altruism or financial reasons, decides to lend her womb/belly to carry the child. At this point, we address the shattering of the myth of maternal love, proposed by Badinter (1985), according to which motherhood is not something natural to all women, but a historical construct. It was along this path that we began to analyze the discourses that (re-)produce hegemonic discourses about "being a mother," as well as gestures of resistance, which allowed us to title, as part of the title of this research, "Bodies adrift and the desire for children." Ultimately, we understand that the woman's body is traversed by flaws and deficiencies, as is the process of subjectivation of subjects, who, on the one hand, desire children but cannot conceive them, and, on the other, by supportive bodies, which, through an altruistic gesture, seek to fill this lack.

Keywords: Discourse; Body; Woman; Motherhood.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	12
1 JORNALISMO EM/NA REDE.....	16
1.1 JORNALISMO NO ESPAÇO DIGITAL	17
1.2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA NOTÍCIA	22
1.3 G1 E A FOLHA DE S.PAULO COMO IMPRENSA DE REFERÊNCIA.....	24
1.4 O SILENCIAMENTO E A (INTER-)DIÇÃO DA BARRIGA DE ALUGUEL NO JORNALISMO ELETRÔNICO	29
2 CONDIÇÃO FEMININA: SEXUALIDADE E MATERNIDADE	40
2.1 CORPOS SUBJUGADOS.....	40
2.2 AS (MAL-)DITAS INFÉRTEIS.....	45
2.3 AS ONDAS FEMINISTAS NO BRASIL E A MUDANÇA NOS ARRANJOS FAMILIARES	50
2.4 CORPO E CIÊNCIA: A MEDICINA REPRODUTIVA	56
3 NOS LIMITES DO (IN-)DIZÍVEL	59
3.1 O EMBATE DE SENTIDOS: GERAR E GESTAR.....	60
3.2 OS DIFERENTES MODOS DE PRODUZIR SENTIDOS	64
3.3 DO NÃO DITO AO NÃO VISTO	68
3.4 À DERIVA: O CORPO INTANGÍVEL E O CORPO QUE SE DEIXA MANIPULAR.....	75
3.5 EFEITO METONÍMICO: A PARTE DE UM CORPO	78
EFEITO DE FECHAMENTO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXOS	93
ANEXO 1 “MULHER VIRA BARRIGA SOLIDÁRIA PARA REALIZAR SONHO DA PRIMA EM MS: 'AMOR NUNCA É DEMAIS'”, G1	93
ANEXO 2 “MULHER GERA BEBÊ DE CASAL DE AMIGOS E FAZ ENSAIO FOTOGRÁFICO COM ROSTO ESCONDIDO: 'APENAS A BARRIGA SOLIDÁRIA, NÃO SOU A MÃE'”, G1.....	99
ANEXO 3 “SOU BARRIGA SOLIDÁRIA PELA SEGUNDA VEZ EM DOIS ANOS”, FOLHA DE S.PAULO	106
ANEXO 4 “MULHERES SEM ÚTERO RECORREM A BARRIGAS SOLIDÁRIAS E ADOÇÃO PARA SEREM MÃES”, FOLHA DE S.PAULO	110
ANEXO 5 “MULHER ACEITA SER BARRIGA SOLIDÁRIA DE AMIGOS NO RS: 'CARREGO O SONHO DE PESSOAS QUE AMO'”, FOLHA DE S.PAULO	119
ANEXO 6 “BARRIGA SOLIDÁRIA DE CUNHADA GERA BEBÊ DE MULHER QUE REMOVEU ÚTERO AO TRATAR CÂNCER, EM JAPIRA: 'É SÓ GRATIDÃO'”, G1	124

ANEXO 7 “MULHER EMPRESTA BARRIGA PARA GERAR FILHO DA IRMÃ QUE NÃO PODE ENGRAVIDAR: 'ESTAMOS REALIZANDO ESSE SONHO’”, g1	127
---	-----

*É estranho ter um corpo onde se alojar, um corpo
onde sangue molhado corre sem parar, onde a
boca sabe cantar, e os olhos tantas vezes devem
ter chorado. Ela é um 'eu'.
(Clarice Lispector)*

PRIMEIRAS PALAVRAS

*Tenho medo de escrever. É tão perigoso.
Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que
está oculto – e o mundo não está à tona,
está oculto em suas raízes submersas em
profundidades do mar. Para escrever,
tenho que me colocar no vazio. Neste vazio
é que existo intuitivamente. Mas é um vazio
terrivelmente perigoso: dele arranco
sangue. Sou um escritor que tem medo da
cilada das palavras: as palavras que digo
escondem outras – quais? Talvez as diga.
Escrever é uma pedra lançada no poço
fundo.
(Clarice Lispector)*

O objetivo principal desta dissertação é investigar como as mulheres que são corpos solidários¹ são significadas e se significam no discurso jornalístico digital, em reportagens que circularam nos portais de notícias digitais g1 (Grupo Globo) e na Folha de S.Paulo (Grupo Folha), analisando como os sentidos são repetidos no processo de produção dos discursos ao longo dos anos e/ou retornam atualizados no eixo da formulação.

Neste trabalho, a pergunta de pesquisa que nos move é, então: como as mulheres que “emprestam” seu corpo para gestar uma criança para outra família se significam e são significadas no/pelo discurso jornalístico digital?

Para que possamos responder essa pergunta, iniciamos nosso trabalho buscando compreender como o jornalismo digital colabora para cristalizar ou romper sentidos já enraizados sobre o corpo da mulher e sobre a “gestação de substituição” ou “barriga solidária”, designações utilizadas pelos meios de comunicação recortados para análise e previstas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

É importante frisar que nosso recorte contemplava, inicialmente, a análise de discursos sobre a barriga de aluguel, no Brasil, procedimento em que a mulher “aluga” seu corpo, para obter algum tipo de lucro financeiro, já que a palavra “aluguel”, no domínio do direito, ecoa sentidos sobre a cessão do uso, de bem móvel ou imóvel, por um tempo determinado e mediante pagamento. No entanto, tendo em vista que esse

¹ Neste trabalho, optamos por utilizar a designação “corpo solidário” (Viana, 2017), ao invés de outras designações utilizadas para nomear a mulher que gesta um filho que não tem sua carga genética.

procedimento não encontra amparo legal no país, essa prática, assim como essa designação, é silenciada nas materialidades analisadas, constituindo um discurso interdito.

No seu lugar, irrompem discursos sobre a “barriga solidária”, que ecoa o sentido de “empréstimo” de um corpo para gestar uma criança, sem que haja, no entanto, qualquer tipo de benefício financeiro. Por essa mesma perspectiva, e por compreender que uma gestação não envolve apenas o útero da mulher, optamos pela designação corpo solidário, tal como proposto por Viana (2017), em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao tratar das mudanças provocadas no corpo da mulher como um todo durante e após a gestação. Conforme a pesquisadora, na gestação de substituição, “[...] o corpo da mulher está envolvido nesse processo, não somente a barriga” (Viana, 2017, p. 16).

Concordamos com a enfermeira de que gestar uma criança vai além de ceder/doar temporariamente o útero, pois, como se sabe, a gravidez provoca uma variedade de mudanças no corpo da mulher, que passa a sofrer com sintomas físicos, como inchaços, dores, náuseas, além das oscilações hormonais, que podem causar variações de humor, maior sensibilidade, ansiedade e, em casos mais graves, depressão durante ou após a gestação. Esses são apenas alguns efeitos que ocorrem no corpo da mulher em diferentes fases da gestação e podem variar de uma para outra, mas certo é que não há mulher que não tenha seu corpo transformado ao gestar um bebê

Optamos também por essa designação por considerarmos o corpo como um lugar discursivo e também para nos afastarmos das outras designações que pensam o corpo que gesta como constituído apenas de um útero (processo metonímico). Importante também dizer, que o adjetivo “solidário” se alinha à legislação brasileira que não permite o procedimento como uma troca comercial.

Em relação às determinações legais, uma das poucas leis que regulamentam o procedimento da gestação por substituição ou barriga solidária no Brasil é a mais recente Resolução CFM nº 2.320/2022, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que determinou algumas regras para essa prática que não pode ter caráter lucrativo ou comercial, além de estabelecer que a cessão temporária de útero só pode ser feita se houver parentesco consanguíneo até quarto grau de um dos parceiros: (primeiro grau (mãe/filha); segundo grau (avó/irmã); terceiro grau (tia/sobrinha) e quarto grau (primas). Caso não haja nenhum vínculo consanguíneo, é necessária a autorização do referido conselho.

Como aporte teórico, adotamos a Análise de Discurso (AD) herdada de Michel Pêcheux, que se expandiu em território nacional a partir dos trabalhos de Eni Orlandi e de outros pesquisadores, que elegem o discurso como objeto de estudo. Para proceder às análises, levamos em consideração o dispositivo teórico-analítico da teoria materialista do discurso e que abrange o conjunto de conceitos que compõem o arcabouço teórico da AD e aqueles que serão mobilizados durante as análises, permitindo compreender como se dá o processo discursivo. De acordo com Orlandi (2015, p. 25), “embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica”. Isso significa que o analista “pinça” as noções que melhor lhe permitem explicar por que irromperam determinados discursos e não outros em seu lugar.

Pensando no nosso *corpus*, dentre as diversas noções que compõem o dispositivo teórico da teoria materialista do discurso, trabalhamos em um movimento pendular (Petri, 2013), entremeando teoria e prática, isto é, mobilizando, sempre que necessário, conceitos que constituem o escopo teórico da teoria materialista do discurso, pois como diz Orlandi (2015, p. 25), durante o gesto de interpretação, é possível que outros conceitos da AD sejam revisitados, já que eles funcionam como nós em uma rede.

Com relação à estrutura, dividimos esta pesquisa em três seções. Na primeira seção, intitulada “Jornalismo em/na rede”, em 1.1, abordamos o espaço digital como lugar de formulação e circulação de sentidos, considerando, que no momento atual, o jornal digital tornou-se um espaço de constante atualização e de rápido acesso. Em 1.2, buscamos compreender o funcionamento da circulação das notícias no meio digital. Em 1.3, descrevemos os canais digitais g1 e Folha e elucidamos o porquê são considerados mídias de referência (Mariani, 1998). Em 1.4, passamos para o batimento entre descrição e análise, ou nos termos de Petri (2013), a movimentar o “pêndulo”, abordando, porque a designação “barriga de aluguel” é silenciada/interditada no Brasil e, mais especificamente, no jornalismo eletrônico, lugar onde os discursos recortados para análise irromperam.

Na segunda seção, em 2.1, a fim de, ainda que ilusoriamente, determinar o efeito de origem dos sentidos naturalizados sobre a maternidade, investigamos como se deu o processo de adestramento/domesticação da mulher no Brasil Colônia, enfatizando especialmente os discursos da Igreja e da medicina e como esses sentidos reverberam até hoje, pelo funcionamento da memória discursiva. Ainda nessa seção, em 2.2, o objetivo foi compreender como as mulheres que não podiam ter filhos eram discursivizadas

(“secas” e “amaldiçoadas”). Na subseção seguinte (2.3), trazemos as ondas dos movimentos feminista no Brasil, suas lutas e conquistas, pensando em como se deu, a partir daí, mudanças nas configurações familiares. Em 2.4, contextualizamos o surgimento de técnicas de reprodução assistida (TRA).

Na última seção, consideramos o corpo como uma materialidade discursiva e analisamos o corpo solidário e o corpo da mãe como o “lugar do visível e do invisível” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 105), isto é, como corpos à deriva que ora deslocam sentidos, rompendo com o ritual da ideologia dominante ora inscrevem nos sentidos historicamente cristalizados.

Em 3.1, apresentamos uma sequência discursiva recortada do *corpus* que analisamos, para pensarmos como a mulher que “empresta” o corpo inscreve o dizer na FD que designamos de FD do mito amor materno, numa referência à obra consagrada de Badinter (1985). Em “Os diferentes modos de produzir sentidos” usamos verificar, também, como as mulheres que não pod(e)-iam ter filhos eram/são discursivizadas no/pelos diferentes domínios do saber e como elas próprias se significam. Nesse sentido, discutimos os efeitos de sentido dos verbos *gerar* e *gestar* e as designações: “cessão temporária de útero”, “útero de substituição”, “gestação de substituição”, “barriga solidária”, “barriga de aluguel”, “mãe substituta”, “mãe de aluguel”, “mãe hospedeira” e “mãe por procuração”. Ainda, tomando o corpo como materialidade discursiva, pensamos também nos mecanismos de controle sobre o corpo feminino para a falha, a falta e o desejo.

Em 3.3, trazemos o conceito de silêncio, tal como teorizado por Orlandi, procurando articulá-lo com o *corpus*. Em 3.4, lidamos com o desejo, com os movimentos de resistência e de reprodução de sentidos, com os corpos à deriva. Por fim, em 3.5, utilizando as manchetes de nosso arquivo, desenvolvemos análises sobre o corpo solidário e sobre a barriga como um corpo fragmentado, como parte de um corpo.

1 JORNALISMO EM/NA REDE

*Em meio à urgência,
decreto a minha maioria
A minha infinita capacidade
A espontânea vontade para o que vier
Serei mãe.
Das minhas próprias ideias,
das escolhas
do progresso.
Está bem doutor,
a consulta é semana que vem...
Resolvi ficar com a minha consciência
Ela diz que vou parir,
mas não posso parar agora.
(Cristiane Sobral)*

Segundo Mariani (1996), o discurso jornalístico “exerce uma função social e política não apenas porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve na mediação de opiniões” (Mariani, 1996, p. 59). Para compreender como a mulher que é corpo solidário é significada no *corpus* recortado para análise, é necessário compreender, primeiramente, o lugar em que esses discursos circulam, quais efeitos de sentido produzem e quais formações discursivas lhes perpassam.

Portanto, nesta seção, tratamos do surgimento do jornalismo no espaço digital (*na rede*), a partir de dois grandes conglomerados de *mass media*, quais sejam o g1 (Grupo Globo) e Folha de S.Paulo (Grupo Folha), que funcionam como imprensa de referência, devido ao alcance, à credibilidade, por trazer a notícia quase em tempo real e, principalmente, por colaborar para a formação de opiniões, ou em termos discursivos, para a disseminação de ideologias (*em rede*).

Do nosso ponto de vista, tanto o g1 como o Folha de S.Paulo são fundamentais para o ecossistema informativo no Brasil, especialmente, em um momento em que a desinformação é uma preocupação crescente. Trazemos essa discussão, neste ponto do trabalho, não apenas para justificar o recorte do *corpus*, mas para buscar compreender como se deu a passagem do jornalismo impresso para o digital e sobre como esses dois meios de comunicação de massa – com suas semelhanças e diferenças – fazem circular (ou silenciam) discursos polêmicos, como, por exemplo, a “barriga solidária” ou “barriga de aluguel”, colaborando para sedimentar/deslocar certos sentidos sobre o que é (ou não) “ser mãe”.

1.1 JORNALISMO NO ESPAÇO DIGITAL

O século XX foi marcado pela rápida evolução da tecnologia, que trouxe consigo a rede mundial de computadores, permitindo-nos conhecer diversos lugares, fazer novas amizades, manter contato com a família e amigos distantes (ou não), além de nos informar, de forma rápida, sobre tudo o que se passa no mundo quase em tempo real, independentemente do lugar onde estamos. Exemplo disso, é que durante a pandemia de COVID-19, o espaço digital supriu, ao menos em parte, nossa necessidade de sair às ruas. Trancados em casa, aprendemos que quase todas as tarefas cotidianas podiam ser feitas na rede.

Levy (1999, p.17) reafirma a importância do ciberespaço na circulação das informações. Para o autor, o ciberespaço, também designado por ele de "rede", é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. Para o autor, o termo especifica “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 2010, p. 17).

Ao pensar em como os discursos são produzidos e circulam, no espaço digital, retomamos os momentos do processo de produção de sentidos dos discursos apontados por Orlandi (2012):

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
2. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (Orlandi, 2012, p. 9).

Conforme a autora, a constituição determina a formulação (intradiscurso), que “[...] se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam ‘corpo’”. Para a autora, “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Ou seja, falamos com palavras já-ditas, mas que não são repetidas mecanicamente, pois ao formular o discurso, o sujeito retoma discursos que já circularam antes, em outro lugar (interdiscurso), mas ao trazê-los para o fio do discurso, eles são atualizados. De acordo com Orlandi (2012, p. 11):

Isto tudo pode ser resumido na perspectiva discursiva dizendo-se que o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o

intradiscurso (formulação, dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer). Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical, estratificada, constituição).

Isso significa que sentidos e sujeitos se constituem ao mesmo tempo e que não é possível compreender como um texto significa levando em conta apenas o funcionamento interno da língua. É preciso considerar as condições de sua produção, que em sentido estrito, compreende o sujeito e as circunstâncias da enunciação e em sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico que fez com que ele retornasse ao eixo da formulação.

A circulação, de acordo com a autora, diz respeito aos “trajetos dos dizeres”, são como eles “se mostram” (Orlandi, 2012, p. 11). Desse modo, o lugar em que os discursos circulam também é importante para compreender o processo discursivo, porque os “meios” nos/pelos quais eles circulam nunca são neutros. De acordo com a autora, “os sentidos são como se constituem, como se formulam e circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc.)” (Orlandi, 2012, p. 12).

Para os propósitos deste trabalho, compreendemos o espaço digital como o lugar onde o discurso jornalístico se materializa e é também nele que o sujeito se significa e significa o que está a sua volta. Por essa perspectiva, o espaço digital é considerado um espaço bastante “democrático”, pois além de permitir a circulação de uma grande variedade de tipos de textos, nele, os sujeitos podem assumir uma posição diante daquilo que lhes é dado a ver/ler e a pensar.

Podemos dizer, então, que o digital provocou mudanças profundas na forma como a informação é produzida, distribuída e consumida e uma das diferenças mais notáveis entre o formato impresso e o digital diz respeito à circulação das notícias — ou seja, à maneira como elas chegam ao público. Para Indursky (2017), o jornalismo eletrônico liberta o leitor do lugar de “prisioneiro” de uma única mídia digital ou de uma única linha editorial, inaugurando um novo modo de escrita e de leitura, já que nele, “[...] o leitor pode movimentar-se entre as mídias, deslocando-se pelos nós da rede” (Indursky, 2017, p. 82).

Além disso, podemos dizer que o jornalismo digital rompeu com os limites físicos, temporais e geográficos que caracterizavam a circulação da informação na era do papel.

No modelo impresso, a circulação das notícias depende de uma estrutura logística complexa — gráfica, transporte, bancas, assinaturas. Essa forma tradicional limita a disseminação da informação no território onde o jornal é fisicamente distribuído, além de ser marcada pela periodicidade fixa: as edições são diárias ou semanais e não permitem alterações após a impressão. Isso torna o jornal impresso menos ágil diante da velocidade dos acontecimentos, especialmente, aqueles de última hora.

Já o ambiente digital, como aponta Castells (2009), é moldado por redes digitais interconectadas, em que a circulação é instantânea, descentralizada e contínua. A notícia pode ser publicada e lida em tempo real, acessada por meio de diferentes dispositivos e plataformas, como *sites*, aplicativos e redes sociais. Além disso, o jornalismo digital permite atualizações frequentes, corrigindo erros ou acrescentando novos dados à medida em que os acontecimentos se desdobram.

Nesse novo ecossistema, os veículos de comunicação não apenas circulam a informação com mais velocidade e alcance, mas também dialogam diretamente com o leitor, que pode curtir, comentar e até compartilhar aquilo que lhe interessa. Isso modifica radicalmente o funcionamento unidirecional da circulação tradicional. Como observa Lévy (1999), o ciberespaço permite uma inteligência coletiva, já que o público deixa de ser apenas receptor e passa a atuar como difusor de conteúdo. Em resumo, a principal diferença entre o jornalismo impresso e o digital, no que diz respeito à circulação, reside no ritmo, no alcance e na fluidez da distribuição das notícias. Enquanto o impresso é limitado e linear, o digital é dinâmico, expansivo e adaptável às demandas de uma sociedade hiperconectada.

Conforme Dias (2011), o jornalismo digital vem alcançando um público cada vez maior, porque é produzido de forma rápida e acessível, além da sua facilidade de circulação, pois ao mesmo tempo em que o sujeito está navegando em *sites* de relacionamentos, realizando compras e/ou estudando, pode abrir uma nova janela e buscar as notícias do dia ou conteúdos diversos, comparando, inclusive, como um mesmo acontecimento jornalístico é noticiado por diferentes veículos de comunicação.

Para Dela-Silva (2015), o acontecimento jornalístico é uma prática discursiva que “promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico” (Dela-Silva, 2015, p. 224). Desse modo, trata-se de um funcionamento discursivo específico por considerarmos as mídias de grande circulação instituições que desempenham uma função política, social e ideológica.

Para a autora, o acontecimento jornalístico leva em conta o funcionamento do discurso jornalístico, ou seja, considera as práticas jornalísticas que estão relacionadas àquilo que pode ser posto em circulação e que levam em consideração o interesse do público, entre outros critérios, que tornam as mídias jornalísticas um meio de comunicação e entretenimento (Dela-Silva, 2016).

No entanto, como qualquer outro discurso, as mídias não são apenas meras transmissoras neutras de informações: são instituições que, ao atuarem discursivamente, desempenham uma função social, política e ideológica. Portanto, para a autora, trata-se de “pensar nas práticas jornalísticas discursivamente” (Dela-Silva, 2016, p. 263). Ou seja, faz-se necessário compreender que o que se noticia, como se noticia e o que se silencia são efeitos do funcionamento da linguagem atravessada por relações de poder, pelo funcionamento da memória discursiva e das posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos.

Segundo Dela-Silva, o discurso jornalístico é capaz de atualizar e retomar sentidos em curso, mas, por se tratar de uma mídia em circulação, “o sentido não poderia ser outro que não aquele que se constitui a partir da posição discursiva da mídia que, graças a sua ampla circulação, ressoa como voz uníssona” (Dela-Silva, 2016, p. 264).

Assim, embora o discurso jornalístico mobilize formulações aparentemente heterogêneas, seu funcionamento é atravessado por formações discursivas que estabilizam certos sentidos, produzindo efeitos de evidência. O que se apresenta como pluralidade de sentidos, muitas vezes, resulta da operação de um mesmo posicionamento discursivo, que, ao se repetir, inscreve o discurso no domínio do já-dito, abrindo espaço para a ilusão de que os sentidos são naturais e/ou universais.

Logo, o acontecimento jornalístico pode não promover rupturas, mas configura práticas que “não se dão fora de uma memória discursiva e (re-)colocam em circulação sentidos sobre o sujeito e o que (não) se pode dizer sobre a sua condição” (Dela-Silva, 2016, p. 264). No batimento entre descrição e interpretação, as análises nos levaram a questionar a (re-)produção e/ou o deslocamento de sentidos sobre o mito do amor materno (Badinter, 1985), especialmente quando os discursos sobre a gestação de substituição ou barriga solidária apontam para efeitos de sentido relacionados ao desejo de filhos.

As formulações que associam a gestação ao “ato de amor” ou ao “desejo legítimo de ser mãe”, bem como os efeitos de sentido produzidos por “emprestar” solidariamente o útero atualizam sentidos sobre a maternidade como destino e o amor materno como essência do corpo da mulher.

Nesse sentido, retomamos a advertência de Pêcheux (1997) sobre a impossibilidade de analisar o discurso como autossuficiente, sem referi-lo às condições de produção que delineiam o campo do dizível.

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada em si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção (Pêcheux, 1997, p. 79).

No caso do discurso jornalístico, essas condições de produção não se limitam ao momento histórico ou à conjuntura política, mas englobam também os dispositivos institucionais e materiais das mídias: a temporalidade acelerada da notícia, a busca por objetividade, os critérios de relevância, o interesse do público e a lógica de audiência.

Todos esses elementos funcionam como operadores discursivos que delimitam quais acontecimentos ganham visibilidade, como são nomeados, e que sentidos podem ou não circular. Portanto, o acontecimento jornalístico não é apenas um reflexo imediato de fatos empíricos, mas um recorte atravessado por formações ideológicas que definem os sujeitos possíveis e os sentidos que podem ser mobilizados naquele momento histórico.

Circulam, então, dizeres sobre o que é o procedimento da barriga solidária, considerando o procedimento sem compensação financeira; o ato solidário de *emprestar* o corpo para alguém por amor; o desejo de filhos como um lugar de completude. São formas de reproduzir sentidos que são possíveis e legitimados na atualidade: noticia-se barriga solidária, mas não barriga de aluguel, porque dentro das condições sócio-histórico-ideológicas em que vivemos, esse é um discurso não somente interditado, mas imoral, ilegal e antiético, tendo em vista que gerar ou gestar uma criança, não pode/não deve configurar uma transação financeira, uma vez que objetifica o corpo da mulher.

Importante lembrar também, que ao mesmo em que viralizam rapidamente, as reportagens do jornalismo digital, assim como todos os outros tipos de textos (e discursos) que circulam nesse espaço, também são efêmeras, ou seja, desaparecem ou são atualizadas na mesma velocidade com que surgem, exceto quando são transformadas em espetáculo pela mídia.

Faz-se necessário considerar, ainda, que apesar dos discursos (ilusórios) sobre o alcance da rede mundial de computadores, existe um abismo digital no Brasil, pois muitas famílias não têm acesso à *internet* e há jornais que circulam mais que outros, notícias

mais divulgadas que outras, além do algoritmo que também está a serviço daqueles que possuem mais poder midiático e financeiro.

1.2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA NOTÍCIA

Na nossa formação social, os sujeitos estão constantemente consumindo informações, por meio das mídias digitais ou televisivas. Os jornais constituem, portanto, um espaço onde inúmeros discursos são produzidos e postos em circulação a todo instante, pois na sociedade da informação, sempre há uma notícia para ser divulgada.

Existem notícias que, de tanto circularem e de tanto se repetirem, acabam adquirindo o *status* de espetáculo, principalmente, aquelas relacionadas a questões de interesse público, como as ligadas à religião, ao esporte, à política ou que envolvem crimes, dos mais diferentes tipos como, por exemplo, feminicídios e infanticídios, entre outros. Muitas vezes, essas notícias circulam nas primeiras páginas dos jornais por vários dias, até que são substituídas por outras mais recentes e/ou mais impactantes, mas ficam inscritas na memória e retornam sempre que algo novo acontece.

Por exemplo, quando as chuvas assolaram o Rio Grande do Sul, em 2024, castigando a maioria das cidades, o que vimos/lemos/ouvimos foram várias “versões” do mesmo acontecimento, todos os dias. Houve quem atribuísse a tragédia sem precedentes a uma combinação de fatores naturais, como, por exemplo, o fenômeno dos “rios voadores” – correntes de ar carregadas de umidade da Amazônia que despejam chuva concentrada em determinadas regiões – e fatores humanos, como o desmatamento ilegal, as construções em áreas de risco e a falta de manutenção em sistemas de proteção contra as cheias, pelo governo do estado gaúcho.

Notícias impactantes como essas se repetem tanto, que passam da informação para o espetáculo, ou seja, passam a ser de grande interesse da população e, portanto, circulam diariamente, de modo a prender a atenção ou a aguçar a curiosidade do sujeito leitor, alavancando as vendas ou a quantidade de acessos, como no caso do jornalismo digital.

Debord (1997) afirma que o espetáculo não tem outra função a não ser ele mesmo, ou seja, “ele existe por si e apenas para este fim”. Nesse sentido, o estudioso francês distingue o que é realidade daquilo que pode ser apenas representado. Para ele, o espetáculo só terá sentido se for visto/apreciado, isto é, se dele for tomado conhecimento. Para o autor, o fim de um espetáculo não tem tanta importância quando comparado ao seu

desenrolar, pois os fatos que vão surgindo ao longo dele podem ser mais interessantes que o fato final.

Assim como o espetáculo só tem sentido se for visto, a notícia só renderá lucro se conseguir atingir um número expressivo de leitores. É com base na quantidade de cliques que as equipes editoriais escolhem aquilo que será posto em circulação, repetindo a mesma notícia por dias, ainda que com outra “roupagem” e aquilo que será apagado/silenciado.

Debord (1997) compreende o espetáculo como parte da sociedade e, dela fazendo parte, é comum que seja visto e conhecido por todos. Ele é o combustível que produz a informação ou o fato que será divulgado, criticado, apreciado, informado, posto em circulação. Conforme o autor, “[...] toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (Debord, 1997, p.13).

Apesar de o papel da mídia ser o de comunicar e informar, Debord (1997) considera que ela o faz, por vezes, de modo exagerado, oferecendo riquezas de detalhes e com maior rapidez possível, produzindo, assim, a cultura do espetáculo. Rubim (2002), a partir das leituras do filósofo francês, afirma que o espetáculo tem um fim mercadológico, ou seja, é feito para ser comercializado e quanto mais for posto em circulação, maior será a chance de se tornar rentável, pois a mídia precisa instigar o desejo pela leitura/apreciação de um acontecimento para obter lucro por meio dele.

Sabemos, também, que os meios de comunicação e entretenimento sobrevivem da audiência e é pensando nisso que os discursos jornalísticos são produzidos, uma vez que é preciso manter os índices já atingidos e elevá-los a todo o momento. Para tanto, é necessário que os meios de comunicação de massa sejam mais rápidos e precisos do que a concorrência, pois muitas vezes, a notícia “em primeira mão” é a que fica, a que marca mais, tanto pela rapidez com que circula, como pela escolha do grupo editorial, do que e como será posto em circulação. Logo, a escolha do que vai circular na/em rede não é neutra e além do interesse do leitor, atende aos princípios editoriais do veículo de comunicação

Do ponto de vista discursivo, não é possível delimitar o ponto exato onde irrompe esse ou aquele discurso. Orlandi (2003) designa de discursos fundadores os discursos “[...] que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando o futuro pela frente e

que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido” (Orlandi, 2003, p. 12).

Na próxima seção, trataremos dos grandes conglomerados da mídia no Brasil, como o Grupo Globo e o Grupo Folha, que sempre mantiveram a hegemonia nas televisões dos brasileiros, nos jornais impressos e, mais recentemente, no jornalismo digital.

1.3 G1 E A FOLHA DE S.PAULO COMO IMPRENSA DE REFERÊNCIA

Com o advento da tecnologia e o rápido desenvolvimento do espaço digital, o Grupo Globo e o Grupo Folha não perderam tempo e buscaram adaptar-se ao mundo do *webjornalismo*. O Grupo Globo criou o g1 (g1.globo.com) que, em uma das abas da página que o hospeda, é significado como:

a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital. Embora os telejornais e programas da Globo possuíssem, em sua maioria, endereços na internet, suas equipes não eram dedicadas à produção de informação exclusiva. A Globo.com, por outro lado, já tinha investido na criação de alguns sites jornalísticos, mas nenhum deles estruturado com uma redação própria inteiramente dedicada à cobertura noticiosa em tempo integral (g1, [s. d.], n. p.).

O efeito de sentido produzido pelo discurso do Grupo Globo é o de pioneirismo, de ineditismo, uma vez que se coloca como a primeira empresa a desenvolver um jornal específico para o ambiente digital. Com uma estrutura própria e independente, o portal de notícias *online* passou a funcionar, desde 2006. Antes do g1, a Globo.com havia criado alguns *sites* jornalísticos, mas nenhum deles contava com a estrutura de redação própria dedicada ao jornalismo 24 horas tampouco com independência editorial e com uma equipe de jornalistas dedicada exclusivamente à produção de notícias para o meio digital.

O portal de notícias da Globo é considerado, portanto, um dos principais veículos de jornalismo digital do Brasil e se consolidou como uma fonte relevante na busca por informações, já que oferece notícias, reportagens, análises e conteúdos multimídia, incluindo vídeos e gráficos interativos. Logo, é uma referência no jornalismo digital brasileiro, marcado por sua abrangência (as notícias são atualizadas constantemente, com destaque para acontecimentos relevantes no Brasil e no mundo) e, por conta do seu alcance e marca, é considerado um veículo de credibilidade de informações, que desenvolveu também um programa de checagem de fatos.

No entanto, apesar dessa credibilidade, como qualquer outro veículo de comunicação de grande porte, enfrenta desafios e alguns críticos dizem que, como parte do conglomerado Globo, o portal reflete um viés editorial alinhado aos interesses do grupo, colocando em xeque um dos princípios básicos do jornalismo, que é a (pretensa) imparcialidade. Além disso, como acontece com veículos de comunicação de massa, há críticas sobre a superficialidade de algumas reportagens, já que o espaço digital exige rapidez e agilidade, o que pode comprometer a veracidade das informações e a profundidade com que os fatos são abordados.

Já o Grupo Folha foi pioneiro na migração do jornalismo impresso para o espaço digital, lançando sua versão *online* em 1990, e, ao longo dos anos, conseguiu se consolidar como um dos principais portais de notícias do país. A Folha, versão digital da Folha de S.Paulo, foi também um dos primeiros jornais brasileiros a implementar o modelo de *paywall*, que limita o acesso gratuito a um número restrito de matérias por mês, sugerindo aos leitores a assinatura do conteúdo digital. Esse modelo reflete uma tentativa de monetizar o jornalismo *online*, tradicionalmente baseado em publicidade, mas que viu na assinatura uma forma mais estável de gerar receita, desviando o caminho da acessibilidade digital e filtrando o público que terá acesso à informação.

O jornal destaca a importância e a diversidade de atuação do Grupo Folha no cenário da mídia brasileira, evidenciando-o como um dos principais conglomerados do país. Além do jornalismo tradicional, o grupo atua em setores como pesquisa de opinião, distribuição de conteúdo e tecnologia gráfica, produzindo o efeito de sentido de que se trata de um conglomerado multimídia robusto, que vai além da simples produção de notícias e se posiciona como uma força central no mercado brasileiro de mídia. O jornal se significa como:

[...] um dos principais conglomerados de mídia do país. Controla o jornal Folha de S. Paulo, seu site noticioso (folha.com.br), o Datafolha, um dos institutos de pesquisa mais respeitados do país, uma agência de notícias (Folhapress) e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F), um dos maiores e mais modernos parques gráficos da América Latina. É sócio da SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida com o jornal "O Estado de S. Paulo" (Folha, [s. d.], n. p.).

A combinação de uma redação influente, um instituto de pesquisa confiável, uma agência de notícias e infraestrutura avançada permite ao Grupo Folha consolidar sua influência e continuar relevante em um setor altamente competitivo. Podemos dizer,

portanto, que o jornalismo digital feito pela Folha de S.Paulo, por meio do portal Folha.com.br, é um dos mais importantes e influentes no cenário brasileiro.

Um ponto chave da identidade do jornal, que se traduz também em seu portal digital é o efeito de pluralidade editorial, já que o jornal abre espaço para diferentes colunistas com opiniões variadas. Desse modo, o leitor encontra uma diversidade de pontos de vista sobre política, economia, cultura, esporte, ciência, saúde, tecnologia, etc. Além disso, há uma seção internacional, que possibilita aos leitores acompanhar os acontecimentos de outros lugares do mundo. O portal também oferece conteúdo especializado e colunas opinativas sobre temas diversos, atraindo leitores com interesses variados.

A cobertura de grandes eventos ao vivo, com atualização em tempo real e os grandes “furos” jornalísticos são exemplos da agilidade no jornalismo digital do Grupo Folha. Outro ponto forte é sua tradição no jornalismo investigativo, que assim como no jornal impresso, continua a se destacar no espaço digital, com reportagens que, devido ao seu poder de circulação, impactam a política e a sociedade como um todo.

Assim como o g1, o Grupo Folha tem investido fortemente na verificação dos fatos, diante do aumento da desinformação e da ampla circulação das *fake news*, com uma equipe dedicada a investigar/checar conteúdos que circulam na *internet*, produzindo um efeito de sentido de um veículo de comunicação sério e comprometido com a verdade, que irá garantir informações verdadeiras para os leitores.

O Grupo aposta, ainda, em uma relação mais interativa com o público e, nesse sentido, os usuários podem tecer comentários nas matérias, participar de enquetes e acessar conteúdos exclusivos por meio de assinaturas. Além disso, a Folha é ativa nas redes sociais, o que amplia seu alcance e engajamento com diferentes faixas etárias. Mas, apesar do sucesso, o grupo enfrenta desafios comuns ao jornalismo digital, como a necessidade de equilibrar a agilidade na publicação de notícias com a qualidade e profundidade do conteúdo. Há também uma constante pressão em relação à concorrência de mídias independentes e de outros portais de notícias que adotam um modelo de acesso gratuito, competindo pelo tempo e atenção dos leitores.

Em síntese, o Grupo Folha adaptou-se ao espaço digital, que requer uma constante atualização de informações e opiniões, investindo em tecnologias, formatos interativos e na estratégia da monetização por assinaturas. Contudo, o desafio de manter-se competitivo e relevante em um ambiente digital em constante transformação é uma preocupação constante, que exige um olhar atento à inovação, mas não compromete a

qualidade jornalística, a diversidade editorial e a credibilidade que sempre marcaram esse meio de comunicação de massa.

Os discursos que circulam, então, nas abas dos portais de notícias dos quais recortamos o *corpus* deste trabalho, encaminham para efeitos de sentido de agilidade e de inovação, já que o ambiente digital passou a configurar um espaço em que as notícias circulam muito rapidamente, quase ao mesmo tempo em que acontecem, em ambos os portais. No entanto, pensamos que a agilidade e o imediatismo podem produzir o equívoco e, nesse sentido, tanto o g1 como a Folha colocam-se em uma posição de privilégio, preparados para checar a veracidade dos fatos.

Outro ponto em comum entre os dois portais de notícias é a forma como tratam o usuário, que não mais assume o lugar de mero espectador do que acontece pelo mundo, mas pode se posicionar diante daquilo que lê/vê, ou seja, a interatividade é uma marca forte do jornalismo digital.

Quanto à credibilidade, tanto o g1 quanto a Folha são amplamente reconhecidos no jornalismo digital brasileiro, mas cada um construiu essa credibilidade de maneira distinta. O g1 aposta na agilidade e abrangência, sustentado pelo poder midiático da Rede Globo – maior grupo de comunicação do Brasil e um dos maiores do mundo – e além de garantir a rapidez na disseminação de informações, controla uma enorme parcela do mercado televisivo, o que lhe confere uma capacidade de “moldar” a opinião pública de forma muito mais ampla do que outros *mass media*.

No entanto, por estar associado a esse grande conglomerado de mídia, o g1 tem sido alvo de críticas, acusado de, muitas vezes, manter uma postura favorável às elites políticas e econômicas do Brasil, o que supostamente impactaria a sua cobertura jornalística. Como exemplos, podem ser citados o apoio ao então candidato à presidência da república, em 1989, Fernando Collor de Mello e a cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, cuja cobertura, segundo especialistas, nada teve de “imparcial”.

A Folha, como já mencionamos, é a versão digital da Folha de S.Paulo, um dos jornais mais antigos e tradicionais do Brasil, com mais de 100 anos de história e que se firma pela profundidade com que trata os fatos, pluralidade de opiniões e independência editorial. Ou seja, a versão digital “herda” a reputação da versão escrita, conferindo-lhe um alto grau de credibilidade.

A tradição de jornalismo investigativo e reportagens aprofundadas da Folha é uma das principais razões pela qual o público confia em suas publicações digitais, mas talvez

o maior sucesso venha dessa pluralidade de opiniões, tendo em vista que adota, pelo menos como se significa, uma postura de "crítica independente", procurando manter certo distanciamento de grupos políticos e empresariais hegemônicos, o que colabora para produzir o efeito de sentido de credibilidade, angariando, assim, a confiança do público em seu jornalismo.

Pensando na importância e na ampla circulação desses jornais eletrônicos e pautando-nos nos estudos de Mariani (1998), podemos dizer que esses jornais constituem uma “imprensa de referência”, porque atuam na “fabricação” de consensos sociais, buscando articular e harmonizar diferentes discursos para estabilizar determinados sentidos.

Por exemplo, quando um jornal impresso ou eletrônico coloca em circulação uma reportagem sobre a barriga solidária ou barriga de aluguel, ele não está apenas reportando fatos, mas também influenciando a maneira como esses discursos serão interpretados e discutidos pela sociedade. O jornal se posiciona, então, como uma "imprensa de referência", que não apenas informa, mas colabora para “moldar” a maneira como os sujeitos interpretam aquilo que leem e que tende a viralizar rapidamente, atuando na legitimação de certos discursos e apagamento/silenciamento de outros.

Podemos dizer, então, que tanto o portal g1 como a Folha de S.Paulo constituem “mídias de referência”, porque ocupam um espaço de destaque no ecossistema informativo do Brasil, tendo em vista que os discursos que neles circulam, produzem efeitos de sentido de credibilidade e de pretensa transparência. Contudo, como sabemos, para a teoria materialista do discurso, nenhum discurso é neutro/imparcial e, ao noticiar um fato, são feitas escolhas para evidenciar ou apagar informações, isto é, há um jogo entre o “dizer” e o “calar”. Segundo Mariani (2006):

O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretenso domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade. [...] Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante (Mariani, 2006, p. 34).

Em relação a esse apagamento discutido por Mariani (2006), entendemos que ele é constitutivo do jornalismo tanto impresso quanto eletrônico, ou seja, é uma das formas de silenciamento (retomaremos os tipos de silêncio, segundo Orlandi (2007a), mais

adiante), visto que o que é dito e o que é apagado sobre a “barriga solidária” ou “barriga de aluguel” resulta das “escolhas” dos jornalistas e editores dos jornais, uma vez que o discurso jornalístico

funciona desambiguizando o mundo, constituindo modelo de compreensão da realidade. Daí seu caráter ideológico: por contribuir na construção das evidências, a imprensa atua no mecanismo de naturalização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A imprensa, então, ajuda a construir/desconstruir a memória histórica oficial num processo que para o leitor passa como despercebido (Mariani, 1999, p. 112).

Isso significa que, como vimos afirmando, a imprensa não é neutra/imparcial, pois “o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação sujeito com a língua” (Orlandi, 2015, p. 50).

Assim, as mídias digitais, geridas pelos jornalistas, colocam em circulação aquilo que “escolhem”, isto é, em relação a sua inscrição em uma ou outra(s) formação discursiva (FD) – definida pelo fundador da AD, como: “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1995, p. 160, grifo do autor) – ou ainda, atendendo aos interesses dos veículos de comunicação para os quais trabalham, reforçando, mais uma vez, que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (Orlandi, 2015, p. 40).

1.4 O SILENCIAMENTO E A (INTER-)DIÇÃO DA BARRIGA DE ALUGUEL NO JORNALISMO ELETRÔNICO

Na seção anterior, tratamos da hegemonia de dois grandes conglomerados de comunicação no Brasil, quais sejam, o Grupo Globo e o Grupo Folha, que têm investido bastante no jornalismo digital (g1 e A Folha, respectivamente), que se diferencia do impresso, pela agilidade e rapidez com que faz circular as notícias e por “atualizar” aquilo que noticia a cada vez que fatos novos acontecem ou sempre que achar necessário.

Pela perspectiva discursiva, todo dito é um já-dito, ou seja, conforme Orlandi (2015), o que funciona nos processos discursivos é a memória discursiva, compreendida por ela como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2015, p. 29).

Essa repetição gera a regularização, segundo Pêcheux (1999), ou seja, de tanto se repetirem, os discursos são sedimentados, naturalizados e passam a ser da ordem do “evidente”. Por esse viés, o discurso jornalístico constitui “um elemento fundamental na representação e re-produção dos “consensos de significação” resultantes das hegemonias [...]” (Mariani, 1998, p. 44). Esses “consensos de significações determinam o que os leitores [...] podem e devem saber” (Flores, 2022, p. 16).

Do nosso ponto de vista, os portais analisados constituem mídias de referência, porque os discursos por eles produzidos e que neles circulam têm um grande alcance e prestígio social e colaboram para a legitimação de certos discursos e apagamento de outros, ou seja, colaboram na fabricação de “consensos de significação”. Isso porque funcionam na construção do imaginário coletivo, influenciando a opinião pública e servindo como fontes de informação consideradas confiáveis e legitimadas pela sociedade. Dizendo de outro modo, essas mídias de referência buscam articular e harmonizar diferentes pontos de vista (discursos) para estabilizar/legitimar ou apagar/silenciar determinados sentidos, que podem parecer "naturais" ou "óbvios", mesmo que sejam (e são) ideologicamente marcados.

Nesse sentido, esses jornais digitais, assim como os impressos, funcionam como Aparelhos Ideológicos de Estado, porque têm o poder de formar e reforçar valores, crenças e visões de mundo compartilhadas por um conjunto de “instituições especializadas”, que compõem a sociedade, como o sistema das diferentes igrejas, o sistema das escolas públicas e/ou privadas, a mídia, a justiça (Althusser, 1985). Em termos discursivos, dizemos que eles colaboram para sedimentar “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (Pêcheux, 1997, 166).

Ao fazer circular ou apagar/silenciar certos discursos, por meio da inscrição dos dizeres em dadas FDs, os jornais digitais colaboram para a (re-)produção das ideologias dominantes, que podem se cristalizar ainda mais no consenso coletivo. Essas mídias de referência são, portanto, fundamentais na estruturação do espaço público de debate, pois possuem um poder expressivo na produção de sentidos, na formação de consensos e na circulação de discursos hegemônicos. Desse modo, elas não apenas informam, mas desempenham um papel crucial na construção dos consensos de significação e no funcionamento das relações de poder dentro do campo discursivo.

Para Mariani (1998), os "consensos de significação" referem-se aos acordos implícitos e estabilizados sobre certos discursos, resultantes da ação das hegemonias de comunicação, em um determinado contexto. Esses consensos são formados quando um sentido se torna amplamente aceito e naturalizado pela sociedade, de forma que passa a ser compreendido como "verdadeiro" ou "óbvio", apesar das disputas ideológicas, apagando/silenciando outros em função das relações de poder que regem a nossa formação social.

No entanto, embora pareçam estáveis, os consensos de significação constituem sempre lugar de disputa contínua entre diferentes formações discursivas. Eles podem ser contestados e transformados à medida que outros discursos ganham visibilidade e desafiam o que antes era considerado "senso comum". Portanto, os consensos são sempre provisórios e sujeitos às mudanças, dependendo do contexto sócio-histórico-ideológico no qual irrompem.

Os "consensos de significação" resultam, então, da ampla circulação e/ou da viralização dos discursos nos meios de comunicação de massa, que, por meio de práticas de poder simbólico, impõem certos sentidos como dominantes e naturais. Para Mariani (1998), todavia, esses consensos não são neutros, mas constituem um modo de fazer circular ou apagar/silenciar/deslegitimar discursos que se inscrevem em FDs, que mantêm entre si, determinadas relações de força. Eles representam o ponto em que o discurso hegemônico parece estabilizado, mas que, na verdade, está sempre em constante disputa e potencial transformação. De acordo com a autora:

Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido 'natural' para a instabilidade do presente (Mariani, 1998, p. 45).

Essa construção desse sentido 'natural' é o que irrompe nos discursos sobre a "barriga solidária", procedimento em que não há comercialização, isto é, em que aquela que gesta a criança não espera nenhum bem material em troca, diferentemente, da prática da "barriga de aluguel", proibida por lei no Brasil, e cujos discursos são apagados regularmente nos meios de comunicação de massa, inclusive no espaço digital.

Para exemplificar esse apagamento, pensamos em práticas como a do aborto que seguem acontecendo às escuras, provocando prejuízos para a saúde física e mental de milhares de mulheres brasileiras, levando-as até mesmo à morte. Com a barriga de aluguel

não é diferente, ela também existe no Brasil e apesar de configurar uma contravenção, continua acontecendo.

Não cabe aqui, discutir os motivos que levam uma mulher a gestar o filho de outra ou levar adiante uma gestação de substituição, de forma comercial, isto é, mesmo sem satisfazer os critérios da legislação brasileira. Dentre eles, destacamos, talvez, a principal delas: a compensação financeira, tendo em vista que essas mulheres podem aceitar ser barrigas de aluguel porque veem nisso uma oportunidade de melhorar suas condições de vida ou as de suas famílias.

No jornalismo impresso ou digital, a designação “barriga de aluguel” é apagada certamente para escapar da (falta) de legislação vigente, mas em nossas buscas, encontramos um grupo do *Facebook* intitulado “Quero Ser Barriga de Aluguel/Solidária”, criado em 2017 e que conta com 13,7 mil membros. Apesar de os *posts* do *Facebook* que analisamos a seguir não constituírem nosso objeto de estudo, pensamos que eles evidenciam que as redes sociais configuram um espaço de resistência que tensiona o discurso jurídico, normatizando a prática da gestação por substituição ou barriga solidária.

Dizendo isso, não estamos defendendo a prática (ilegal) da barriga de aluguel, mas o direito de a mulher decidir sobre o que pode ou não fazer com seu corpo. Desse modo, o espaço digital funciona como lugar em que discursos marginalizados ou apagados silenciados pelo aparato jurídico voltam a ser discutidos, resignificando sentidos sobre a prática da gestação por substituição no imaginário social e propondo novas formas de significar o corpo da mulher, a maternidade e a parentalidade.

Importante notar, que o próprio nome do grupo já encaminha para o equívoco, tendo em vista que a barriga de aluguel constitui uma contravenção no Brasil e a barriga solidária tem normas bem estabelecidas pelo CFM (Conselho Federal de Medicina). Nessa página, a barriga de aluguel/solidária é significada como uma forma de ajudar pessoas que buscam um sonho em comum, o de “gerar o amor” e são proibidas publicações de mulheres grávidas que desejam doar ou vender seus filhos. Há, também, um silenciamento das motivações que levaram a mulher a “alugar” a barriga.

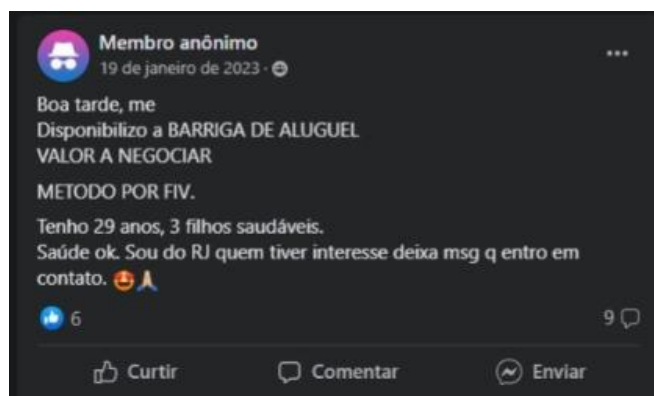
Os *posts* que printamos são anônimos, prática comum no grupo e que já sinaliza para uma tentativa de apagamento da autoria, possivelmente em função da ilegalidade da prática da barriga de aluguel no Brasil. Desse modo, as informações sobre a identidade do possível contratante e da contratada são sigilosas e somente a justiça pode fazer esse rastreamento para descobrir as suas reais identidades. Isso revela uma assimetria entre os

sujeitos: quem procura por uma barriga de aluguel pode se manter anônimo, mas quem gesta a criança tem uma identidade e deve se submeter a exames, consultas médicas, à vigilância constante, pois ela se compromete a gestar uma criança saudável.

Faz-se necessário lembrar que buscar a identidade de um sujeito na rede levanta sérias questões éticas e legais, especialmente em relação à privacidade e à segurança de dados no espaço digital. No Brasil e em muitos outros países, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) protege os dados pessoais, inclusive os utilizados em plataformas digitais. Identificar alguém sem autorização — especialmente com a intenção de expor, vigiar ou assediar — pode configurar crime, como: invasão de privacidade, *stalking* (perseguição) e difamação ou exposição indevida em caso de divulgação pública. Dessa forma, tentar descobrir a identidade da possível barriga de aluguel é uma tarefa complicada, tendo em vista que o próprio procedimento é ilegal.

Na Figura 1, aquela que se oferece para gestar uma criança usa a seguinte formulação: “Disponibilizo a BARRIGA DE ALUGUEL”. O verbo “disponibilizar” ressoa sentidos sobre “estar disposta”, “pôr à disposição” a própria barriga para gestar um filho de outro casal ou pessoa solteira. “BARRIGA DE ALUGUEL” em caixa alta é usada para dar destaque e, possivelmente, para esclarecer que não se trata de “barriga solidária”, de altruísmo, de empatia, mas de um “negócio”, de uma “transação comercial”.

Figura 1: *Print* do grupo Quero Ser Barriga de Aluguel/Solidária



Fonte: Página do *Facebook*.

A possível barriga de aluguel apresenta os requisitos básicos para se candidatar a gestar uma criança: é jovem e tem boa saúde, o que é reforçado quando diz: “tenho três filhos saudáveis”, que também encaminha o discurso para o domínio da medicina, que pressupõe que uma mulher saudável corre menos riscos de saúde durante a gravidez

(diabetes, hipertensão, pré-eclâmpsia) e é também capaz de assegurar o desenvolvimento saudável do bebê.

Nesse *post*, o efeito de sentido produzido é o de segurança, de que tanto o bebê quanto a barriga de aluguel não terão qualquer possível percalço de saúde que afete a gravidez ou coloque em risco a saúde ou a vida do bebê, pois do contrário, pode haver complicações legais, uma vez que essa não é uma prática prevista na legislação brasileira.

A possível barriga de aluguel deixa claro que o método a ser utilizado é o da Fertilização *in vitro* (FIV), que oferece alguns benefícios, como: planejamento médico, maior taxa de sucesso na fertilização, prevenção de riscos e transmissão de doenças genéticas e especialmente, porque, nesse método, o óvulo e o espermatozoides utilizados na criação do embrião geralmente vêm dos pais biológicos (ou doadores) e não da barriga de aluguel. Isso significa que a mulher não terá nenhum vínculo genético com o bebê, evitando assim, prevenir complicações emocionais e legais.

Além do endereço e do pedido para os possíveis interessados entrarem em contato, em caixa alta está escrito: “VALOR A NEGOCIAR”. Isso significa que o valor pode variar de acordo com múltiplos fatores, como a situação financeira das partes interessadas, a cobertura dos custos médicos e das despesas associadas desde o início do processo, que vão desde a preparação para a fertilização *in vitro*, exames pré-natal, acompanhamento médico e as despesas com o parto.

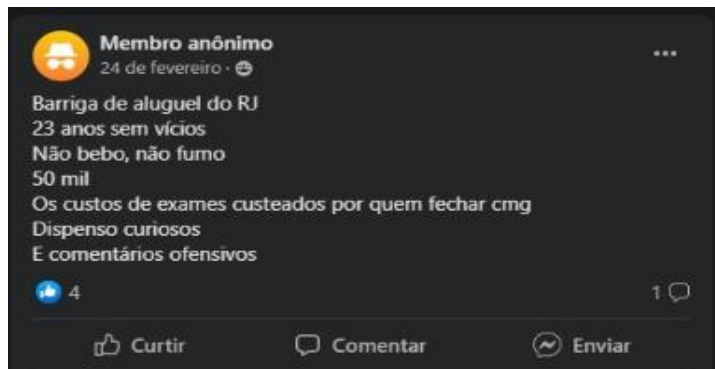
Além disso, algumas interessadas incluem, ainda, na negociação, auxílio financeiro para uma alimentação mais rica e balanceada, roupas durante a gestação e até mesmo melhorias na moradia, a fim de gestar a criança com maior conforto e segurança. Entretanto, tanto o pagamento quanto as exigências da contratada não encontram respaldo legal nas leis brasileiras, como já mencionamos.

No segundo *post*, a mulher que se oferece para ser barriga de aluguel deixa claro que não tem vícios que podem comprometer a saúde do bebê: “sem vícios”, “não bebo, não fumo”. A idade também constitui fator essencial, já que do ponto de vista biológico, a idade ideal para a mulher engravidar é antes dos 30 anos (preferencialmente entre 20 e 29), com alerta especial aos riscos que se intensificam após os 35 anos, quando a fertilidade pode cair para cerca de 15–20% por mês, aumentando os riscos de aborto espontâneo e de anomalias cromossômicas.

O preço está previamente delimitado, assim como os custos com os exames para quem “fechar comigo”, expressão que produz o efeito de sentido de negociação, de acordo

comercial e que como vimos ressaltando, envolve questões legais, éticas e médicas complexas, pois não é legalizada, no Brasil.

Figura 2: *Print* do grupo Quero Ser Barriga de Aluguel/Solidária (24/02/24)



Fonte: Grupo do *Facebook*.

“Dispenso curiosos” e “E comentários ofensivos” encaminham para efeitos de sentido de que há muita curiosidade em torno do assunto e também configuram uma tentativa de evitar julgamentos morais e críticas públicas, já que esse tipo de *post* pode gerar muitas reações negativas devido à ilegalidade da proposta, de questões éticas, morais e religiosas.

Ambos os *posts* analisados configuram, portanto, uma violação da Resolução 2.320/2022 do Conselho Federal de Medicina, que prevê que a gestação por substituição no Brasil deve ser feita de forma altruísta. Esse tipo de publicação em redes sociais pode ser interpretado como intermediação ilegal e até mesmo como tráfico de crianças, dependendo do desfecho, logo, sujeito às penas da lei. Assim, o *post* evidencia uma violação explícita das normas legais, além de levantar questões éticas graves quanto à objetificação do corpo feminino, à mercantilização da reprodução humana e à exploração de vulnerabilidades socioeconômicas por meio das redes sociais.

O *post* que segue (Figura 3) se diferencia dos outros dois porque se trata de um sujeito que procura por uma barriga de aluguel. A linguagem é informal e típica de postagens em redes sociais e embora direta, revela aspectos importantes sobre as práticas sociais e legais que envolvem esse tipo de procedimento no Brasil e em outros países.

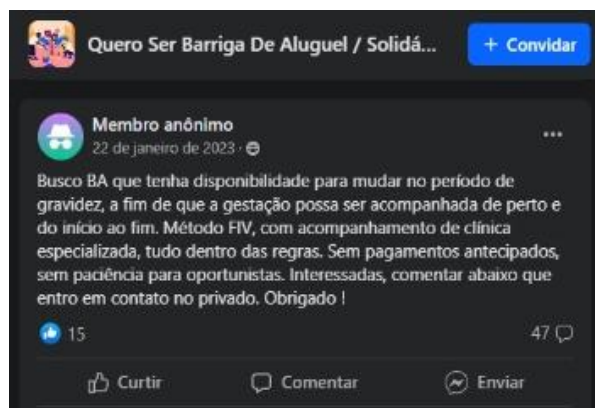
“Sem pagamentos antecipados” e “Sem paciência para oportunistas” inscreve o discurso na FD da economia, produzindo o efeito de sentido de negócio e de preocupação com possíveis fraudes ou pedidos de dinheiro indevidos, o que reforça a delicadeza legal, ética e moral da barriga de aluguel. Ainda assim, a postagem evidencia uma negociação

extraoficial, isto é, naturaliza a prática da barriga de aluguel como transação comercial, mas que está à margem das normas vigentes no país.

A solicitação de que a gestante se “mude para perto do contratante durante a gravidez” produz o efeito de sentido de desejo de controle e de proximidade durante o processo, o que pode produzir tanto o efeito de sentido de cuidado legítimo com a gestação quanto uma forma de vigilância, como se a exigência fosse uma cláusula de um contrato de trabalho, por exemplo. A mulher que gestará a criança é discursivizada como um sujeito que será controlado, vigiado.

Apesar da afirmação de que tudo será feito “dentro das regras” e com “acompanhamento por clínica especializada”, o próprio formato da busca (em rede social, com contato via mensagem privada) sugere uma informalidade incompatível com os protocolos exigidos por clínicas e conselhos médicos. Apesar de o sujeito que procura por uma barriga de aluguel tentar legitimar sua proposta com frases como “tudo dentro das regras” e “acompanhamento de clínica especializada”, ressoam sentidos sobre a mercantilização e precarização do corpo feminino. “Dentro das regras” funciona como um pré-construído que tenta legitimar o procedimento mesmo em um contexto onde legalmente a prática pode ser considerada irregular ou eticamente questionável.

Figura 3: *Print* do grupo Quero Ser Barriga de Aluguel/Solidária (24/02/24)



Fonte: Grupo do *Facebook*.

A existência desses tipos de *posts* evidencia um mercado informal da barriga de aluguel, que pode expor tanto os contratantes quanto as “contratadas” a riscos jurídicos e emocionais e exemplifica como as plataformas digitais vêm sendo utilizadas como canais de oferta e negociação de práticas ilegais, muitas vezes, escapando à vigilância da justiça. Eles também reforçam a necessidade urgente de políticas públicas e regulamentações

mais eficazes que conciliem o avanço da medicina reprodutiva com os princípios de dignidade humana e justiça social.

Os *posts* alertam, portanto, para a necessidade de maior regulamentação, fiscalização e conscientização para garantir que o processo da “barriga solidária”, como previsto pelo CFM, respeite os direitos e a dignidade de todas as partes envolvidas — especialmente da mulher que empresta seu corpo para gestar um filho de outrem.

As análises permitem dizer que os *posts* são atravessados por sentidos contraditórios que revelam a tensão entre o desejo de filhos, a (i-)legalidade do procedimento da barriga de aluguel e a exploração do corpo feminino, inscrevendo o dizer em formações discursivas diversas, como a médica, a jurídica e a capitalista. Além disso, a mulher que gestará é silenciada, reduzida a uma parte do corpo, significada como uma parideira.

Por fim, podemos dizer que esses *posts* revelam embates entre posições de classe. De um lado, estão aqueles que têm dinheiro para pagar por uma barriga de aluguel e, por isso, podem fazer muitas exigências. De outro, estão mulheres que se submetem a gestar um filho que não lhes pertence e com o qual não poderão manter qualquer tipo de laço emocional/afetivo. Ela é apenas um corpo que gesta.

A partir desses *posts*, é possível dizer que o funcionamento do espaço digital acaba permitindo a circulação até mesmo de discursos proibidos por lei, como o da barriga de aluguel. No entanto, esses discursos interditados não irrompem nos jornais digitais, por exemplo, mas em redes sociais que permitem o anonimato, isto é, nas quais a identidade dos usuários é preservada. Por isso, pensamos que essa seja uma prática semelhante ao aborto no Brasil, porque como vimos mencionando durante o trabalho, a barriga de aluguel é proibida, mas nas materialidades discursivas analisadas, nesta subseção, o sentido que se produz é a de que ela existe, apesar de configurar uma contravenção.

Consideramos, portanto, que esta falta de notícias sobre o procedimento da barriga de aluguel é uma interdição, um apagamento, um silenciamento. Segundo Orlandi, o silenciamento constitutivo do discurso: consiste em dizer “x” para não dizer “y”, apagar e evitar sentidos indesejados, é “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”. (Orlandi, 2007, p. 74).

Para realizar esse processo de intervenção de sentidos, a imprensa utiliza, segundo Lagazzi (1988), o senso comum que “carrega, implícita, a ideia de normalidade, de horizonte regulador, pois não são quaisquer opiniões e crenças que são admitidas numa época e num meio dados e sim as formas (históricas) que ratificam o poder, tendo

consequentemente, o seu respaldo” (Lagazzi, 1988, p. 33). É neste funcionamento que observamos a política do silêncio, que “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (Orlandi, 2007a, p. 73).

Neste percurso, em nossas materialidades, encontramos um deslize. Na manchete “Mulher vira barriga solidária para realizar sonho da prima em MS: 'amor nunca é demais” (Anexo 1), marca-se “barriga solidária”, a fim de dar visibilidade ao altruísmo, produzindo o efeito de sentido de que a barriga solidária é praticada entre famílias que se amam muito, são tão unidas que são capazes de “emprestar o próprio corpo” para gestar um bebê.

Nossa primeira Sequência Discursiva (SD), definida por Courtine (2009, p. 55), como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, é uma nota de correção na qual o g1 se manifesta pela inadequação da designação “barriga de aluguel”. Para a teoria materialista do discurso, o que interessa não é a organização interna da língua, mas o processo de produção de sentidos. Desse modo, a divisão dos enunciados em sequências discursivas não obedece aos limites da frase, mas ao modo como os discursos são formulados e passam a circular no *corpus* recortado para análise.

Publicada no g1, no dia 13 de janeiro de 2024 às 10h47, a correção foi realizada no mesmo dia, poucas horas depois. Ao dizer que “o termo barriga de aluguel é uma expressão inadequada” o portal de notícias inscreve o dizer no domínio do jurídico, que diferencia “útero de substituição ou barriga solidária” da “barriga de aluguel”, significada como “uma relação comercial, que não é permitida no Brasil”. O cuidado com a linguagem permite a desambiguação dos sentidos, pois como vimos afirmando, esses dois tipos de “barriga” não se prestam à mesma finalidade. Por ser um *mass media*, o portal de notícias tentou solucionar o equívoco, tendo em vista que além de gerar transtornos para a família dos envolvidos, ainda poderia responder juridicamente pelo discurso que colocou em circulação.

SD1 – (CORREÇÃO: na publicação desta reportagem, o g1 errou ao usar o termo barriga de aluguel ao se referir a história de Mariellen Cristina dos Anjos. **O termo barriga de aluguel é uma expressão inadequada. Afinal, barriga de aluguel implica uma relação comercial, que não é permitida no Brasil.** Dessa forma, o correto a ser utilizado é útero de substituição ou barriga solidária. A informação foi corrigida às 15h06 deste sábado, 13) (Ramos, Palieraqui, Mesquita, 2024, [n. p.], negritos nossos).

Em seguida, o jornal utilizou a conjunção conclusiva “afinal”, presumindo que, como se trata de um procedimento comercial ilegal que não é permitido no Brasil, “logicamente” não poderia noticiar o empréstimo de um útero.

Aprofundando nossa análise da SD1 e para comprovar a quase inexistência de discursos sobre a “barriga de aluguel”, no Brasil, encontramos apenas uma notícia que relata esse procedimento. Na Folha, Amanda (nome fictício) relata que, por meio de um grupo no *Facebook*, se disponibilizou a ser barriga de aluguel pelo valor de 40 mil reais e mais os custos extras do procedimento.

Com o dinheiro, Amanda quer estudar no exterior. Segundo ela, a ideia surgiu a partir da necessidade de uma amiga que não podia engravidar. Ela não pagaria nada, mas a receberia em casa. A amiga depois desistiu, mas o interesse de Amanda continuou. Até achar outro casal, ela postou anúncios em grupos na internet. Hoje, diz sentir-se um pouco arrependida pelo valor cobrado. “Pelo tanto que estou fazendo, as mudanças pelas quais estou passando, acho que vale muito mais do que recebi.” Apesar de relatos como esse, O CFM (Conselho Federal de Medicina) só libera a “barriga solidária”, quando a mulher cede, sem recompensa financeira, o útero para um casal (Leite, 2018).

Na formulação: “Apesar de relatos como esse, o CFM (Conselho Federal de Medicina) só libera a “barriga solidária”, quando a mulher cede, sem recompensa financeira, o útero para um casal” (Leite, 2018), funciona o silêncio constitutivo. “Barriga de aluguel” é um sentido possível, mas proibido/interditado, logo, este silenciamento “não funciona em nível de informações mas de circulação” (Orlandi, 2007a, p. 107). Conforme a autora,

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s) (Orlandi, 2007a, p. 105).

A pouca ou quase nula circulação dos discursos sobre a barriga de aluguel no Brasil, e a SD2 em análise, apontam para sentidos de que esse procedimento, mesmo sendo ilegal, existe, como podemos verificar nessa reportagem que trouxemos neste ponto do trabalho e nas materialidades discursivas (*posts*) já analisadas. Desse modo, essa falta não se relaciona com o *não saber*, mas com a interdição do dizer, com a política do silêncio, “que dispõe as coisas entre o dizer e o não-dizer” (Orlandi, 2007a, p. 102).

Neste caso, o portal *g1* é responsável pelos discursos postos em circulação e, para além disso, deve alinhar o discurso jornalístico ao do Estado, pois, “em consequência (*sic*), a relação entre o que ele diz e o que ele não diz concerne à ética e ao político” (Orlandi, 2007a, p. 107).

2 CONDIÇÃO FEMININA: SEXUALIDADE E MATERNIDADE

A Igreja diz: o corpo é uma culpa. A Ciência diz: o corpo é uma máquina. A publicidade diz: o corpo é um negócio. E o corpo diz: eu sou uma festa.
(Eduardo Galeano)

Nesta seção, buscamos mapear como a Igreja e a medicina colaboraram para o processo de adestramento/domesticação (Del Priore, 2009) do corpo da mulher desde a pré-história até a colonização portuguesa². Esse recorte temporal justifica-se por ser uma tentativa de investigar como os sentidos acerca corpo da mulher se constituíram e foram se sedimentando, ao longo do tempo, no país recém descoberto e que herdou os discursos patriarcais que circulavam na Europa.

Entendemos que essa é uma busca interminável, mas, de antemão, podemos afirmar que o discurso religioso, neste período, juntamente com o discurso médico, foi fundamental para o processo de produção de sentidos sobre a maternidade na nossa formação social e que ainda ressoam pelo funcionamento da memória discursiva nas materialidades recortadas para análise.

Na sequência, também investigamos como as mulheres que não pod(e)iam ter filhos eram/são discursivizadas no/pelos diferentes domínios do saber; como o movimento feminista contribuiu para a conquista dos direitos das mulheres, como a pílula contraceptiva e a escolha sobre (não) ter filhos e, também, como os arranjos familiares foram se modificando. Por fim, traçamos brevemente os progressos da medicina quando se trata da reprodução humana assistida (RHA).

2.1 CORPOS SUBJUGADOS

Para respondermos nossa pergunta de pesquisa, entendemos que a história nos fornece pistas para compreendermos o processo de constituição dos sentidos sobre a maternidade. De acordo com Lagazzi (1988, p. 51), “a linguagem configura as pistas para que possamos chegar um pouco mais perto do sujeito, e a Análise do Discurso possibilita

² Tomamos o período colonial como efeito de origem dos sentidos sobre a maternidade, no Brasil, tendo em vista que, nessa época, o país era uma sociedade profundamente hierarquizada, com divisões raciais, étnicas e sociais marcantes, moldada pela exploração econômica, pela escravidão e pela colonização cultural europeia.

que o conhecimento se constitua além do 'achar' de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido”.

Desde os registros mais antigos da humanidade, o gênero masculino/feminino tem sido marcado por discursos que privilegiam o masculino como padrão universal. Esse modo de compreender os lugares de homens e mulheres na sociedade, designada de androcentrismo³, moldou discursos históricos e científicos que reforçam desigualdades entre homens e mulheres. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender como a exclusão feminina dos espaços de poder e a valorização da mulher apenas como corpo reprodutivo são consequências de discursos historicamente constituídos.

Na busca por compreender como esses sentidos em torno da maternidade foram se constituindo, os estudos da arqueóloga Ana Vale se mostram particularmente relevantes. A autora evidencia que, desde a Pré-História, o corpo feminino tem sido interpretado sob um viés patriarcal, sendo constantemente associado à fertilidade. Para a autora, o discurso sobre as mulheres, desde suas origens, não emerge a partir de suas próprias experiências, mas do olhar masculino que as define sobretudo como corpos reprodutivos. Segundo a autora:

As distinções/divisões entre sexos estruturam a ordem social. Nas narrativas acerca da Pré-história, o corpo feminino, que se imagina quase sempre frágil, é remetido à penumbra da casa, às atividades domésticas, enquanto as representações de atributos femininos são consideradas como representações do sagrado. O homem, de corpo forte, é capaz de desenvolver as atividades exteriores, públicas e fisicamente mais exigentes. A pretensa neutralidade deste discurso baseado na pretensa naturalidade das diferenças biológicas entre sexos, insere-se em um poderoso discurso ideológico androcêntrico (Vale, 2015, p. 8).

Esse discurso aponta para o funcionamento ideológico de sentidos que foram sendo constituídos ao longo da história, segundo os quais, ao homem – viril – cabe o espaço do público, do mundo do trabalho que sustenta a família e, por outro lado, o espaço da diversão, onde tudo pode ser feito, enquanto à mulher – cujo corpo é frágil – fica restrita à “penumbra” do privado, que lhe enche o dia com as tarefas domésticas, o cuidado com a casa e os filhos.

Esse discurso androcêntrico, que (pré-)estabelece lugares para homens e mulheres com base no sexo biológico, continuou na Antiguidade Clássica. Na Grécia e em Roma, o homem também era significado como racional, forte e destinado à vida

³ O Androcentrismo é a prática consciente ou não, de sobrepor o ponto de vista masculino sobre o feminino, a respeito da visão de mundo, cultura e história, marginalizando culturalmente a feminilidade.

pública, enquanto a mulher era associada à emoção, ao corpo e ao espaço do privado. Mesmo nas sociedades cristãs medievais, esse discurso se manteve, reforçado pelo discurso religioso que vinculava a mulher ao pecado original, à tentação e à necessidade de submissão.

Com a ascensão do cristianismo na Europa, principalmente a partir da Idade Média, o discurso religioso passou a legitimar a inferioridade feminina como uma condição natural e divina. A figura bíblica de Eva — responsável pelo pecado original — foi frequentemente usada como justificativa para controlar os corpos e os comportamentos das mulheres. A Igreja Católica propagava a imagem da mulher como perigosa, instável e necessitada de tutela masculina, incentivando sua reclusão ao lar, ao silêncio e à obediência. Esse discurso foi fundamental na formação do imaginário patriarcal europeu.

Quando os portugueses chegaram à América e iniciaram a colonização do Brasil, no século XVI, trouxeram consigo não apenas sua língua, cultura e sistema político, mas também esse discurso religioso moralista e patriarcal. O “Crescei e multiplicai-vos”, que teria sido dito por Deus ao criar o mundo àqueles que primeiro o habitaram, ecoava no Brasil do Império. De acordo com o discurso d’Ele, daquele momento em diante, haveria dias e noites, estações e anos, plantas e animais e Adão e Eva deveriam ter filhos com o objetivo de povoar e de trabalhar a terra: “E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Bíblia, Gn, 1:28).

Esse discurso movia a nova sociedade que se formava, mas de acordo com Del Priore (2009, p. 22), é importante destacar que uma boa parcela “[...] do contingente formado por mulheres – a quem o Estado e a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias – chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero”.

No Brasil Colônia, as mulheres brancas representavam a “santa mãezinha” (Del Priore, 2009) e eram educadas para o casamento e para a procriação enquanto as mulheres indígenas e negras eram brutalmente subjugadas e sexualizadas. Conforme Fernandes e Gomes (2020, p. 27), “enquanto o sexo com mulheres brancas era entendido como elemento do matrimônio e meio para a procriação, o sexo com mulheres negras era objeto de fetiche sexual por excelência”.

Nas palavras de Valter Hugo Mãe, “a tão celebrada mestiçagem do Brasil foi inaugurada pelo estupro”⁴ e, mesmo após o período colonial e com o fim da escravização, essas mulheres – que viviam, na maioria, nas casas-grandes – sem oportunidades, acabavam se prostituindo. Portanto, a distinção de classe e cor entre as mulheres, que determinou, também, a questão da sexualidade feminina pode ser observada desde o período colonial.

Podemos dizer, então, que a estrutura colonial não apenas reproduziu os discursos de além-mar, mas também colaborou para intensificar o racismo e a escravidão, agravando ainda mais a desigualdade de gênero no território brasileiro. Dizendo de outro modo, a condição feminina, afetada pelas heranças interculturais, pelas marcas do escravismo e pelo projeto normatizador da Metrópole, é também marcada por questões sociais e raciais.

O processo de adestramento (Del Priore, 2009) – combate à sexualidade da mulher e a valorização do casamento – pelo qual passaram as mulheres brancas no período colonial foi resultado de discursos proferidos por moralistas, pregadores e confessores, que ditavam padrões ideais de comportamento importados da Metrópole e que foram pulverizados sobre todo o Brasil Colônia, dando um tom normativo aos sermões dominicais, às palavras proferidas pelo padre no confessionário, aos causos moralizantes e aos contos populares.

Nessa época, a Igreja regulamentava o cotidiano dos colonizados e se fazia presente “[...] do nascimento à constituição da família, da reconciliação à morte, da reza doméstica às celebrações coletivas” (Del Priore, 2009, p. 22). Em relação à mulher (branca), suas ações eram sempre voltadas para a organização familiar, asseguradas por iniciativas e medidas que visavam ao estabelecimento dessa instituição secular nos moldes da tradição europeia.

Isso reforçava ainda mais os discursos androcêntricos explorando as relações de dominação que presidiam os vínculos entre homens e mulheres, ditando que elas fossem obedientes e submissas, trazendo-as para o ambiente do privado, como acontecia no escravismo, condenando-as a serem “escravas domésticas”, cuja função era cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa e servir ao chefe da família, inclusive sexualmente, dando-lhe filhos que assegurassem a descendência e servindo como modelo para a sociedade familiar sonhada pela Igreja (Del Priore, 2009, p. 26).

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/05/valter-hugo-mae-o-portugues-nao-tem-nocao-de-que-o-pais-exterminou-comunidades-indigenas-inteiras.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Nessa época, também o discurso normativo médico ou *phísico* sobre o funcionamento do corpo feminino, que se coadunava ao discurso religioso, colaborou para o processo de domesticação da mulher, na medida em que reforçava sentidos de que a função natural da mulher era a procriação (Del Priore, 2009, p. 23-24). Assim como a Igreja, a medicina se aliou ao projeto da constituição de famílias sacramentadas, uma vez que o médico, assim como o padre, tinha acesso à intimidade das mulheres. Desse modo, enquanto o padre cuidava das almas, o médico cuidava dos corpos, sobretudo, no momento de partos difíceis e de doenças graves.

O corpo da mulher era visto como “terra desconhecida” e, ao mesmo tempo em que médicos e fisiologistas procuravam desvendar-lhe os mistérios, isto é, tentavam entender a natureza feminina, interrogando a sexualidade da mulher, eram também por ela interrogados. No entanto, o objetivo era apenas conhecer os fins para os quais ela teria sido criada ou aos quais ela obedeceria. Nessa época, os documentos da medicina tinham por objetivo definir uma normalidade que exprimisse o destino biológico do corpo da mulher e se adequassem perfeitamente aos propósitos da Igreja, que defendia a sexualidade feminina como única justificativa para a procriação

No casamento, os corpos eram significados por uma perspectiva escatológica, pois “[...] somente nas penas da vida conjugal e no sofrimento e angústia do parto encontrava-se a redenção dos pecados e via ressurrecionista; a procriação só tinha legitimidade na expectativa da multiplicação das criaturas prometidas à beatitude eterna” (Del Priore, 2009, p. 27). Assim significada, criada por Deus para cooperar no ato da (pro-)criação, a mulher deveria apagar todas as marcas da carnalidade e animalidade do ato sexual, evitando ser uma oportunidade de queda e de perversão para o homem, além de possibilitar a imediata concepção. Cabia à Igreja e à medicina disciplinar as mulheres para a procriação:

Apenas vazio de prazeres físicos o corpo feminino se mostraria dentro da normalidade pretendida pela medicina, e assim, oco, se revelaria eficiente, útil e fecundo. Apenas como mãe, a mulher revelaria um corpo e uma alma saudáveis, sendo sua missão atender ao projeto fisiológico-moral e à perspectiva sacramental da Igreja (Del Priore, 2009, p. 27)

Para a autora, esses discursos da Igreja e da medicina asseguravam a domesticação dos corpos das mulheres e como elas tiveram de aceitar as normas culturais que ambos os discursos faziam circular e os constrangimentos que eles lhes causavam, refugiavam-se na maternidade como uma das formas de resistência ao controle masculino: “entre

virtualidades e armadilhas, a maternidade foi o refúgio onde as mulheres se defenderam da exploração doméstica e sexual, do abandono e da solidão em que viveram nas duras condições materiais da vida dos tempos coloniais (Del Priore, 2009, p. 25).

De lá para cá, ainda há discursos que perpetuam a forma como a mulher é significada na nossa formação social, pois uma de suas funções principais, ainda parece ser a de “multiplicar”, assegurando a existência humana. Conforme Pinsky (2014), “acima de qualquer papel ou atribuição que as mulheres possam ter ou expirar, ser mãe só se iguala em importância a ser esposa, sendo que, frequentemente, ambas se confundem ou complementam. Mais que um direito ou uma alegria, dedicar-se aos filhos é um dever” (Pinsky, 2014, n.p.).

2.2 AS (MAL-)DITAS INFÉRTEIS

Neste processo de constituição de sentidos sobre a mulher e seu corpo, a feminilidade estava estreitamente ligada à maternidade e as mulheres estéreis ou inférteis⁵ eram consideradas malditas, já que não eram capazes de gerar outras vidas. Cabe lembrar que não ter filhos também pode ser uma escolha, mas as mulheres que tomam essa decisão, muitas vezes, ainda são alvos de preconceito, questionadas sobre seus motivos e acusadas de egoísmo. Seja qual for a razão, não ter filhos desestabiliza uma ordem sócio-culturalmente estabelecida e rompe com o discurso da igreja, segundo o qual, é preciso “povoar a terra”.

Segundo uma pesquisa da área da psiquiatria, intitulada “Infertilidade: associação com transtornos mentais comuns e a importância do apoio social”, por mais que a ciência tenha avançado na medicina reprodutiva com procedimentos cada vez mais eficazes, há, ainda, uma estigmatização da mulher que tem dificuldades para engravidar (infértil) ou que, por algum problema de saúde, é impedida de engravidar ou de levar adiante uma gestação (estéril). No entanto, a infertilidade também pode afetar os homens, mas, nesse caso, ela não é significada como uma transgressão ao discurso religioso do “Crescei e Multiplicai-vos” ou como uma afronta ao imposto pela nossa formação social acerca da constituição das famílias.

As mulheres relatam maior estigma relacionado com a infertilidade que os homens e também revelam mais sobre suas dificuldades com a fertilidade. Há

⁵A infertilidade diz respeito à dificuldade de conceber e está relacionada a problemas físicos que comprometem a função das trompas, enquanto a esterilidade se refere à impossibilidade total de gerar filhos.

também diferenças entre os gêneros em relação à percepção da disponibilidade de apoio social, com as mulheres relatando depressão, ansiedade e sofrimento, significativamente mais que os homens (Cunha *et al.*, 2008, p. 203).

No livro “Provetas e Clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas”, Luna (2007) descreve como se dão as relações sociais das mulheres que sofrem com a infertilidade. Conforme ela, a mulher que involuntariamente não pode ter filhos é discursivizada com adjetivos pejorativos, como “estéril”, que encaminha para efeitos de sentido de “infecunda”, “seca”, “incapaz de procriar”, “que não dá frutos”, entre outros. De acordo com Luna (2007, p. 69),

Outras referências comuns foram “figueira” e “árvore seca”. A pergunta “A fonte secou?” foi freqüente (*sic*) para homens e para mulheres. Uma mulher que tinha uma filha do primeiro casamento e outra natimorta, mas nenhum filho da união atual repete os comentários: “As pessoas falam que eu virei uma mulher seca”, que eu “sequei”, que sou “uma flor que murchou”. A própria mãe disse que ela era “como o pé de figueira que não dá mais figo” e os irmãos perguntam: “Como é, a fonte secou?”. [...] Quando a mulher ou o casal voluntariamente resolve não ter mais filhos ou disfarçar essa impossibilidade, usa-se a expressão “fechar a fábrica” (Luna, 2007, p. 69).

A autora acrescenta que “seca” ainda é o adjetivo mais frequentemente usado para significar a mulher que não pode ter filhos. Conforme ela, o discurso da figueira que não dá frutos provém da Bíblia: “uma informante relata que o sogro, para lhe mostrar sua condição de estéril, leu o texto bíblico no Evangelho de Mateus 21,18-20, em que Jesus amaldiçoa a figueira sem frutos: ‘Nunca mais nasça fruto de ti’” (Luna, 2007, p. 69).

Ainda segundo a autora, as mulheres que não podem gerar filhos são significativamente afetadas por esse discurso religioso que se repete desde tempos imemoriais e sentem-se excluídas de uma sociedade na qual, aparentemente, sua única função é a de ocupar o lugar de mãe. Essa mulher é “seca”, porque assim como a figueira, mencionada na Bíblia, ela é incapaz de “frutificar”.

Ainda sobre as diferentes formas de significar a mulher que não pode gerar filhos, a palavra “estéril” foi amplamente utilizada até o século XIX, tanto pelo discurso médico como pelas classes mais populares, produzindo um efeito de sentido negativo, pois associava a infertilidade a “defeito” ou à “falha”, a algo faltante, tendo em vista que a fertilidade era uma parte fundamental da identidade feminina, naquela época. No século XX, “estéril” foi, aos poucos, sendo substituído por “infértil”, em razão do grande avanço da ciência médica, mas ainda ressoa no discurso da medicina para designar mulheres e homens que têm dificuldades para gerar uma criança.

“Mula” é outra designação utilizada, popularmente, em algumas regiões do Brasil, especialmente em contextos rurais e informais. Nesses espaços, a palavra funciona como insulto para mulheres que não podem ter filhos, porque faz uma analogia entre a mulher e o animal híbrido, que é estéril, produzindo efeitos de sentido de marginalização, de estigmatização, de preconceito.

“Nula para procriação” é uma expressão utilizada em alguns textos religiosos antigos ou jurídicos. Bastante formal e tecnicista, reflete uma visão funcional do corpo da mulher, voltado exclusivamente para a reprodução e, logo, para “incapacidade” de cumprir/assumir o seu lugar na sociedade.

“Infértil subjetiva” é um termo técnico usado contemporaneamente pelo discurso da medicina, para designar mulheres que não conseguem engravidar apesar de, tecnicamente, não apresentarem problemas de saúde identificáveis que possam explicar a infertilidade. Apesar da aparente neutralidade do termo médico, ainda carrega o peso da (im-)possibilidade de ser mãe.

A aparente neutralidade também se impõe nas expressões “mulher sem filhos/sem descendência/sem prole”, usadas em contextos formais ou informais, que apesar de não apontarem para um juízo de valor, produzem efeitos de sentido de que a mulher não conseguiu manter a linhagem da família, ou seja, ela é a “culpada” por impossibilitar que outras gerações continuem o legado da mesma família. Nesse processo de constituição de sentidos sobre a mulher que não mantém a linhagem da família, podemos encontrar, também, designações para os filhos fora do casamento como “erros” ou “filhos bastardos”.

Esses significados, longe de serem naturais, são constituídos a partir de práticas discursivas que vinculam a maternidade e o casamento a um papel central na preservação do sobrenome, do legado familiar e da manutenção de bens. Assim, o matrimônio e a capacidade reprodutiva das mulheres são historicamente ressignificados como formas de controle, associados à noção de propriedade privada, emergindo como um sintoma à tensão ideológica que subordina a subjetividade feminina ao discurso de preservação dos interesses materiais da família.

“Mulher não-mãe” também é um termo contemporâneo, usado especialmente nos estudos de gênero e feministas, que buscam evitar estigmatizar as mulheres que não têm filhos, seja por escolha pessoal ou por impossibilidade biológica. Trata-se, portanto, de tentar driblar o efeito de sentido negativo associado à infertilidade e de pensar em uma identidade que vai além da maternidade. O mesmo acontece com a expressão “sem filhos por escolha”, que vem sendo usada frequentemente e que encaminha para o efeito de

sentido de que se trata de uma decisão pessoal, que também tenta evitar o estigma associado à infertilidade e à autonomia da mulher de decidir sobre o que deve ou não deve fazer com o seu corpo.

“Não-mãe” e “Sem filhos” também apontam para sentidos que significam negativamente a mulher, ou seja, que discursivizam a maternidade como ponto definidor, evocando sentidos de anormalidade para as mulheres que não podem ou não querem ter filhos. De acordo com Pêcheux (1995, p. 160), “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”.

Isso significa que elas adquirem um ou outro(s) sentido(s) em relação às formações ideológicas e que no discurso, se materializam por meio das formações discursivas (FDs). Conforme o autor, cada formação ideológica “[...] constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166, grifos dos autores).

Desse modo, os sentidos das palavras, expressões, proposições não são literais, mas resultam do lugar ocupado pelo sujeito ao produzir o discurso e da sua relação com a ideologia. Logo, as palavras significam X ou Y, em razão da posição ocupada pelo sujeito numa formação social e da sua inscrição em uma ou outra(s) formações discursivas. Para Orlandi (2015, p. 40), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. Dizendo de outro modo, as formações discursivas representam, no discurso, as formações ideológicas.

Assim, podemos dizer que as designações para mulheres que não podem gerar filhos não possuem o mesmo sentido, pois “seca”, inscreve o dizer na FD religiosa, enquanto “estéril”, “infértil” e “infértil subjetiva”, ainda que em épocas diferentes, ressoam o discurso da medicina. Já “nula para procriação” aponta para o domínio do jurídico e pensamos que “mulher sem filho/sem descendência/sem prole” também inscreve o dizer no mesmo sítio de significação, já que aponta para sentidos de que não há herdeiros, portanto, não há continuação da linhagem.

Já “mulher não-mãe” e “sem filhos por escolha” inscrevem o dizer na FD dos estudos de gênero e/ou feministas e procuram desestabilizar sentidos, resguardando o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo, negando/polemizando discursos

segundo os quais, todas as mulheres “devem” ter filhos, porque delas depende a continuação da espécie humana.

Do nosso ponto de vista, a designação que produz o efeito de sentido mais negativo é “mula”, porque compara a mulher que não pode ter filhos ao mamífero híbrido originário do cruzamento do burro com a égua. Em razão desse cruzamento entre espécies diferentes, via de regra, esses animais são estéreis, em virtude do número irregular de cromossomos. Além disso, a mula é conhecida pela robustez e adaptabilidade, por ser um animal de montaria, tração e carga muito utilizado em todo o mundo, inclusive, em campanhas militares ou grandes expedições.

Importante ressaltar também, que a única designação utilizada para homens que não podem gerar filhos é “estéril”, do domínio da medicina, já que todas as outras, embora inscrevam o dizer em FDs diferentes, se referem unicamente às mulheres, colaborando para reforçar sentidos de que ela é a única “responsável” pela procriação humana.

Pensando no processo discursivo, podemos dizer que o sujeito produz sentidos porque é afetado pela língua e pela história. Assim, o modo como as mulheres que não podem ter filhos são designadas tem variado ao longo do tempo e de acordo com a inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas, como da igreja, da ciência, da justiça e do feminismo. Contudo, a maioria dessas designações aponta para efeitos de sentidos altamente estigmatizantes e preconceituosos e, ainda hoje, apesar da tentativa de usar designações menos depreciativas ou “mais neutras”, a mulher é ainda vista como aquela que, acima de tudo, “deve” ser mãe, negando-lhe qualquer outra possibilidade.

Pensar em como os sujeitos e os sentidos se constituem, são repetidos e regularizados na nossa formação social é essencial para compreendermos como o discurso tem uma relação estreita com a exterioridade, isto é, como o social e o histórico se atravessam na/pela língua. É essa relação que permite observar como os sentidos sobre a mulher e o seu corpo e sobre a maternidade são parte de um processo sócio-histórico-ideológico mais amplo. Discursivamente, trata-se de pensar, no funcionamento da memória discursiva, que permite que o já-dito, antes e em outro lugar, retorne atualizado no fio do discurso. Conforme Pêcheux,

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e

relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p. 52).

2.3 AS ONDAS FEMINISTAS NO BRASIL E A MUDANÇA NOS ARRANJOS FAMILIARES

Conforme adiantamos, no Brasil Colônia, a mulher branca ocupava o lugar de mãe e de esposa. Desse modo, ela vivia circunscrita ao domínio da casa enquanto o homem desfrutava dos prazeres da rua. Entretanto, a partir do século XIX, houve certos deslocamentos e as mulheres passam a conquistar outros espaços, tornando-se assalariadas e consumidoras, marcando “uma ruptura simbólica com a exclusividade do trabalho doméstico [...] e contribuem, sim, para o processo de emancipação feminina” (Pinsky, 2014, n.p.).

Dando um salto temporal, é importante compreendermos como o movimento feminista colaborou para quebrar “um conjunto complexo de atitudes e de representações” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166), que se solidificava cada vez mais no novo país que se formava. Ao chegar ao Brasil, no final do século XIX e início do século XX, a primeira onda do movimento feminista encontrou seu espaço e, mesmo influenciadas pelos ideais europeus e dos Estados Unidos, as mulheres brasileiras apropriaram-se da luta feminista e redirecionaram-na para o que consideravam necessidades primordiais, como, por exemplo, a luta por direitos civis e políticos. O sufrágio feminino foi garantido pelo Código Eleitoral Brasileiro (1932) e constituiu uma vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito de, assim como os homens, escolher seus representantes no cenário político.

Além do direito ao voto (1932), a primeira onda feminista, no Brasil, incluiu também o direito ao trabalho fora do lar (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.212/1962 (Estatuto da Mulher Casada) passou a assegurar o direito de a mulher casada trabalhar fora de casa, sem precisar da autorização do marido e de ter direito à herança e de pedir a guarda dos filhos em caso de separação. Ordenava também que, caso a renda do marido fosse insuficiente para assegurar o bem-estar da família, a mulher deveria, obrigatoriamente, contribuir com as despesas comuns.

A segunda onda feminista (1960 – 1980) foi marcada por pautas centradas na igualdade de direitos no espaço público e privado, na autonomia do corpo (discursos sobre práticas como o aborto passam a ganhar mais espaço) e na liberdade sexual. O direito ao controle da fertilidade foi uma das bandeiras mais emblemáticas desse período que

culminou com a chegada da pílula anticoncepcional, no Brasil, mais exatamente no ano de 1962, gerando bastante polêmica, porque se de um lado trouxe autonomia à mulher, dando início a discussões sobre os direitos reprodutivos e a sua liberdade sexual, por outro, segundo o discurso da medicina, causava danos ao seu corpo por conta da “descarga” de hormônios. Apesar disso, para os movimentos feministas, a possibilidade de evitar uma gravidez indesejada constituiu um grande avanço nas lutas por eles encampadas⁶.

Em 1977, é aprovada a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/1977), que abriu espaço para que as mulheres que estivessem em um casamento infeliz, pudessem pedir a separação legalmente. No entanto, a sociedade brasileira, na época, via com maus olhos a mulher divorciada e os efeitos desse discurso hegemônico fizeram com que muitas delas não usufríssem da lei, optando por permanecer em casamentos infelizes e/ou abusivos.

Outra conquista foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) nas décadas de 1970 e 1980, quando a luta contra a violência doméstica e sexual se tornou uma das pautas centrais do feminismo no país. A finalidade principal dessas delegacias é oferecer atendimento especializado às mulheres vítimas de violência, em um ambiente onde possam ser acolhidas por profissionais treinados e sensíveis à questão de gênero.

Elas visam combater a revitimização, ou seja, evitar que as mulheres sejam desacreditadas ou expostas a julgamentos morais, como frequentemente acontecia nas delegacias comuns. Além de receber denúncias, essas delegacias também têm a função de encaminhar as vítimas a serviços de saúde, assistência social e proteção judicial, promovendo uma abordagem mais integrada. A criação das DEAMs reflete a influência dos movimentos feministas na formulação de políticas públicas e representa um avanço na institucionalização dos direitos das mulheres, sobretudo no enfrentamento à violência de gênero.

Nos anos que se seguiram, por conta da Ditadura Militar brasileira, que perdurou até o ano de 1985, grande parte das mulheres⁷ que participavam do movimento feminista se organizaram para lutar contra a repressão política da época. Nesse período, as pautas feministas estavam, portanto, relacionadas à igualdade de direitos no mercado de

⁶ O direito à contracepção será mais bem discutido na subseção 2.4.

⁷ Em seu início, o movimento feminista era composto majoritariamente por mulheres brancas da classe alta. No período da ditadura, algumas feministas apoiaram o golpe militar.

trabalho, aos direitos reprodutivos, à violência doméstica e à autonomia da mulher sobre o seu corpo.

A Constituição de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, representou um marco fundamental para os movimentos feministas brasileiros, consolidando, no plano jurídico, direitos igualitários entre homens e mulheres e abrindo espaço para reivindicações históricas dessas lutas. Fruto da mobilização de diversos setores sociais durante o processo de redemocratização, os movimentos feministas atuaram ativamente na Assembleia Constituinte, por meio de campanhas como "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher", pressionando pela inclusão de pautas de gênero no texto constitucional.

Entre as principais contribuições para as mulheres, destacam-se: o reconhecimento da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres (art. 5º e art. 226, §5º), a proteção contra discriminação no mercado de trabalho, o reconhecimento do trabalho doméstico como uma forma de contribuição para a seguridade social, e a valorização da maternidade e da família em suas diversas formas. A Constituição também estabeleceu que o Estado tem o dever de coibir a violência no âmbito das relações familiares, o que foi base para leis futuras, como a Lei Maria da Penha (2006).

Assim, a Constituição de 1988 não apenas garantiu direitos formais, mas também legitimou juridicamente a atuação dos movimentos feministas, fornecendo ferramentas legais para a luta contra a desigualdade de gênero e para a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres.

A terceira onda feminista no Brasil teve início na década de 1990, embora seus efeitos tenham se intensificado a partir dos anos 2000. Inspirada por movimentos internacionais que questionava o imaginário de uma mulher universal e homogênea, essa nova fase do feminismo passou a enfatizar a diversidade das experiências femininas, sobretudo marcadas por raça, classe, sexualidade, território e identidade de gênero.

No Brasil, essa onda teve como marco o fortalecimento do feminismo negro, o crescimento de coletivos autônomos de mulheres jovens e periféricas, e a articulação de redes feministas na *internet* e que foi designado como feminismo digital. Campanhas com as *hashtags* #ChegaDeFiuFiu, #MeuPrimeiroAssédio e #EleNão promoveram maior mobilização política descentralizada, engajamento *online* e maior visibilidade das pautas interseccionais.

Apesar de todos os avanços aqui mencionados, o ponto que mais nos interessa é a contracepção, mas não nos deteremos aqui nos métodos utilizados para evitar uma

gravidez indesejada, como a pílula anticoncepcional, por exemplo, que possibilitou às mulheres decidir sobre se e/ou quantos filhos desejavam ter. Também já destacamos que nem todas as mulheres tiveram acesso ao medicamento e é importante dizer que algumas instituições passaram até mesmo a questionar o uso da pílula anticoncepcional, pois compreendiam que o uso dela configurava uma tentativa do Estado de controlar as taxas de natalidade da população pobre. De qualquer forma, o surgimento desse método contraceptivo, junto com outras demandas levantadas pelo movimento feminista, modificou a estrutura familiar, tendo em vista que as mulheres puderam optar por ter menos filhos ou simplesmente decidirem por não os ter.

Esse foi apenas um dos fatores, que aliado às demais demandas dos movimentos feministas, às conquistas dos direitos civis, à maior aceitação da diversidade sexual e de gênero e dos avanços da medicina reprodutiva, reconheceu outros tipos de configurações familiares. Em todo o mundo e, no Brasil, não foi diferente, passaram a (co-)existir, juntamente às famílias tradicionais (formadas por pai, mãe e filhos), outros arranjos familiares, como as famílias sem filhos (por opção, por problemas de saúde, por razões financeiras, pessoais e/ou outras); famílias monoparentais (formadas por apenas um dos pais (mãe ou pai) e seus filhos, geralmente em consequência de divórcios, separações, morte ou até pela decisão de criar os filhos sozinho(a)); famílias reconstituídas ou mosaico (formadas quando um ou ambos os parceiros de um novo casamento ou união traz filhos de relacionamentos anteriores); famílias homoafetivas (formadas por casais de mesmo sexo), entre tantas outras configurações familiares possíveis.

No entanto, se, por um lado, as famílias diminuíram de tamanho, por outro, havia também aquelas que desejavam aumentá-las, como as homoafetivas ou aquelas em que um dos cônjuges, por alguma razão, não podia e/ou não conseguia gerar/gestar filhos. Uma das soluções encontradas foi então a adoção, frequentemente desestimulada pela morosidade e pela burocracia, que torna o processo ainda mais lento.

Segundo a especialista em Direito Civil, Marta Maffei⁸, essa burocracia para a adoção evita arrependimentos e frustrações e também a preferência das famílias por crianças recém-nascidas ou com poucos meses de vida, de pele branca, saudáveis, entre outras exigências. Neste cenário, surgem as “barrigas solidárias” ou “barrigas de aluguel”, como são popularmente conhecidas, mas que na verdade, têm sentidos diferentes do ponto de vista legal, no nosso país.

⁸ Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/burocracia-e-determinante-na-demora-para-adocao-no-brasil/>. Acesso em 13 mai.2025.

A “barriga de aluguel” consiste em uma espécie de “transação financeira”, já que aquela que “aluga” a barriga deseja ser recompensada com bens materiais dos mais diferentes tipos, como dinheiro na moeda corrente no seu país de origem para o acompanhamento da gravidez, incluindo cuidados médico-hospitalares e até mesmo os custos com uma alimentação mais saudável e rica em nutrientes e, após o nascimento, uma espécie de “indenização”, imóveis, pensões vitalícias, entre outros. De acordo com Graziuso e Carlos (2021):

Nesse tipo de “acordo comercial” não há qualquer tipo de contato entre a criança e aquela que “alugou” a barriga, ou seja, não se estabelece qualquer vínculo afetivo entre eles, já que a mãe substituta e a criança são separadas ainda na maternidade. No Brasil, a prática da “barriga de aluguel” não está prevista nas leis, mas, em alguns estados dos Estados Unidos e em alguns países como a Colômbia, a Albânia e a Ucrânia, a contratação da “maternidade de substituição” é um processo legal, o que faz com que esses países sejam o destino certo para aqueles que decidem contratar esse tipo de “serviço”. De acordo com regulamentação estatal, existindo três modalidades: jurisdições permissivas de gestação de substituição comercial e altruísta (como na Rússia, Ucrânia, Colômbia e em alguns estados dos Estados Unidos); jurisdições proibitivas de ambas as formas da prática (como na China, França, Itália, Alemanha, entre outros) e jurisdições relativamente neutras, nas quais duas abordagens são possíveis: países restritivos que permitem apenas gestação de substituição altruísta (como no Reino Unido, Grécia e Brasil, entre outros) e países que não regulamentam a prática (como na Irlanda, Japão, Bélgica, entre outros). Trimmings e Beaumont (2013) realizaram pesquisa em jurisdições de 25 países, entre os anos de 2006 e 2011, onde observado que 28% destes não regulamentavam a prática, 20% proibiam por completo, 28% permitiam apenas na forma altruísta e 24% permitiam ambas as formas de gestação de substituição (Graziuso e Carlos, 2021, p. 3).

Já a “barriga solidária” é assegurada pela Resolução nº 2.121/2015, emitida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que legisla sobre as normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida (TRA). A resolução tem como objetivo atualizar e regulamentar os procedimentos relacionados às tecnologias de reprodução assistida, garantindo segurança e ética nas práticas, tanto para os profissionais de saúde quanto para aqueles que buscam por esse tipo de procedimento, ampliando o acesso a casais homoafetivos, pessoas solteiras e homens e mulheres que desejam preservar sua fertilidade.

Cabe ressaltar, também, que esse procedimento agrega um alto valor de investimento, não sendo acessível para grande parte daqueles que desejam ter filhos e que não conseguem tê-los pelo método natural. Alia-se a esse fator, também, a questão racial. Segundo a socióloga Fernanda Bittencourt Vieira, não é somente o alto custo que marca a diferença entre classes, pois, “a normalização da parentalidade também se relaciona

com a classe social e o pertencimento racial, uma vez que há políticas de reprodução, pelas quais se define quem é estimulado a reproduzir e quem é desencorajado ou mesmo impedido” (Vieira, 2008, p. 45).

Dentre os principais pontos, a resolução regulamenta a “gestação de substituição”, ou “barriga solidária”, permitindo que outra mulher geste uma criança no lugar daquela que não pode fazê-lo, desde que não haja nenhum acordo financeiro envolvido, isto é, que seja feito por motivos altruístas, que consiste em ajudar alguém sem esperar nada em troca. Desse modo, o procedimento deve ser preferencialmente realizado por uma parente de até quarto grau dos solicitantes (mãe, irmã, tia, prima). Em casos excepcionais, que fujam desses parâmetros, é necessária autorização do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Outras inovações previstas pela Resolução nº 2.121/2015 do CFM são: doação compartilhada de ovócitos (células reprodutivas femininas, produzidas nos ovários: óvulos); permissão para gestação compartilhada entre casais homoafetivos femininos; relativização da idade da mulher para gestar, doação de gametas e embriões, direito ao uso *post mortem* de gametas, entre outros. Contudo, a principal inovação foi mesmo a de reforçar o direito e o acesso de solteiros e casais homoafetivos – com certo poder aquisitivo, como mencionamos no parágrafo anterior – ao uso das técnicas de reprodução assistida.

Quanto às normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, a resolução também estabeleceu que a doação de gametas e/ou embriões não pode ter caráter lucrativo ou comercial e que a identidade de doadores e receptores deve ser mantida em sigilo. Essa resolução do CFM (2015) foi um marco no reconhecimento dos direitos reprodutivos dos casais homoafetivos, no Brasil, pois trouxe um avanço significativo em termos de inclusão, ao assegurar que todos, independentemente de orientação sexual ou estado civil, tenham o direito de utilizar técnicas de reprodução assistida. Essa mudança foi fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde a diversidade de famílias é respeitada e protegida legalmente.

Podemos dizer, então, que a resolução de 2015 não só abriu portas para solteiros e para casais homoafetivos que desejam ter filhos, como também reforçou o reconhecimento da diversidade familiar no país. Além disso, produziu impactos diretos sobre a autonomia reprodutiva, permitindo que mais sujeitos possam exercer a parentalidade de acordo com suas escolhas e circunstâncias de vida.

Em síntese, a resolução de 2015 (CFM), que legalizou o uso de técnicas de reprodução assistida por casais homoafetivos e por solteiros foi um marco importante para os direitos reprodutivos e a igualdade de gênero no Brasil, tendo em vista que antes dela, havia uma série de dificuldades legais e burocráticas para acessar procedimentos como a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*, tradicionalmente disponíveis para casais heterossexuais.

Como citado anteriormente, para a Análise de Discurso, todo sentido é historicamente constituído. Portanto, considerando essas mudanças na constituição das famílias, buscamos observar em nossas análises, o funcionamento da memória discursiva, que, se por um lado faz ressoar sentidos sobre a valorização e a continuidade familiar, por outro, faz circular discursos segundo os quais, a mulher é a única responsável por assegurar que um certo sobrenome não desapareça.

Foi nesse contexto, que a medicina passou a se interessar por aqueles sujeitos que desejavam ter filhos, mas, por alguma razão, não podiam tê-los, “é preciso ser mãe e pai, dar a continuidade familiar, “ver um pedacinho de si no outro”, mas o gerar já não é mais importante, este pode ser delegado” (Abrão, 2017, p. 14).

2.4 CORPO E CIÊNCIA: A MEDICINA REPRODUTIVA

Antes de abordarmos os discursos sobre a gestação de substituição, é importante salientar que, em 1978, na Inglaterra, o biólogo Robert Edwards e o obstetra e ginecologista Patrick Steptoe desenvolveram métodos para a primeira bem-sucedida concepção a partir de uma fertilização *in vitro* (FIV). A partir dessa revolução na medicina reprodutiva, os estudos e pesquisas relacionadas ao tratamento de infertilidade também avançaram e, assim, iniciaram-se as técnicas de reprodução assistida (TRA), também designadas de reprodução assistida (RA) e reprodução humana assistida (RHA).

Desde o congelamento ou a doação de gametas e embriões a outras técnicas como a redução embrionária, os avanços da Biotecnologia representavam o desejo de reprodução ou procriação de homens e mulheres em uma relação heterossexual, mas que sofriam de alguma patologia. Com o passar do tempo, as mudanças sociais e as formas de relacionamento trouxeram mais demandas para este tipo de procedimento, incluindo homens e mulheres que mesmo não sendo casados, desejavam aumentar a prole ou casais homoafetivos que desejavam ter filhos.

Dizendo de outro modo, a ampliação de demanda pela reprodução assistida (TRA) se destinava, principalmente, aos casais homoafetivos e, também, a solteiros que desejavam ter filhos sozinhos. Conforme Côrrea e Loyola (2015):

Rapidamente, a literatura socioantropológica se ampliou ao perceber que o “*desejo de filhos*” (HARDING 1986; IACUB, 1999; STRATHERN, 1993; CORRÊA; LOYOLA 1999; CORRÊA, 2003), independentemente de achados clínicos e patológicos em mulheres e homens, tem força suficiente para dar início a uma forte demanda por reprodução – ter filhos, formar família. Ou seja, o desejo de filhos conduz os indivíduos a aceitar e enfrentar os riscos (de medicamentos e procedimentos) e das limitações do sucesso das TRA (Côrrea; Loyola, 2015, p. 754-755)

Por conta de todo esse movimento, as TRA são pioneiras ao suprir essa demanda das mudanças comportamentais, tornando-se uma tendência comercial e tecnológica, e, junto com a FIV (fertilização *in vitro*), tornaram-se conhecidas na mídia e na literatura especializada como “a revolução da vida do século XX” (Côrrea; Loyola, 2015).

Com o surgimento dessas tecnologias para a reprodução assistida, em 1984, nasce, no Brasil, o primeiro bebê por fertilização *in vitro* e o primeiro avanço foi a já citada Resolução nº 2.121/2015, emitida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que tornou legal o uso de técnicas reprodutivas para parceiros do mesmo sexo.

Entrando nas discussões propostas para esta pesquisa, essas técnicas reprodutivas demonstram que os riscos e a necessidade de manipulações hormonais refletem, em grande escala, nos corpos de mulheres. Além do procedimento em si, após sua eficácia, a mulher enfrentará alterações físicas, psicológicas e hormonais provocadas pela gestação.

Além das diferentes designações e suas jurisdições, conforme já comentado, segundo Pasqualotto (2007) e Frazão (2000), há dois tipos de práticas no procedimento de gestação de substituição: a tradicional e a gestacional.

Na tradicional, a doadora temporária de útero é também doadora do material genético, sendo inseminada artificialmente com o material genético do pai intencional através de inseminação intrauterina, na qual os melhores espermatozoides são selecionados e introduzidos pela vagina, através do colo do útero. Esta é uma técnica de baixa complexidade, menos custosa, que pode ser realizada em consultório médico. Já na gestação de substituição gestacional, a doadora temporária de útero não tem qualquer relação genética com o bebê que será gestado por ela. Através da técnica da fertilização *in vitro*, considerada de alta complexidade, a fecundação é extracorpórea, com óvulo e espermatozoide previamente retirados de seus doadores e unidos em um meio de cultura artificial (*apud* Graziuso; Carlos, 2021, p. 3).

Em relação ao material genético, “pode-se ter o material genético do casal (homóloga) e implantar na pessoa que cedeu o útero; ser material genético de terceiros (heteróloga) implantado na pessoa que cedeu o útero; ou o material genético do marido com o óvulo de quem cede o útero” (Souza; Christ, 2022, p. 130). Dentre essas duas práticas, a gestação de substituição gestacional é a mais utilizada por conta do possível envolvimento emocional da doadora que gesta na prática tradicional (Graziuso; Carlos, 2021).

Considerando, portanto, o emocional dos envolvidos, questões éticas surgiram e são analisadas e discutidas tanto no campo das ciências biológicas, quanto no campo das ciências humanas, principalmente na área do Direito. Essas discussões permeiam, também, os dois modelos da prática da gestação de substituição já citados: o modelo comercial, quando há uma compensação financeira (barriga de aluguel), ou o modelo altruísta (barriga solidária), quando não há uma compensação financeira para a mulher que cedeu o útero no procedimento gestacional.

Essas questões nos levam, também, ao ponto já citado brevemente sobre as diferentes regulamentações dos dois modelos da gestação de substituição em diversos países no mundo, ou a falta delas, visto que o Brasil é um dos países em que não há lei específica, mas apenas algumas resoluções internas do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a questão.

3 NOS LIMITES DO (IN-)DIZÍVEL

Esperava o silêncio. Escutava muito ao redor de si. Mas nunca ouvia tudo; não sabia nem podia. (João Guimarães Rosa)

A princípio, nosso objetivo de pesquisa era proceder a uma análise discursiva dos dizeres sobre a barriga de aluguel no Brasil, no jornalismo digital, mas, no caminho, encontramos a falta, o silêncio, o interdito. Compreendemos um discurso interditado (ou interdito) não como o que "não foi dito", mas como o que foi impedido de ser dito, ou não pode ser dito livremente, isto é, que não pode irromper no fio do discurso em determinado contexto histórico, social ou ideológico, seja por proibição explícita, por censura institucional, ou por mecanismos simbólicos de silenciamento.

Isso porque a interdição/interdito constitui uma ameaça à ordem dominante, uma vez que rompe com os sentidos estabilizados por uma formação ideológica hegemônica, questionando/negando/polemizando leis, normas morais, instituições religiosas, familiares ou escolares pelo próprio funcionamento da ideologia, que silencia certos sentidos e naturaliza outros.

Um discurso interditado revela os limites do (in-) dizível, ou seja, os contornos do que é autorizado dizer em uma sociedade em dado momento. Dizendo de outro modo, o discurso interditado ou interdito é aquele dizer que, por razões ideológicas, sociais ou institucionais, não pode circular livremente. Ele evidencia os conflitos e disputas de sentido na sociedade e mostra que o discurso é sempre atravessado por relações de força.

É nessa movimentação entre o dizer e o calar que damos início ao nosso gesto de interpretação do nosso objeto discursivo, levando em consideração a possibilidade de que outras leituras a posição ocupada pelo sujeito, da inscrição do dizer em uma ou outra formação discursiva e das condições de produção dos discursos.

Neste momento, então, debruçamo-nos, durante o movimento teórico-analítico, nos processos de produção de sentidos sobre o corpo solidário nas materialidades recortadas como objeto de estudo. Lembramos que o corpo é uma materialidade discursiva afetado pelas determinações sócio-históricas-ideológicas. É também a partir dele que observamos possíveis gestos de resistência, assim como a (re-)produção de sentidos historicamente constituídos

Nas análises, levamos em consideração o “movimento pendular” conforme Petri (2013), que promove um ir e vir incessante entre a teoria e a análise. É nesse movimento

pendular da teoria para a prática e vice-versa, que observamos a interdição dos dizeres sobre a barriga de aluguel no Brasil.

Nesse ponto, retornamos ao mito do amor materno (Badinter, 1985), que ecoa nos discursos sobre a maternidade e a necessidade de amamentação⁹ e compreendemos os discursos sobre corpo solidário como discursos que se contraidentificam com o conceito de amor materno proposto pela filósofa e historiadora francesa. Tratamos ainda, do embate de sentidos entre as designações que envolvem o procedimento da gestação de substituição.

Nesse caminho, pensamos também nos mecanismos de controle sobre o corpo feminino e, por fim, ainda considerando o corpo discursivo, voltamo-nos às manchetes¹⁰ das notícias selecionadas, olhando para a falha, a falta e o desejo por filhos desse corpo fragmentado discursivamente.

3.1 O EMBATE DE SENTIDOS: GERAR E GESTAR

A SD2 que segue foi recortada da reportagem cuja manchete era: “Mulher gera bebê de casal de amigos e faz ensaio fotográfico com rosto escondido: 'eu sou apenas uma barriga solidária, não sou a mãe'” (Anexo 2), circulou no *site* do jornal g1, em 01/03/2024. Nela, o casal Vitor e Bruno contam que, para terem um filho, tiveram a ajuda de uma amiga, que não quis ser identificada tanto na entrevista quanto no ensaio fotográfico realizado durante a espera pelo nascimento do bebê. A amiga do casal – como é referenciada no texto – desejou que seu rosto não aparecesse nas fotos, apenas a sua barriga de gestante.

Importante dizer, que no *corpus* recortado para análise, esta é a única reportagem que aborda como um casal homoafetivo conseguiu gerar/gestar um filho por meio da barriga solidária.

SD2 – “**Eu sou apenas uma barriga solidária, não sou a mãe**, a Maya tem dois papais, e é isso que tem que ser visto: dois papais que estão realizando um sonho na vida deles. Que a Maya venha com muita saúde e perfeita, e que eles se sintam completos. Tenho certeza que a Maya será muito bem preparada para saber como veio ao mundo, então não vejo problema caso algum dia ela queira ver **[quem a gestou]**” (Dias, Carlos, 2024, [n. p.], negritos nossos).

⁹ Agradecemos à Prof^a. Dra. Dantielli Assumpção Garcia, membro da banca de qualificação, pela sugestão de inserir os discursos sobre a amamentação como parte do mito do amor materno.

¹⁰ Agradecemos à Prof^a. Dra. Mirielly Ferraça, membro da banca de qualificação, pelas observações das manchetes que utilizam a metonímia para referir-se ao corpo das mulheres.

Na SD2, a *amiga* do casal reforça o seu lugar de *apenas* barriga solidária, apagando o efeito de sentido de protagonismo na gestação, esvaziando a subjetividade da mulher que gesta. O corpo não é mais do que um corpo funcional, útil ao outro — o que reforçando a despersonificação e objetificação do corpo da mulher, já que aquela que gesta não terá qualquer participação na vida da criança. Esse possível sentido faz com que “mito do amor materno”, tal como proposto por Badinter (1985) se estilhace, pois nessa SD, o que ganha visibilidade não é o amor incondicional pelo filho, inerente à natureza da mulher, mas a funcionalidade de um corpo para gestar uma criança. Há, portanto, uma contraidentificação com o mito do amor materno proposto por Badinter (1985), que afirma que o amor materno não é uma característica biológica imutável, mas é, antes de tudo, uma construção social e histórica.

A expressão "não sou a mãe" ecoa, pelo funcionamento da memória discursiva, a diferença entre a mulher que realiza a gestação de substituição ("barriga solidária") e a mãe genética ou a mãe que vai exercer a função parental após o nascimento da criança. A função parental é o exercício do cuidado e da autoridade sobre a criança, com o objetivo de garantir seu pleno desenvolvimento. Ela vai além da filiação biológica e está ligada às práticas simbólicas, afetivas e sociais que sustentam a formação da criança. Em outras palavras, a expressão "não sou a mãe" é usada para enfatizar que, embora a mulher tenha gestado o bebê, ela não é a mãe biológica ou a mãe social da criança. Ela simplesmente “gesta” a criança para o casal Vítor e Bruno, sem estabelecer uma relação afetiva com ela.

Esse embate de sentidos entre “gerar” e “gestar” rompe com sentidos segundo os quais toda mãe “gera” seu filho. Esse rompimento com sentidos estabilizados/cristalizados/sedimentados, só é possível, conforme Indursky (2013), por conta do funcionamento da memória discursiva, que funciona como “pano de fundo”, sustentando dizeres sobre o mito do amor materno. Logo, para haver deslizamento/deriva de sentidos, é preciso que os já-ditos sobre o que é ser mãe sejam mobilizados. De acordo com a autora,

Derivar é romper com uma filiação, mas isso não implica esquecimento nem apagamento, pois os sentidos com os quais houve desidentificação continuam a ressoar desde o interdiscurso juntamente com os novos sentidos. [...] ocorreu uma re-significação, mas isso não permite afirmar que a memória da primeira formulação foi apagada frente ao surgimento de um novo sentido. Entendo que a memória funciona como pano de fundo para a interpretação dessa nova formulação e seus efeitos de sentido [...] (Indursky, 2013, p. 101).

Assim, retomando a metáfora do *nó* (Maldidier, 2017), os sentidos não são produzidos sozinhos, mas se constituem no funcionamento da língua, da ideologia e da história. Portanto, para compreendermos quais os efeitos de sentido eles produzem, é necessário que a memória discursiva ressoe e, nesse jogo entre o mesmo e o diferente, na SD analisada, há uma contraidentificação com os discursos hegemônicos do mito do amor materno (Badinter, 1985), que significa a maternidade como algo constitutivo de toda mulher.

Para Pêcheux (1995), a contraidentificação consiste “em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno” (Pêcheux, 1995, p. 215, grifos do autor). Este “sujeito universal” é a ideologia sobre a maternidade, “[...] Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau-espírito”, se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” [...]” (Pêcheux, 1995, p. 215, grifos do autor).

Essa contraidentificação se dá porque a *amiga* que cedeu o útero ao casal nega o mito do amor materno: ela apenas gesta, mas não estabelece vínculos afetivos e nem assume responsabilidades, como educar/criar a criança. A diferença de sentido entre “gerar” e “gestar” um filho está relacionada, portanto, ao tipo de vínculo e ao processo envolvido na reprodução e ganha relevância especialmente nas discussões sobre a gestação por substituição, prevista em lei e a barriga de aluguel, como é popularmente conhecida. Gerar refere-se à contribuição genética, uma vez que envolve a doação do óvulo ou do espermatozoide. Ou seja, a mulher/homem que doa o óvulo/espermatozoide é a genitora/genitor da criança.

Gestar, por outro lado, diz respeito ao processo da gravidez e está relacionado à prática de uma mulher carregar um bebê no corpo, mesmo que não tenha vínculo genético com ele. Essa é a função do corpo solidário. Assim, uma mulher pode gestar sem gerar e também pode gerar sem gestar.

Para Orlandi (2015, p. 41), “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. Logo, as palavras não têm um sentido literal, mas retiram seu sentido das formações discursivas em que se inserem aqueles que as produzem, ou seja, para que o sujeito se constitua e produza sentidos, ele deve se sujeitar à língua e à história.

Como já mencionamos, há um embate de sentidos entre “gerar” e “gestar” uma criança, mas essa “escolha” por um ou outro verbo não é neutra e levanta debates sobre a maternidade biológica, afetiva, legal e ética: quem é mãe? a que gera, a que gesta ou ambas?, encaminhando o discurso para o domínio do jurídico.

Afetados por essa relação língua-ideologia, “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na “linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1995, p. 161, grifos do autor). Conforme o autor, a formação ideológica “[...] constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (Fuchs; Pêcheux; 1990, p. 166, grifos do autor).

Há, então, um deslocamento na rede de sentidos sobre o que é “ser mãe”, e, logo, a inscrição do dizer em outra FD. Melhor dizendo, há um rompimento com essa formação discursiva do mito do amor materno e uma movimentação na rede de sentidos já existentes, dando início à “elaboração de uma nova rede discursiva de formulações” (Indursky, 2003, p. 120).

Ainda na SD 2, consideramos, também, o uso da palavra “amiga”, que aponta para sentidos de altruísmo. A “amiga” apenas “empresta” o útero para gestar o bebê para Bruno e Vitor. Na prática da gestação por substituição, o altruísmo é um princípio central, já que a mulher que gesta o bebê o faz por solidariedade, ou seja, porque normalmente têm laços de afeto ou parentesco com os futuros pais, sem esperar nada em troca.

Por fim, também nos atentamos aos colchetes destacados ao final da SD 2 “[quem a gestou]”. Os colchetes são um sinal de pontuação utilizado para explicar ou retomar algum termo anterior para que a informação passada seja entendida. Neste caso, o próprio g1 parece reafirmar este lugar ocupado pela *amiga*: ela não é a mãe, mas apenas a mulher que gestou o bebê.

Esses sentidos só são possíveis pelo funcionamento do interdiscurso/memória discursiva, inicialmente tomados como sinônimos. Para Orlandi (2015, p. 29), esses conceitos se entrelaçam e podem definidos como o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentado cada tomada de palavra”.

Indursky (2011) compreende os conceitos de memória discursiva e de interdiscurso como diferentes. Segundo a autora, enquanto o interdiscurso é o já-dito que

reúne “todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas”, a memória discursiva “diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FDs, no interior das quais ela recebe seu sentido” (Indursky, 2011, p. 87).

Para a autora, a memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, isto significa que ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FDs, no interior das quais ele recebe seu sentido” (Indursky, 2011, p. 87). Assim, a memória discursiva é “circunscrita a uma FD e, por essa razão, é esburacada, lacunar. É ela que [...] trabalha a lembrança e a repetição [...] mas, também, trabalha sentidos em deriva, pois, mesmo quando fortemente re-significados, evocam o espaço de memória de sua proveniência” (Indursky, 2013, p. 101). Já o interdiscurso abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FD (Indursky, 2011, p. 88).

3.2 OS DIFERENTES MODOS DE PRODUZIR SENTIDOS

Nesta seção, discutimos o uso das diferentes designações usadas para nos referirmos à “doação temporária do útero” para gestar um filho e relembremos que, neste trabalho, para as buscas, utilizamos a designação “barriga solidária”, porque é a que aparece com mais frequência no *corpus* recortado para análise, certamente por ser aquela que se alinha à legislação brasileira vigente.

Contudo, como já mencionamos, neste trabalho, pensamos que gestar uma criança vai além de ceder/doar temporariamente o útero, tendo em vista que provoca uma variedade de mudanças no corpo da mulher, que passa a sofrer com sintomas físicos, que não são iguais a todas elas, mas incluem mudanças físicas, emocionais e até mesmo psicológicas.

Assim, emprestaremos a designação corpo solidário, proposta pela enfermeira Kelly Ribeiro de Freitas Viana, em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao trazer os mesmos questionamentos sobre as mudanças no corpo da mulher durante e após a gestação. Nesse sentido, ela opta pela designação “corpo solidário) “por entender que o corpo da mulher está envolvido nesse processo, não somente a barriga” (Viana, 2017, p. 16). Pensamos que o adjetivo solidário, tenha sido utilizado, além disso, a fim de considerar a legislação brasileira que não permite o procedimento como uma troca comercial. Neste trabalho, utilizamos essa designação por

considerarmos o corpo como um lugar discursivo e também para nos afastarmos das outras designações que pensam o corpo que gesta como constituído apenas de um útero.

Nessa mesma linha de raciocínio, as designações “útero de substituição”, “gestação de substituição”, “cessão temporária de útero” e “gravidez por substituição” são uma referência à “doação temporária do útero”, conforme a mais recente Resolução 2.320/2022, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que legisla “que clínicas, centros ou serviços de reprodução assistida podem usar técnicas de RA (reprodução assistida), desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética ou em caso de união homoafetiva”¹¹. No entanto, a mesma resolução deixa claro que “as doadoras temporárias do útero devem pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau” e não deve pressupor pagamento ou qualquer outra comodidade financeira.

“Barriga solidária” produz efeitos de sentido que apontam para o gesto de tentar ajudar, amenizar ou de se colocar no lugar do outro para diminuir-lhe a dor ou uma necessidade, sem qualquer vantagem financeira. A barriga solidária não pressupõe qualquer lucro para quem gesta, ou seja, a família contratante paga apenas pelo procedimento, prática permitida em grande parte dos países, respeitando a regulamentação local.

Uma “barriga solidária” significa, portanto, “emprestar” a barriga a outro casal ou pessoa solteira, como forma de desprendimento, seja de ordem afetiva, material ou emocional. Nos discursos que analisamos, a barriga solidária ressoa sentidos ligados ao altruísmo, à afetividade, pois a mulher gesta filho(s) somente com quem tem laços consanguíneos ou uma relação de amizade sólida.

Já a designação “barriga de aluguel” se refere à prática permitida em apenas alguns países, na qual há compensação à mulher que irá gestar uma criança e dá visibilidade a sentidos relacionados ao mercado financeiro, já que “alugar”, de acordo com o Dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa¹², significa “cessão ou aquisição de um objeto ou serviço por tempo e preço determinados; 2. Preço da cessão temporária”. Trata-se, portanto, de certo modo, de uma “prestação de serviço” por tempo e preço determinados, de um “arrendamento” ou “locação” da barriga para gerar outra vida, sem que haja, necessariamente, um parentesco entre os sujeitos envolvidos na “transação”. Além das

¹¹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/barriga-de-aluguel-veja-o-que-diz-a-legislacao-e-entenda-como-funciona/556821029>. Acesso em: 10 mai. 2024.

¹² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/aluguel>. Acesso em: 10 mai. 2024.

designações para o procedimento da “gestação de substituição”, também encontramos diferentes modos de significar a mulher que é corpo solidário: “mãe substituta”, “mãe de aluguel”, “mãe hospedeira” e “mãe por procuração”.

Segundo Guimarães, as designações têm uma relação com o contexto histórico, assim, “a designação não é algo abstrato, mas lingüístico (*sic*) e histórico. Ou seja, é uma relação lingüística (*sic*) (simbólica) remetida ao real, exposta ao real” (Guimarães, 2003a, p. 21). Ainda, segundo o autor, as designações são construídas a partir de seus possíveis enunciados (Guimarães, 2003a, p. 21-22), portanto, “aluguel” e “solidária” podem estar em enunciados relacionados aos corpos das mulheres, assim como “substituta”, “hospedeira” e “procuração” podem associar-se ao substantivo “mãe”, visto que a designação funciona como um “elemento das relações histórico-sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (Guimarães, 2003a, p. 22).

Neste processo de constituição de sentidos, a Análise de Discurso pecheutiana reconhece o sujeito como ideológico e reproduzidor das relações sociais (Courtine, 2009, p. 71), uma vez que, segundo Pêcheux, o discurso “só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva” (Pêcheux, 1990, p. 18), ou seja, ao reconhecer, identificar-se e repetir um já-dito, inscrito em uma ou mais formações discursivas, os sentidos são naturalizados.

Desse modo, no discurso jornalístico, a gestação de substituição é significada como “barriga solidária”, para alinhar-se ao discurso da medicina e do direito, mas como “não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 2014, p. 301), o sentido que se tornou consensual foi “barriga de aluguel”, tanto que em uma das reportagens analisadas, há uma nota desfazendo o “equivoco”. Conforme o autor citado, “uma palavra por outra” é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]” (Pêcheux, 2014, p. 301).

Atentamo-nos, também, ao substantivo “mãe” que se repete em todas as designações para a mulher que é corpo solidário. Nas materialidades recortadas para análise, o sentido do substantivo “mãe” discursiviza a mulher que gesta. Na gestação de substituição, entretanto, depois que o bebê nasce, a “mãe” deixa de ocupar esse lugar para que outro sujeito seja significado como aquele que “cria e educa criança ou adolescente que não foi gerado por ele”. Há, portanto, uma deriva, um deslocamento de sentidos.

Outro ponto interessante é a diferença na constituição de designações entre o procedimento em si e o corpo solidário: para o primeiro caso, designam-se partes do corpo – barriga e útero -, enquanto para o segundo caso, ressoam sentidos sobre a maternidade.

Portanto, essas designações sobre a mulher que é corpo solidário, ao manter o substantivo “mãe”, funcionam como um mecanismo de controle de sentidos histórico-ideologicamente constituídos, que “não retomam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades” (Orlandi, 2015, p. 52).

Entendemos, então, um duplo funcionamento no sentido dessas designações: de um lado, ressoam os sentidos sobre o que é ser “mãe” (aquela que gesta) e que foram naturalizados ao longo do tempo, e de outro, a (des-) construção, o deslocamento desse sentido, como sendo “mãe” aquela que cria/educa uma criança/adolescente com a qual/o qual, necessariamente, não tem qualquer vínculo genético.

ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um **deslocamento** nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui [...]. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só **repete** (Orlandi, 2015, p. 52, negritos nossos).

É interessante frisar que, segundo Orlandi, essa é uma repetição histórica, compreendida por ela como “a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido (Orlandi, 2015, p. 52).

Com isso, retomando os estudos de Guimarães (2003), compreendemos que as diferentes designações apontam para as possibilidades de enunciação em um determinado contexto histórico e estabelecem uma relação com o que pode ser dito sobre a mulher e seu corpo naquela circunstância de enunciação. Discursivamente, dizemos que se trata do efeito metafórico, pois o útero de uma mulher ou simplesmente “barriga” pode ser “emprestado/cedido”, ou, pode ser “doado temporariamente”, configurando a barriga “solidária” que produz o efeito de sentido de altruísmo, de empatia por alguém da família, não implicando, portanto, nem fins lucrativos nem o rompimento da linhagem, isto é, da carga genética familiar.

Contudo, esse útero ou barriga, também pode ser alugado por um valor previamente acertado, reverberando sentidos relacionadas à transação comercial, a lucro, à renda obtida a partir de um serviço prestado. Nesse caso, o que importa não é a empatia, mas o benefício que esse útero/barriga pode trazer: de um lado, a possibilidade de gestar

uma criança e de outro, de melhorar a condição financeira daquela que se propõe a gestar a criança.

Ou seja, a partir da escolha de uma ou de outras palavras, podemos observar a movimentação de sentidos sobre os corpos das mulheres, na língua.

3.3 DO NÃO DITO AO NÃO VISTO

Em nossa análise sobre as designações que significam o corpo da mulher e o processo de gerar/gestar um filho, verificamos que a expressão corpo solidário é usada para designar aquele corpo que ocupa o lugar de mãe durante o processo de gestação. É a mãe substituta, que deixa de ocupar esse lugar assim que a criança nasce, para que outro sujeito o preencha. No entanto, biologicamente, tanto o corpo solidário quanto o corpo de aluguel passam por grandes mudanças hormonais, no puerpério. Enquanto o corpo solidário (que gestou) sofre com essas mudanças, de outro lado, a mulher que assumirá a parentalidade da criança, em alguns casos, realiza tratamentos hormonais para que seu corpo seja capaz de produzir leite e, assim, amamentar o filho desejado.

Nesse sentido, analisaremos a sequência discursiva (SD3), recortada da A Folha, publicada em 22/05/22 e cuja manchete é “Sou barriga solidária pela segunda vez em dois anos” (Anexo 3). A materialidade em análise narra a história de Luciene, de 38 anos, filha adotiva, maquiadora e que já ajudou uma amiga a “realizar o sonho de ser mãe” e que gesta, pela segunda vez, uma criança para outra amiga, que também sonha com a maternidade. Segundo ela, portanto, ela já cedeu o útero duas vezes, sem esperar nenhuma compensação financeira.

Esse efeito de sentido de altruísmo e empatia é reforçado quando a reportagem cita que ela é também doadora de sangue, de óvulos e de medula óssea, produzindo um efeito de sentido de solidariedade, de que ela está sempre envolvida nas causas que envolvem a saúde de outras pessoas. O fato de ser “filha adotiva” talvez explique a necessidade/satisfação de ajudar outras mulheres a realizarem “o sonho de ser mãe” como ela própria enfatiza no seu discurso.

A formulação “Para mim, estar grávida nunca foi difícil. Na minha cabeça, sei que aquele bebê não é meu. A maior dificuldade é no puerpério, porque os hormônios colocam em cheque (*sic*) a nossa razão e nossos sentimentos” sinaliza para efeitos de sentido de diferenciação entre gerar/gestar um bebê, pois enquanto “gerar” significa “dar vida”,

“trazer à luz”, “gestar” significa abrigar o feto em desenvolvimento até o momento do parto.

Contudo, ela não apaga as dificuldades enfrentadas por ser corpo solidário. Como já mencionamos, após o nascimento da criança (puerpério) que têm início logo após o parto e pode durar entre 6 a 8 semanas, o corpo da mulher se recupera das mudanças ocorridas durante a gestação e o parto e que enfrenta uma série de sintomas físicos, hormonais e emocionais. Nessa SD, portanto, Luciene conta um pouco sobre a importância de ter um acompanhamento psicológico após o parto.

SD3 – **"Para mim, estar grávida nunca foi difícil.** Na minha cabeça, sei que aquele bebê não é meu. **A maior dificuldade é no puerpério, porque os hormônios colocam em cheque (sic) a nossa razão e nossos sentimentos.** Por isso é importante fazer todo o acompanhamento psicológico correto até um ano após o nascimento do bebê", diz a maquiadora (Sou..., 2023, [n. p.], negritos nossos).

O puerpério é um período conhecido pelas intensas mudanças hormonais e emocionais e traz desafios inesperados. Conforme Luciene, mesmo que a mulher tenha plena convicção de que o bebê que gesta não é dela, os hormônios podem intensificar emoções e causar um conflito interno entre o que ela sabe, racionalmente (que o bebê não é dela), e o que pode sentir emocionalmente. Esse impacto profundo das alterações hormonais, nesse período, pode desestabilizar a clareza emocional da mulher, provocando sentimentos de apego, tristeza ou confusão, independentemente da consciência clara do lugar de corpo solidário.

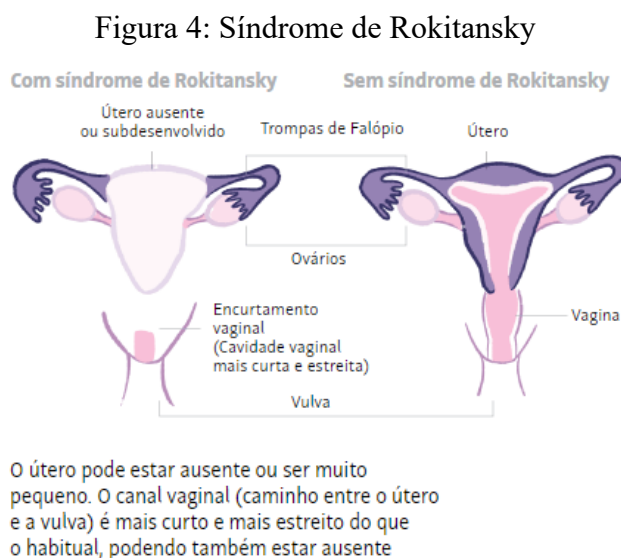
Isso pode ser comprovado quando ouvimos histórias segundo as quais, após o parto, a mulher se recusa a entregar a criança para aquela que se encarregará da criação e da educação, como acontece, por exemplo, na adoção. No entanto, no caso de Luciene, ela é aquela que gesta também e também a mãe biológica. Esta SD é uma das poucas que tratam do pós-parto do corpo solidário, no *corpus* recortado como objeto de estudo deste trabalho e mostra o embate de sentidos entre gestar e gerar, como já discutimos anteriormente.

Nesta falta, compreendemos o funcionamento do silêncio constitutivo, dizer “x” para não dizer “y”, evitar sentidos indesejáveis (Orlandi, 2007a). Pensamos, também, que isso se dá, segundo as análises que fizemos, porque a designação “corpo solidário” é mais ampla e abrange a totalidade de questões que envolvem o corpo da mulher antes, durante e após a gestação, já que uma criança foi gestada por um corpo, mas é entregue para outro que cria/educa. Nessa movimentação de sentidos, o corpo que gesta continuará sofrendo

com os sintomas do pós-parto, ou seja, ainda viverá mudanças físicas e psicológicas decorrentes da gestação, independentemente se a barriga foi “solidária” ou “de aluguel”.

Na reportagem intitulada “Mulheres sem útero recorrem a barrigas solidárias e adoção para serem mães” (Anexo 3), publicada pela A Folha, em 13/03/23, circulam sentidos sobre a impossibilidade de gerar/gestar um bebê em razão de problemas fisiológicos, como a Síndrome de Rokitansky, discursivizada pelo portal como uma síndrome rara que afeta 1 em cada 5 mil mulheres e que consiste na ausência de útero e/ou do canal vaginal.

Na materialidade analisada, Thaysa Godoy (44 anos, *designer* de interiores, de Belo Horizonte), Márcia Marques (47 anos, assistente social, de Goiânia) e Claudia Menotti (52 anos, dermatologista) contam como receberam a notícia, ainda muito jovens, de que não poderiam gerar um filho, porque são portadoras da Síndrome de Rokitansky. Esse transtorno físico é explicado, pelo portal, via infográfico, como segue:



Fonte: Adaptado de Mulheres... (2023)

No jornalismo, o infográfico é um tipo de texto que alia diferentes materialidades significantes, como textos, gráficos, ícones, entre outros, a fim ilustrar as informações, tornando mais fácil o entendimento do leitor. O uso dessas diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2009; 2011) chamam a atenção do leitor, gerando o engajamento, em um espaço em que há grande volume de informação, como a *internet* e em que cada acesso importa.

Na sequência, o portal diferencia os dois tipos da síndrome: “Tipo 1, quando afeta apenas os órgãos reprodutores, com incidência de uma em cada 5.000 mulheres; Tipo 2, com associações de alterações sistêmicas de outros órgãos, com incidência em uma a cada

10 a 15 mil mulheres”. Essa formulação verbal encaminha para sentidos de que se trata de uma síndrome rara e se ancora no discurso da medicina, produzindo o efeito de sentido de verdade.

Figura 5: Página inicial do site do Instituto Roki



Fonte: Instituto Roki ([s. d.], n. p.).

Apesar das informações importantes sobre a síndrome que não permite que algumas mulheres sejam mães, o que nos interessa é compreender como essas mulheres foram significadas pelos médicos. Vejamos como os sentidos são produzidos nas SDs que seguem:

SD4 - Foi um baque. Chorei muito, mas o médico foi muito sábio ao me dizer: ‘Não estou falando que você não será mãe, **apenas que você não vai poder gerar**. Você ovula, quem sabe sua mãe não gera para você?’ (Mulheres..., 2023, [n. p.], negritos nossos).

Nessa SD, pelo funcionamento da memória discursiva, ressoam sentidos sobre o lugar da mulher na sociedade. Não poder ser mãe configurou “um baque”, porque, pelo menos no imaginário coletivo, toda mulher quer/deve ser mãe. Esse discurso ecoa o discurso bíblico, segundo o qual, Deus abençoa Adão e Eva, dizendo: "Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra" (Bíblia, Gn, 1:28).

O discurso médico é usado para produzir o efeito de sentido de verdade e essa SD encaminha para o sentido de resiliência, de que não poder gerar uma criança não significa não pode ter um filho. Retornamos, aqui, à discussão sobre o embate de sentidos entre gerar e gestar uma criança. Nessa SD, foi usada a palavra gerar, porque, segundo o

médico, Thaísa não tem útero, mas ainda assim ovula, tanto que na reportagem é dito que ela fez uma FIV (fertilização *in vitro*) e que os corpos solidários foram a mãe e, numa segunda gestação, a cunhada. O efeito de sentido produzido é o de que a gestação de substituição, nos dois casos, respeitou os critérios do CFM.

Thaysa conta, ainda, sua experiência de amamentar pela primeira vez, já que isso não havia sido possível com sua primeira filha.

SD5 - Quarenta dias antes do parto, Thaysa começou a estimulação para produzir leite. Na primeira gravidez, ela não havia conseguido amamentar a filha. "Quando Ana Victória nasceu, agarrei nela feito uma leoa. Amamentei por seis meses e meio. Foi maravilhoso. **Eu precisava viver isso.**" (Mulheres..., 2023, [n. p.], negritos nossos).

Nessa SD, ressoam sentidos que inscrevem o discurso no domínio da medicina e da religião. Consideramos que os sujeitos e os sentidos são constituídos histórica e socialmente e de tanto se repetirem passam a ser naturalizados, ou seja, passam a ser hegemônicos. De um lado, o discurso religioso “Farei com que, na gravidez, tenhas grandes sofrimentos; é com dor que hás de gerar filhos” (Bíblia, Gn, 3:28). Do outro, o discurso do corpo feminino medicalizado. No Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde, há o discurso sobre a importância do aleitamento materno.

Acredita-se que a amamentação traga benefícios psicológicos para a criança e para a mãe. Uma amamentação prazerosa, os olhos nos olhos e o contato contínuo entre mãe e filho certamente fortalecem os laços afetivos entre eles, oportunizando intimidade, troca de afeto e sentimentos de segurança e de proteção na criança e de autoconfiança e de realização na mulher. Amamentação é uma forma muito especial de comunicação entre a mãe e o bebê e uma oportunidade de a criança aprender muito cedo a se comunicar com afeto e confiança (Brasil, 2009, P. 18).

O imaginário sobre a maternidade é constituído a partir desses discursos hegemônicos. Entendemos, então, que Thaysa, mesmo não tendo gestado a criança, irá amamentá-la, colocando-se na posição-sujeito mãe. Ainda sobre o imaginário, Thaysa menciona que a amamentação era algo que ela desejava muito, “Eu precisava viver isso”, o que reforça que o efeito de sentido de que o aleitamento é um momento necessário para o ritual da maternidade, para que a mulher ocupe, de fato, o lugar de mãe.

Retomando Badinter (1985), os sentidos sobre a amamentação foram constituindo-se historicamente. Segundo a autora, antes de 1760, amamentar era um ato vergonhoso. Portanto, as famílias buscavam amas de leite para realizar esse gesto “repugnante”. Além disso, o discurso faz ecoar diferenças entre as classes sociais.

Historicamente, o ofício das amas de leite é antigo, mas este modelo retorna por conta das práticas sociais da elite aristocrata, que influenciou até as classes menos favorecidas, tornando-se uma prática popular e uma necessidade para as mulheres que ajudavam seus maridos no comércio. De um lado, a elite não amamentava por conta do sentido negativo que a prática carregava, do outro, as mulheres menos favorecidas trabalhavam para sobreviver e a criação das crianças não era uma preocupação neste período.

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra "ridícula" retorna com frequência (*sic*) nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher "vaca leiteira", é um gesto despudorado (Badinter, 1985, p. 96).

Após esse período, a amamentação continua sendo uma questão de classe, mas nesse momento a mulher burguesa é a mulher do lar, que irá amamentar seus filhos. Antes, apesar do corpo da mulher produzir leite, a amamentação não era aceita socialmente; depois, a amamentação é significada como um chamado da natureza, relacionado ao instinto materno. Dessa maneira, a mulher deve ocupar esse lugar e esforçar-se para ser uma boa mãe, incluindo amamentar o filho. Apesar dessa nova posição ocupada pela mulher e o incentivo à amamentação, alguns discursos reverberam sentidos de que a amamentação é um dever materno, mas ao mesmo tempo, a mulher precisa esconder os seios, evitando possíveis constrangimentos, já que os seios, em algumas culturas, como a nossa, significam mais do que uma parte anatômica do corpo da mulher. Eles não significam por si mesmos, mas são atravessados por discursos médicos, religiosos, publicitários, feministas, eróticos, morais, entre outros. Assim, o sentido dos seios, na sexualidade feminina, é resultado de disputas simbólicas: ora ele é objeto de desejo, marcador de identidade feminina ora um fator de legitimação da maternidade.

No discurso jornalístico, há um corpo que gesta, o corpo solidário. No entanto, assim que a criança nasce, esse corpo que gesta e cujos seios se enchem de leite, saem de cena para que outro corpo assuma essa posição. Nessa transferência de corpos e de sentidos, Thaysa “precisou” da amamentação para se reconhecer e ser reconhecida como mãe.

Na SD6, foi a vez de Márcia Marques saber, de forma abrupta, aos 17 anos, que não poderia ter filhos:

SD6 - O técnico me olhou e falou: ‘O médico já te disse que você não tem útero e que nunca vai poder ser mãe’? (Mulheres..., 2023, [n. p.]).

Nessa SD, ecoam sentidos naturalizados de que as portadoras da Síndrome de Rokitansky não podem ter filhos, porque não têm útero. De acordo com o discurso religioso, especialmente, no Antigo Testamento, a capacidade de ter filhos era vista como uma bênção e como sinal de prosperidade, além de um favor de Deus. Portanto, as mulheres “estéreis” como eram designadas as mulheres que não podiam gerar um filho, sofriam com essa condição e não raro se sentiam desvalorizadas em uma sociedade onde a maternidade era central. Um exemplo é Ana, mãe de Samuel, que chorava e orava intensamente por um filho (Bíblia, Sm, 1:10-11).

Na SD7, a dermatologista Cláudia conta que aos 20 anos foi diagnosticada com a síndrome e que exerce a maternagem como médica, como tia, como filha, como amiga, em todas as suas relações:

SD7 - a sorte foi ter uma mãe maravilhosa que lá na década de 80 me disse: ‘Cláudia você vai ser mãe se quiser, quando você decidir, da forma como escolher’ [...] “Exerço a maternagem como médica, como tia, como filha, como amiga, em todas as minhas relações. Sei da janela de oportunidades que uma mulher tem de ser mãe, mas eu também sei da beleza que é não ter filhos.” (Mulheres..., 2023, [n. p.], **negritos nossos**).

Nessa SD, assim como na SD4, a síndrome de Rokitansky não é significada como impossibilidade de ser mãe. O discurso que circula é que a maternagem pode ser vivida de outras formas, nas relações familiares, nas amizades ou até mesmo na vida profissional. Nesta SD, o efeito de sentido produzido pelo discurso da mãe de Cláudia é o de que é possível ser mãe, sem precisar se submeter a um transplante de útero, recorrer ao corpo solidário ou à longa e burocrática espera na fila de adoção. De acordo com ela, como médica, ela conhece as possibilidades que toda mulher tem de ser mãe, mas também sabe “a beleza que é não ter filhos”.

Por um viés discursivo, compreendemos que diferentes materialidades significam diferente. Para Orlandi (1995), “são diferentes relações com os sentidos que se instalam. São diferentes posições do sujeito, são diferentes sentidos que se produzem” (Orlandi, 1995, p. 39). Ao significarmos o corpo como materialidade discursiva, o compreendemos, também, como afetado pela ideologia. Logo, os corpos das mulheres que produziram os

discursos nas SDs analisadas sofrem as determinações de um período histórico, social e ideológico. Pelo funcionamento da memória discursiva, esses corpos significam e movimentam sentidos, apontando para sentidos naturalizados/sedimentados ou para a falha:

O corpo como um elemento que comporta, assim como a linguagem, a falta, o equívoco, capaz de resistir e mostrar a contradição do sujeito e que, portanto, pode ser considerado como um elemento passível de análise e como uma ferramenta, no quadro teórico da análise de discurso, possível de ser usada para se chegar aos efeitos de sentidos que não estão dados sob o efeito da evidência. Se consideramos o não dito significando no dito por palavras, podemos considerar o não visto significando no visto pelo corpo... (Radde, 2012, [n. p.]).

3.4 À DERIVA: O CORPO INTANGÍVEL E O CORPO QUE SE DEIXA MANIPULAR

Ainda tomando o corpo como uma materialidade discursiva, analisaremos o “entrelaçamento dessa trama entre corpo, olhar e discurso [...], investigando, perscrutando o sujeito que se deixa falar e ocultar pelo corpo e no corpo” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 106). Em algumas das notícias do *corpus*, ecoam sentidos sobre a Resolução do CFM nº 2.320/2022, que regulamenta o procedimento de barriga solidária no Brasil, como o grau de parentesco e a proibição de haver um processo comercial, além de outras determinações que irrompem nas SDs 8 (Anexo 5), 9 (Anexo 3) e 10 (Anexo 6).

SD8 - A gestante deve ter ao menos um filho vivo e, se casada, deve ter autorização do cônjuge para ceder temporariamente o útero. (Mulher..., 2024, [n. p.]).

SD9 - Aprovação do(a) cônjuge ou companheiro(a), apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável. (Sou..., 2023, [n. p.]).

SD10 - "Eu conversei com meu marido e decidi fazer. [...] Eu tive esse sentimento dentro de mim", contou Rafaela (Barriga..., 2023, [n. p.]).

Entendemos que as sequências discursivas 8, 9 e 10 reverberam as leis que regulamentam o procedimento do corpo solidário. Nessas formulações, observamos, pelo funcionamento da memória discursiva, que o corpo da mulher é também objeto de controle do Estado, da família e da religião, que se escondem por detrás do discurso hegemônico da medicina. Como exemplo disso, apenas em 2022, a Lei 12.364/2022¹³

¹³ Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/45299/agora-e-lei-mulheres-podem-colocar-diu-sem-autorizacao-do->

passou a dispensar a autorização do cônjuge para a implantação do dispositivo intrauterino (DIU) no corpo da mulher, ecoando o discurso patriarcal, segundo o qual, o corpo da mulher não lhe pertence. Ele é do domínio do homem.

Uma das reflexões levantadas durante esta pesquisa, que aparece na análise da SD2, é questionar se estes discursos sobre o corpo solidário funcionam como resistência aos discursos hegemônicos ou como a reprodução de sentidos sobre o corpo da mulher e sobre a maternidade ideologicamente cristalizados, ao longo dos tempos. Foi neste percurso que passamos a considerar o corpo à deriva, nos processos que “o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder” (Orlandi, 2007b, p. 61) e que, nos deslocamentos e na falha do ritual, se “dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência” (Orlandi, 2007b, p. 61).

Assim, como o sujeito se inscreve na língua, ele também se inscreve no corpo.

o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas condições de produção, sua historicidade e a cultura que o constitui. Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível, e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível (Leandro-Ferreira, 2013, p. 105).

Nos discursos sobre o corpo, há um já dito que os sustenta, e que deriva de diferentes FDs, como da medicina, da família, da religião e do jurídico. Além disso, pensamos num corpo que é regulado/regulamentado pelo Estado e, portanto, é um corpo que se deixa manipular (Leandro-Ferreira, 2013).

No contexto da gestação por substituição, especialmente na modalidade designada de “barriga solidária”, o corpo da mulher torna-se alvo de um processo de gestão institucional que revela tensões entre autonomia reprodutiva e controle estatal. Embora o discurso dominante aponte para um gesto altruísta e voluntário, o Estado, por meio das resoluções do Conselho Federal de Medicina e do aparato jurídico-médico, impõe uma série de restrições e condições para que essa prática seja autorizada. Essa normatização do corpo da mulher revela um exercício do que Michel Foucault chamou de biopoder: um tipo de poder que regula a vida, os corpos e as capacidades reprodutivas com base em critérios de utilidade, segurança e normalidade.

Segundo Foucault (1999), o biopoder se manifesta na medicalização da vida, na vigilância institucional e na produção de normas que delimitam o que é permitido ou não ao corpo. No caso da barriga solidária, a mulher só pode gestar se for parente até o quarto grau, se passar por exames médicos e psicológicos, e se houver um contrato que antecipe, até certo ponto, a condução da gravidez. Isso evidencia que, mesmo sendo um ato voluntário, o corpo da mulher não escapa à disciplinarização imposta pelo Estado, que medeia quem pode gestar, para quem, e sob quais condições.

Butler (2003), ao problematizar os discursos sobre gênero e corpo, afirma que o que é considerado “natural” é, na verdade, um efeito das normas. Nesse sentido, a separação entre gestar e gerar, e a atribuição de lugares específicos às mulheres dentro da reprodução assistida, são construções culturais e institucionais que reforçam a ideia de que o corpo feminino está sempre a serviço de uma função social, qual seja, a maternidade ou a solidariedade reprodutiva. Assim, mesmo na ausência de laços genéticos, a mulher gestante é interpelada por discursos que a inscrevem no campo da moralidade, do sacrifício e do cuidado.

Federici (2017) faz uma crítica mais direta ao processo histórico de apropriação do corpo feminino e da força reprodutiva das mulheres pelo capitalismo e pelo Estado moderno. Para ela, o corpo da mulher foi transformado em meio de produção biológica, subordinado às exigências do trabalho reprodutivo não remunerado. A barriga solidária, ainda que voluntária, pode ser compreendida como uma continuidade dessa lógica de exploração simbólica do corpo feminino, em que o útero é instrumentalizado, sob a retórica da empatia e do amor familiar, mas ainda regulado por instituições que exercem poder sobre as decisões das mulheres.

Assim, a gestão estatal do corpo na gestação por substituição revela que o discurso da liberdade feminina convive com estruturas de poder que limitam essa liberdade, mesmo em nome da proteção. A mulher, nessas condições de produção, é ao mesmo tempo, sujeito de direitos e objeto de regulação, transitando entre a autonomia e a tutela.

O corpo como linguagem comporta, também, a falha, a falta e o equívoco e é neste momento que observamos os gestos de resistência, um rompimento com a FD do mito amor materno e que como bem afirma Leandro-Ferreira (2013, p. 105), nos permite “arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos”.

3.5 EFEITO METONÍMICO: A PARTE DE UM CORPO

Dentre os estudos sobre o corpo, Dias (2011) pensou a tecnologia e a sociedade como constituidores de sentidos do corpo discursivo. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a medicalização e tecnologização dos corpos, numa tentativa de fuga ou de silenciamento, da falha, das doenças e da morte. Nas palavras da autora, “o corpo torna-se facilmente controlável ou, melhor dizendo, o sentido do corpo passa a ter um controle: o corpo saudável, o corpo jovem, o corpo durável” (Dias, 2011, p. 65). Do outro lado do corpo saudável e durável, há o corpo reprimido, o real do corpo (Dias, 2011).

Pensando no real do corpo, Azevedo (2013), ao considerar o trabalho de Dias (2011), afirma que essa tecnologização dos corpos funciona como dispositivo de gestão-controle (Azevedo, 2013, p.88). Assim, voltando-nos ao nosso objeto de estudo, em nossa leitura, o desenvolvimento de técnicas reprodutivas, sobretudo a gestação de substituição, seria uma tentativa de fuga para a falta constitutiva, a busca por uma completude inalcançável que marca o desejo do sujeito e o inscreve, pelo corpo, em práticas discursivas. Conforme Leandro-Ferreira,

o objeto a ser analisado é, então, o corpo tomado como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à irrupção da falta que lhe é constitutiva. Para trabalhar com esse objeto será trazido ao campo discursivo uma categoria que procede da psicanálise, que é o real do corpo. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo vem a ser o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste (Leandro-Ferreira, 2011, p. 95).

Nessa relação entre falta e real do corpo, propomos, então, para esta seção, uma análise das manchetes das notícias que contemplam nosso *corpus* mobilizando o conceito de metonímia pelo viés da teoria da Análise de Discurso. Antes, destacaremos, brevemente, o funcionamento das manchetes no discurso jornalístico a partir de Mariani (1996, 1998 e 1999), que o define como um meio de produção e circulação de consenso de sentidos, como já mencionamos ao longo deste trabalho.

As manchetes, definidas como um título de uma notícia, ou, até mesmo, como um resumo do que será formulado pelo discurso jornalístico, são, segundo Aguiar (2010), a vitrine dos jornais, digitais ou físicos. Sua fonte destacada na capa dos *sites* e jornais atraem os olhares dos leitores, impulsionando os acessos ou cliques. Para a AD,

Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular (Orlandi, 2012, p. 205)

Dizendo de outra forma, a manchete vai além de questões meramente visuais e estéticas para atrair o público leitor. Nela trabalha a memória discursiva, que faz circular determinados sentidos ou apaga/silencia/interdita outros. Isso significa que as manchetes deixam vestígios e estão vinculadas aos processos de produção de sentidos e às condições de produção; aquilo que é selecionado para circular em detrimento de outros sentidos. Portanto, as manchetes selecionadas não funcionam como formulações isoladas, em nossas análises, mas parecem reforçar discursos cristalizados sobre o mito do amor materno.

Para dar sequência ao que nos propomos fazer nesta seção, precisamos, então, compreender o efeito metonímico pelo viés da Análise de Discurso, que se aproxima do que foi posto pela psicanálise lacaniana, mas, que além do inconsciente, leva em conta o atravessamento ideológico. Para Lacan ([1957-58] 1999), a metonímia está na estrutura do inconsciente e funcionaria como uma manutenção do “pouco sentido”, um significante com rastros que, para a AD, funciona como o discurso transversal, que “atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (Pêcheux, 1995, p. 167, grifos do autor).

Teorizando ainda sobre metáfora e metonímia, Pêcheux em “Metáfora e interdiscurso” (Pêcheux, [1984] apud Orlandi, 2011, p. 151-161), ocupa-se da palavra “incêndio”, que, dentro da formação discursiva anarquista, é “[...] metonímica (na medida em que incêndios valem pelo incêndio geral que simboliza ele próprio o conjunto do processo revolucionário)” (Pêcheux, [1984] apud Orlandi, 2011, p. 158). Ou seja, ao incendiar bancos, prédios e lojas, destrói-se o Estado; uma parte pelo todo. Dizendo, ainda, de outra forma, Priscila Cavalcante do Amaral (2022), em sua tese de Doutorado em Letras, ao desenvolver sobre o conceito de metonímia a partir de Pêcheux e Lacan, ressalta que

o funcionamento do discurso-transversal remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto a relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa. Assim, dentro do

funcionamento do discurso transverso, a metonímia funcionaria numa tentativa de linearização do sentido no intradiscurso (Amaral, 2022, p. 62).

Voltando-nos à psicanálise, a metonímia representa o desejo e, assim como nos sonhos, os objetos são o caminho de acesso para o essencial. O desejo, então, “não tem outra saída a não ser fazer-se palavra” (Dor, 1989, p. 94) e perde-se na cadeia de significantes. Logo, a metonímia

é elaborada segundo um processo de transferência de denominação, por meio do qual um objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio. Esta transferência de denominação de um termo para um outro termo, contudo, só é possível com a ressalva de que existam certas condições de ligação entre os dois termos. Tradicionalmente, essas condições particulares de ligação são especificadas pelos modos a seguir. Os dois termos podem, com efeito, estar ligados por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo (Dor, 1989, p. 46).

Pelo viés discursivo, a metonímia “é aquela constituída por um resto/vestigio e um furo/desejo do/no todo” (Amaral, 2022, p. 61), que funciona atravessando as sequências discursivas, como o discurso transverso. Se para a psicanálise a metonímia marca o desejo, para a AD, ela marca o sentido anterior, e “atua como uma ponte entre os saberes do inconsciente e o sempre *já-lá* revestido ideologicamente (Amaral, 2022, p. 103, grifos da autora).

O efeito metonímico é o processo discursivo em que um sentido é deslocado ou desliza para outro, sem ser completamente substituído, como acontece na metáfora. Em vez de uma troca por semelhança (metáfora), na metonímia há um deslocamento por associação de proximidade: um termo remete a outro por contiguidade histórica, social ou ideológica. No entanto, esse deslizamento não é apenas linguístico, mas ideológico. Ou seja, o efeito metonímico faz circular sentidos dentro de uma formação discursiva, disfarçando rupturas, conflitos, e contradições, produzindo efeitos de evidência, como se aquele sentido sempre estivesse ali, naturalmente.

Debruçando-nos sobre as manchetes, levando em conta a metonímia como rastros do *primeiro sentido* e como manifestação de desejo do sujeito, faremos as análises de duas formas: (i) considerando o corpo como materialidade discursiva, pensaremos nos efeitos metonímicos produzidos pela escolha da designação “barriga”, ao invés de “corpo”, apontando para a substituição da parte pelo todo; (ii) o efeito metonímico como representação do desejo de suprir a falta constitutiva.

SD11 - Mulher vira barriga solidária para realizar sonho da prima em ms: 'amor nunca é demais (Ramos, Palieraqui e Mesquita, 2024, [n. p.]).

SD12 – 'Mulher empresta barriga para gerar filho da irmã que não pode engravidar: 'estamos realizando esse sonho' (Patrick, 2023, [n. p.]).

SD13 - Mulher aceita ser barriga solidária de amigos no rs: 'carrego o sonho de pessoas que amo' (Mulher..., 2024, [n. p.]).

SD14 - Barriga solidária de cunhada gera bebê de mulher que removeu útero ao tratar câncer, em japira: 'é só gratidão' (Barriga..., 2023, [n. p.]).

SD15 – 'Sou barriga solidária pela segunda vez em dois anos' (Sou..., 2023, [n. p.]).

Nas sequências discursivas 11, 12, e 13, as formulações: mulher *vira* barriga; mulher *empresta* barriga; mulher *aceita ser* barriga, o corpo da mulher é silenciado e considera-se apenas a barriga ou o útero, isto é, apenas uma parte do corpo da mulher que gesta ganha visibilidade.

Também observamos essa substituição do corpo como um todo pela barriga. Não é a cunhada que gesta, mas a barriga dela. Deixa-se de ser mulher e *vira-se* barriga solidária, *empresta-se* apenas a barriga, *aceita-se ser* uma barriga. Essa regularidade que se apresenta nas duas mídias jornalísticas analisadas aponta para uma naturalização dessa separação entre o corpo da mulher e a barriga que gesta, nos casos da gestação por substituição. Há, então, um silenciamento do que optamos por designar de corpo solidário.

No início de nossas discussões deste capítulo, mencionamos a medicalização e a tecnologização do corpo como uma tentativa de fuga para a falta/falha. Assim, o funcionamento da metonímia se dá no movimento de silenciar o real do corpo, negando a ele sua relação entre inconsciente e ideologia, rejeitando a falta que lhe é constitutiva (Leandro-Ferreira, 2011, p. 95).

Voltando-nos à definição de Pêcheux, entendemos, então, o efeito metonímico como o sentido *já-lá*, como aquilo que retorna no momento da produção dos discursos. Desse modo, pensamos também nos discursos que sustentam as manchetes recortadas para análise. A metonímia funciona como uma ancoragem para que essas formulações sejam possíveis. A mulher é significada como a parte de um corpo, pois, ao menos legalmente, sua única função é apenas a de gestar. Por isso, preferimos a designação corpo solidário, para que o todo seja considerado.

Indo além, na SD 15, apesar de a equipe editorial escolher a manchete da notícia, é o próprio corpo solidário que se coloca nessa posição de parte pelo todo. Chamou-nos a atenção, então, a formulação “*sou barriga solidária*”, que nos remete, também, à SD2 já analisada, sobre essa marcação do lugar de enunciação “*sou apenas a barriga solidária, não sou a mãe*”. Logo, na SD 15, é o sujeito falando de si, inscrevendo-se no discurso.

Retomamos, então, a metonímia como a representação do desejo. Segundo Amaral (2022), o vestígio da metonímia pode “ser resgatado pela via simbólica a partir de um resto marcado por um real que não se escreve, mas que insiste nos sentidos, requer instituir o desejo Outro, o desejo do outro como integrante do que se apresenta como o discurso metonímico” (Amaral, 2022, p. 123).

O real do corpo que sempre falta, busca, sem cessar e sem sucesso, a completude. Na perda do objeto, o sujeito simboliza seu desejo. Nesse sentido, “*ser barriga solidária*” marca a incompletude do corpo. Conforme Amaral (2022),

há na metonímia uma ancoragem no pouco-sentido do inconsciente; o que caracteriza um apagamento ou redução do sentido, mas não significa que seja o *nonsense*. Esse *pouco-sentido* atua como uma espécie de presença-ausência de um vestígio de significação, que une o uso do significante e aquilo que pode satisfazer temporariamente o desejo (Amaral, 2022, p. 124, grifos da autora).

Por fim, o sujeito simboliza seu desejo no seu próprio corpo e, amparada pelos estudos sobre o corpo como materialidade discursiva, há “de um lado, a tentativa (vã) de enquadrar o corpo e seus limites, de outro, agora voltado para fora, o da denúncia de um mal-estar simbólico em seu confronto com o político, uma forma de reivindicação” (Orlandi, 2004, p. 124). O sujeito, atravessado pelo inconsciente e pelas determinações sócio-históricas-ideológicas, transborda e marca o próprio corpo. Ele enuncia a partir de seu corpo, simboliza o desejo na tentativa de suprir uma falta, produzindo um efeito de completude imaginária, que nos leva, novamente, aos discursos sobre o mito do amor materno e do corpo solidário à deriva.

EFEITO DE FECHAMENTO

Fico pensando que escrever é um parto infinito. A gente vai parindo devagarzinho, letra por letra, que se não saem ficam encruadas dentro fazendo mal, ferindo a gente feito felpa que entra no dedo. Tem que tirar com agulha, espremer o pus. Dói parir palavras. Dói mais ainda viver com elas dentro.
(Vanessa Passos)

Finalizar um trabalho em Análise de Discurso significa tentar lidar com a falta, com a incompletude, uma vez que sabemos que o ponto final é ilusório. Quantas palavras escolhemos no lugar de outras? Quantos silenciamentos produzimos na tentativa de mobilizar os ecos dos sentidos? Dentre tantas inquietações, finalizar se torna ainda mais difícil quando tratamos de um tema tão caro para nós mulheres: como nossos corpos são discursivizados em todas as esferas da sociedade, numa constante tentativa de controle e que, pelas bordas, tentamos resistir, produzindo outros sentidos.

Enquanto o corpo solidário busca a completude no corpo, inscrevendo-se nele, talvez eu tenha buscado a minha nesta pesquisa. Neste ilusório final, permito-me escrever um pouco de mim, sustentada pela Análise de Discurso que nos reconhece como sujeitos atravessados pelo inconsciente, pelo social e pela ideologia.

Metodologicamente, o trabalho se encerra, mas retomamos alguns pontos teóricos e (in)conclusões. No movimento pendular entre teoria e análise, nossa pesquisa se construiu observando como o corpo solidário é discursivizado nas mídias jornalísticas digitais g1 e a Folha. Para isso, desenvolvemos o primeiro capítulo investigando como o espaço digital contribuiu para a viralização das notícias e ressaltamos que, ao migrar do jornal impresso para o ambiente digital, os grandes grupos de comunicação como o Grupo Globo e o Grupo Folha investiram fortemente nesse novo espaço de circulação de sentidos, veiculando notícias de interesse geral e que, às vezes, viralizam por serem de interesse público.

Nesse contexto, podemos dizer que o g1 e a Folha constituem um jornalismo de referência que atua fortemente na produção do consenso. Dentre esses discursos postos em circulação estão os relacionados à barriga solidária, normatizada pelo CFM, em casos bem específicos, mas mais popularmente designada de barriga de aluguel, que encaminha

para sentidos de cessão temporária do útero, com fins comerciais, deslocando sentidos sobre a maternidade e a parentalidade, negando assim discursos sobre o mito do amor materno (Badinter, 1985), segundo o qual, o amor materno não é natural e/ou comum a todas as mulheres, mas se constitui sócio-historicamente de acordo com cada época e cada cultura.

No nosso gesto de análise, optamos pela designação “corpo solidário” (Viana, 2017) por entender que a mulher, seja na barriga solidária ou na barriga de aluguel (que assim como aborto é interditada, mas não deixar de existir) pode sofrer com inúmeros sintomas físicos e/ou psicológicos não somente durante a gravidez, mas também depois dela. Ou seja, a gravidez, seja ela natural ou por meio de técnicas de reprodução assistida, transforma o corpo da mulher e indo mais além, o modo como nos relacionamos com ele.

O corpo passa a ser apenas parte da maternidade, pois o mais importante é proporcionar afeto e segurança à criança que geramos. No caso da barriga de aluguel, a mãe substituta tem de conviver com seios inchados e vazando, com os sangues e com os problemas do puerpério, mas não tem diante de si o resultado da gravidez. É como se ela fosse apenas um útero alugado para gestar uma criança. Talvez seja esse sentido que a justiça e a mídia tentam controlar, isto é, evitar que o corpo da mulher seja usado para fins comerciais. No entanto, assim como a prática do aborto, a prática da barriga de aluguel continua existindo no país e constituindo um grave problema de saúde pública e que precisa ser discutido.

Foi por esses trajetos que lançamos nossos questionamentos sobre como o corpo da mulher que empresta ou aluga seu corpo são discursivizados. Eles resistem ou reproduzem os sentidos naturalizados sobre a maternidade? Acreditamos que esse questionamento tenha sido respondido e se marca no título desta dissertação: à deriva. Para compreendermos como o jornalismo digital o (re-)significa, foi preciso retomar a história que conta que o corpo da mulher sempre foi de domínio do masculino. Primeiro do pai e na falta dele, do irmão mais velho, e após o casamento – considerado o meio seguro para a procriação e para garantir a linhagem da família – do marido. Isoladas no espaço do privado, as mulheres, no Brasil, após muitas lutas, só obtiveram alguns avanços após a década de 30, do século XX, com o direito ao voto. No entanto, ainda somos vítimas de todos os tipos de violência, que não ferem apenas o corpo, mas que por vezes, dilaceram nossas almas.

Com a presente reflexão, sustentada na Análise de Discurso, foi possível observar como a ideologia e o inconsciente atravessam os discursos do jornalismo digital e também

causam seus efeitos no próprio corpo. Retomando Leandro-Ferreira (2011), a falta constitutiva irrompe no corpo e tenta ser suprida simbolicamente.

Podemos dizer, então, que os discursos sobre a barriga de aluguel rompem com a FD do mito do amor materno e inscrevem o dizer no domínio da justiça, da ética e da moralidade, desconsiderando, de um lado, o desejo de filhos e, por outro, que existem mulheres que DECIDEM alugar o corpo, pelas mais diferentes razões, mas primordialmente, porque veem nesse procedimento uma oportunidade de dar melhores condições de vida a sua própria família. Trata-se, portanto, não de uma obrigação de ser mãe, como ainda ecoa na nossa formação social, mas de uma forma de altruísmo ou de obter vantagem financeira com a prática.

Nesse sentido, a mulher pode gerar sem gestar e gestar sem gerar, opondo-se aos sentidos de que, necessariamente, a mãe que gesta ama incondicionalmente seu filho. Ou seja, o sujeito se contrai-identifica (Pêcheux, 1995) com a formação discursiva que nomeamos de FD do mito do amor materno. É importante pontuar que essa contrai-identificação não gera rupturas, mas deixa o corpo à deriva em sua incompletude.

Nesse embate, discutimos os sentidos produzidos pelas designações barriga solidária, barriga de aluguel e útero de substituição; e também os sentidos de mãe substituta, mãe de aluguel, mãe hospedeira e mãe por procuração. Se o corpo solidário, em um movimento de contrai-identificação, ocupa uma posição de resistência à FD do mito do amor materno, as designações que mantêm o substantivo “mãe” evocam sentidos estabilizados sobre a maternidade, o que reforça nossa escolha por “deriva”, e não como uma ruptura definitiva na estrutura.

Dizendo de outra forma, enquanto observamos esse gesto de resistência na SD2 (“**não** sou mãe”), negando a posição sujeito mãe, também analisamos uma tentativa de controle de sentidos com as designações do corpo solidário e com as determinações expostas nas sequências 8, 9 e 10. Deslocamentos e repetições que, nas palavras de Orlandi (2015), se dão no “confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar [...], na relação tensa entre o simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam” (Orlandi, 2015, p. 51).

Durante nossa pesquisa, destacamos que o procedimento de gestação de substituição não serve apenas para casais heteronormativos, mas também para casais homossexuais ou pessoas solteiras, no entanto, em nossa empreitada, ao fundamentarmos o trabalho na constituição dos sentidos do mito do amor materno e ao considerarmos

algumas das materialidades selecionadas, acabamos por estender nossas análises ao corpo da mulher que gerou a criança, a que irá ocupar o lugar de mãe.

Enquanto o corpo solidário é afetado pelo discurso jurídico (as determinações das sequências 8, 9 e 10) e pelas designações com o substantivo mãe, o corpo da mulher que ocupa a posição de sujeito mãe é afetado pelos dizeres que sustentam o mito do amor materno, isto é, para a necessidade de ocupar o lugar de mãe e que como a SD7 aponta, há outras formas de praticar a maternagem, já que nem toda mulher poderá gestar um filho. Também discutimos a necessidade da amamentação como uma confirmação/legitimação da maternidade (SD5).

O ir-e-vir do processo de análise discursiva nos permitiu verificar o funcionamento da memória discursiva sobre a maternidade e sobre o corpo feminino, sobre as formas de controle e, também, como mobilizado por Pêcheux (1995), como o discurso pode constituir um gesto de resistência, que ocorre quando o sujeito se desidentifica ou contraidentifica com os dizeres já institucionalizados sobre o “ser mãe”.

Ao trazermos para esta pesquisa o corpo como objeto discursivo, proposto por Leandro-Ferreira (2013), consideramos, então, o corpo solidário e o corpo da mulher que ocupará a posição de sujeito mãe – como uma materialidade que produz sentidos e que também é atravessada por dizeres e pela memória discursiva, “Temos o discurso *apesar do corpo, sob o corpo, além do corpo*, que se presentifica mesmo que não se possa controlar seus efeitos” (Vinhas, 2021, p. 158, grifos da autora).

Tratar o corpo como objeto discursivo em uma pesquisa que analisa dizeres envolvendo corpos femininos nos ajuda a pensar no funcionamento da ideologia, pois considera os atravessamentos de gênero que demarcam o lugar de enunciação desses sujeitos. No entanto, como parte do processo de subjetividade, “sempre há a possibilidade de o sentido ser outro em função da incompletude, da falha no ritual, sendo outros sentidos mobilizados no processo de significação do corpo” (Vinhas, 2014, p. 107).

Entre repetições e deslocamentos, por mais que o sentido *já-lá* (o mito do amor materno) ecoe incansavelmente, em nosso percurso de trabalho como analistas, a resistência também se fez e se faz presente. No corpo discursivo também há resistência. Evocando Vinhas (2021), “o impossível, no trabalho com o corpo na Análise de Discurso, é não considerar a resistência como constitutiva dos processos discursivos” (Vinhas, 2021, p. 160). A resistência se faz presente nos limites de corpos à deriva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Maria Amélia Paiva. **COMUNICAÇÃO, CONSUMO E TELENOVELA: a construção da fertilização in vitro enquanto consumo. Um estudo a partir das protagonistas de Barriga de Aluguel.** In: **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017, Curitiba. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/322087379 COMUNICACAO CONSUMO E TELENOVELA a construcao da fertilizacao in vitro enquanto consumo Um es tudo a partir das protagonistas de Barriga de Aluguel](https://www.researchgate.net/publication/322087379_COMUNICACAO_CONSUMO_E_TELENOVELA_a_construcao_da_fertilizacao_in_vitro_enquanto_consumo_Um_es_tudo_a_partir_das_protagonistas_de_Barriga_de_Aluguel)>. Acesso em: 09 set. 2024.

AGUIAR, Maria Travassos. **A transformação histórica do gênero capa de jornal.** 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes de Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado:** Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMARAL, Priscila Cavalcante. **VESTÍGIOS (TAMBÉM) CONTAM: A METONÍMIA NA PRODUÇÃO DO SUJEITO-ALUNO DE ENSINO MÉDIO.** 2022. 144f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

AZEVEDO, Aline Fernandes. **CARTOGRAFIAS DO CORPO: METÁFORAS CONTEMPORÂNEAS DA SUTURA E DA CICATRIZ.** 2013. 191f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

BADINTER, Elizabeth. **Um Amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BÍBLIA. Gênesis. In: **Bíblia Sagrada.** 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde da Criança:** nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.320/2022** – Atualiza as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CÔRREA, Marilena C. D. V.; LOYOLA, Maria Andrea. Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 753-777, mai. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/physis/a/kBK3nzhbSQHF9Zp6H9RVnRD/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos (1981). Trad.: Cristina de Campos Velho Birk et al. São Carlos-SP: EDUFSCAR. 2009.

CUNHA, Maria do Carmo Vieira *et al.* Infertilidade: associação com transtornos mentais comuns e a importância do apoio social. **Revista de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v. 30, p. 201-210, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/WbggvhpnBBKKtkvV9hZt74h/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo; Editora Unesp, 2009.

DIAS, Carlos Henrique. Mulher gera bebê de casal de amigos e faz ensaio fotográfico com rosto escondido: 'apenas a barriga solidária, não sou a mãe'. **G1** [online], São Paulo, 01 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/01/mulher-gera-bebe-de-casal-de-amigos-e-faz-ensaio-fotografico-com-rosto-escondido- apenas-a-barriga-solidaria-nao-sou-a-mae.ghml>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DIAS, Cristiane. **Cidade, Cultura e Corpo**: a velocidade do mundo. Campinas (São Paulo): Labeurb/nudecri, 2011.

DIAS, Cristiane. **E-Urbano**: a forma material no eletrônico no urbano. In DIAS, Cristiane. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [online]. LABEURB/NUDECRI, UNICAMP: Campinas, 2011. p.12-24.

DOR, Joël. **Introdução à Leitura de Lacan**: O inconsciente Estruturado como Linguagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 1989.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Leonísia Moura; Gomes, Raíza Feitosa. O legado colonial da violência sexual no Brasil. **Revista Tamo Juntas**, Salvador, Vol. 1, n. 1, p. 19-28, 2020. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Revista-TamoJuntas_Primeira_edicao2020_01.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

FOLHA. Sobre a Folha. **Folha de S.Paulo**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

FLORES, Giovanna Benedetto. Entre ossos e restos: uma imposição do discurso neoliberal no Brasil desgovernado. In: DELA-SILVA, S.C.; LUNKES, F.L. **Mídia e(m) discurso**: percursos de pesquisa. 1. Ed. Campinas: Pontes Editora, p. 15-16, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 159-245

GRAZIUSO, Bruna Kern; CARLOS, Paula Pinhal. Regulamentação brasileira sobre gestação de substituição. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 47, p. 1-9, nov. 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/7217>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. **Rua**, Campinas, v. 9, p. 19-31, 2003a.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, 53–62, 2003b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880/7307>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

G1. Sobre o g1. **G1**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise de discurso. IN: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. LULA LÁ: ESTRUTURA E ACONTECIMENTO. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.) **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. V. 3. Campinas: Pontes, p. 73-87, 2017.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. Signo Y seña, Facultad de Filosofía y Letras (UBA), n. 24, p. 91-104, 2013. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3210/2846>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 05: as formações do inconsciente**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1957-58] 1999.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In:

INDURSKY, F, FERREIRA, M. C. L; MITTMANN, S. (orgs.). **O Discurso na contemporaneidade**. Materialidades e Fronteiras. São Carlos: Claraluz, p.67-78, 2009.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, E. A. et. al. (orgs.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Campinas: RG Editora, 2011. p.401-410.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antonio. (Orgs.) **Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2011, p. 89-105.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. L. Linguagem, Ideologia e Psicanálise (Langage, idéologie et psychanalyse). **Estudos da Língua(gem)**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 69-75, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/979/835>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. L. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013. p. 99-107.

LEITE, Luisa. Fora da lei, mulheres se oferecem para ser barriga de aluguel na internet. **Folha de S. Paulo** [online], Rio de Janeiro, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/fora-da-lei-mulheres-se-oferecem-para-ser-barriga-de-aluguel-na-internet.shtml>. Acesso em 20 jun. 2024.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUNA, Naara. **Provetas e Clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MARIANI, Bethania. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1996.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARIANI, Bethania. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Polifonia**, v. 12, n. 1, 2006.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 102-121.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6^a.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Editora Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não verbal. **Rua**, Campinas (São Paulo), n. 1, p.35-47, 1995.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2007b.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Toni. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Toni. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-252, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e Ideologia(s). In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Editora UNICAMP, SP, 3.ed., p.49-59, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, p. 151-161 [1984] 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014

RAMOS, Cristina; PALIERAQUI, Rafaela; MESQUITA, Naiane. Mulher vira barriga solidária para realizar sonho da prima em MS: 'amor nunca é demais'. **G1** [online], Mato Grosso do Sul, 13 jan. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/01/13/mulher-vira-barriga-de-aluguel-para-realizar-sonho-da-prima-em-ms-amor-nunca-e-demais.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RADDE, Augusto. Corpo e resistência(s) na constituição do sujeito: o discurso do corpo na Marcha das Vadias. In: **VII Seminário Nacional de Linguagem e Ensino**, Pelotas - RS, 2012.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 57–76, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>>. Acesso em: 4 set. 2024.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espectáculo, Política e Mídia**. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SOUZA, Ana Flavia; CHRIST, Helena Diefenthaeler. A técnica da maternidade substitutiva: uma revisão bibliográfica. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 11 n. 1, p. 128-143, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/803>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VALE, Ana. A mulher e a pré-história. Alguns apontamentos para questionar a tradição e a tradução da mulher-mãe e mulher-deusa na arqueologia pré-histórica. In: **Conimbriga: Revista de Arqueologia**. Vol 54, p. 5-25. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015.

VALERI, Julia. Burocracia é determinante na demora para adoção no Brasil. **Jornal USP** [online], São Paulo, 23 nov. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/burocracia-e-determinante-na-demora-para-adocao-no-brasil/>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

VIANA, Kelly Ribeiro de Freitas. **QUEM SAI AOS SEUS NÃO DEGENERAR? A (Des)ordem na Gestação de Substituição**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

VIEIRA, Fernanda Bittencourt. **As Tecnologias da Reprodução: Discursos sobre a Maternidade e Paternidade no Campo da Reprodução Assistida no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

VINHAS, Luciana. O CORPO NA ANÁLISE DE DISCURSO: MATERIALIDADE, LUGAR DE ENUNCIÇÃO, SUBJETIVIDADE. **Revista Língua&Literatura**, 23(42), 143–163, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fw.uri.br/revistalinguaeliteratura/article/view/3966>>. Acesso em: 5 jun. 2024.

VINHAS, Luciana. **Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino**. 2014. 303f. Tese (Doutorado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 “MULHER VIRA BARRIGA SOLIDÁRIA PARA REALIZAR SONHO DA PRIMA EM MS: 'AMOR NUNCA É DEMAIS'”, G1

Mulher vira barriga solidária para realizar sonho da prima em MS: 'amor nunca é demais'

Mariellen, de 36 anos, está carregando o bebê de Isabela e Felipe, que sonhavam em ser pais. A servidora, que já é mãe, decidiu gerar o filho da prima quando Isabela recebeu o diagnóstico de colangite biliar.

Por Cristina Ramos, Rafaela Palieraqui*, Naiane Mesquita, g1 MS e TV Morena

13/01/2024 10h47 · Atualizado há 6 meses



Prima celebrou casamento carregando bebê dos noivos no útero

Até onde você iria para ajudar quem ama? A moradora de **Campo Grande (MS)** Mariellen Cristina dos Anjos, de 36 anos, "emprestou" o próprio útero para que os primos realizassem o sonho de serem pais. A funcionária pública que já tem dois filhos virou "barriga solidária", seguindo todas as determinações elaboradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Veja o vídeo acima.



(CORREÇÃO: na publicação desta reportagem, o g1 errou ao usar o termo barriga de aluguel ao se referir a história de Mariellen Cristina dos Anjos. O termo barriga de aluguel é uma expressão inadequada. Afinal, barriga de aluguel implica uma relação comercial, que não é permitida no Brasil. Dessa forma, o correto a ser utilizado é útero de substituição ou barriga solidária. A informação foi corrigida às 15h06 deste sábado, 13).

A médica Isabela Anjos, de 31 anos, e o empresário Luiz Felipe, de 30 anos, estão juntos há uma década e decidiram eternizar o amor entre o casal com um casamento, que aconteceu no último fim de semana em Campo Grande.

A cerimônia, repleta de emoção, teve um detalhe especial. Os noivos esperam o primeiro filho, no quinto mês de gestação. Mateus, o bebê esperado pelo casal, entrou no altar no ventre da madrinha de casamento, Mariellen. A funcionária pública, de 36 anos, decidiu doar seu útero para que a prima pudesse realizar o sonho de ser mãe.

"Eu estou doando a minha vida pra uma pessoa que é a minha vida, sempre foi minha vida", diz Mariellen.

Para entender essa história, de amor e altruísmo, precisamos abrir o livro de memórias. Em 2019, Taís Mara, irmã de Isabela, faleceu aos 31 anos após complicações da **colangite biliar primária, doença hepática autoimune que acomete os ductos biliares do fígado, que pode evoluir para a cirrose.**

No ano seguinte, em 2020, seu Adelcio, de 57 anos, não resistiu a mesma patologia. Em meio ao luto, Isabela descobriu que também tem colangite biliar. A doença, pode chegar a estado agudo com uma gravidez, que foi tão fatal a família.

A decisão que resultou no ato de amor



“Meu sonho sempre foi ser pai, eu sou apaixonado por criança, mas eu amo tanto a minha esposa que eu não quero arriscar. E eu pensei comigo, tem tantas outras opções de ser pai, não necessariamente precisa ser pai de sangue. A gente pode adotar”, relembra Luiz Felipe

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Perante a situação, o casal começou a fazer o curso para realizar a adoção e ao mesmo tempo, pesquisar outras formas de ter um filho. Entre elas o útero de substituição ou a barriga solidária. A decisão veio quando em um jantar em família, Luiz comentou sobre essa possibilidade com a prima Mariellen.

Perante a situação, o casal começou a fazer o curso para realizar a adoção e ao mesmo tempo, pesquisar outras formas de ter um filho. Entre elas o útero de substituição ou a barriga solidária. A decisão veio quando em um jantar em família, Luiz comentou sobre essa possibilidade com a prima Mariellen.

“A conversa se estendeu e foram a outros assuntos e quando terminou eu falei, por que eu não poderia gerar esse filho para vocês? Aí ele arregalou o olho assim, assustado, né? Eu não tive problema nas minhas gestações e a parte mais difícil vai ficar com vocês”, brincou Mariellen.

Foram dias até a decisão ser realmente tomada. Primeiro, Mariellen conversou com o marido, o engenheiro Diego Della Senta, de 36 anos, com quem tem dois filhos, de 11 e 5 anos. O casal analisou os riscos, como a idade, a religiosidade e todas as dificuldades da gestação.

“Pensei muito na questão da idade, próximo dos 40, né? Eu sou católica também, a Igreja, ela não aceita esse tipo de procedimento. Mas eu falei, eu não estou cometendo crime nenhum, eu estou doando a minha vida para uma pessoa que é a minha vida, sempre foi minha vida, e tem toda a história por trás da Taís também”, explica Mariellen, muito emocionada.



Mariellen e a prima Taís — Foto: Arquivo pessoal

A noiva, Isabela, processou por um tempo a decisão. “Sempre foi um sonho meu e do Felipe, a gente falava que ia ter quatro filhos e tudo mais. Mas eu, como a mãe do Mateus, era a pessoa que olhava e falava, não Mari, não. Porque é uma gravidez. É um risco, você tem sua família linda, vamos estudar melhor, vamos ver as possibilidades, ver como funciona. E aí as coisas foram acontecendo. Nunca existiu um pedido, sempre foi, literalmente, amor e doação”.

“Eu me preparei a vida inteira pra ser pai e eu acho que , cada minuto da maternidade, da paternidade pra nós vai ser único e sensacional.”, completa Felipe.

Útero de substituição

No Brasil, o útero de substituição segue as determinações elaboradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). A pessoa com útero que faz doação, precisa ter parentesco de até quarto grau com um dos genitores. Mãe, irmã, avó, tia, sobrinha ou prima como a Mariellen.

“Eu acho que é o maior gesto, né, de amor que a gente pode conhecer, porque é muito afeto, é muito hormônio, muita emoção envolvida numa gestação. Mas eu falo, que essa criança vai ser privilegiada, porque existe uma sintonia entre os quatro tão grande que a gente fica até impressionado”, diz o médico ginecologista Rui Malta, que fez todo o processo de útero de substituição para Isabela e Luiz Felipe.

O especialista em reprodução assistida que acompanhou Isabela, Felipe e Mariellen, explica que a **técnica do útero solidário ainda é usada de forma rara, mas pode ajudar pessoas com útero que por alguma condição, não podem ter uma gestação.**

“Paciente, por exemplo, que teve que retirar o útero por algum motivo, às vezes o tratamento de um câncer, às vezes nasceram com uma anomalia uterina e nesses casos a correção cirúrgica é algo muito difícil, normalmente é algo que ainda está engatinhando na medicina muito experimental . Então às vezes o recomendado seria o útero de substituição”, afirma o médico ginecologista.

Isabela compartilhou todo o processo para a gestação do filho em suas redes sociais. O embrião, implantado em Mariellen, foi formado em laboratório com óvulo e espermatozoide dos pais.

"A Isabela recebeu alguns medicamentos que estimulam os ovários a produzir óvulos, a gente captou esses óvulos. No mesmo dia que foi feita essa captação, fizemos a junção do espermatozoide, e aí formaram os embriões. A próxima etapa foi o preparo do útero da Mariellen. A gente foi monitorando para poder fazer a transferência do embrião, que nesse caso foi único", detalha Malta.

O nascimento de Mateus está previsto para maio. Enquanto isso, a família vive uma gravidez inesquecível. Mariellen, diz que apesar da intimidade de carregar o bebê, ela não tem dúvidas do seu sentimento e, segue decidida.



"Além de muito grata, é um privilégio gigantesco ter meu bebê gerado dentro da barriga da Mari, que é uma pessoa sensacional. Quando o bebê chuta é automático, eu digo: calma tia, calma prima. Nossa Mateus, eu vou falar para os seus pais que você tá muito arreiro hoje!", declara Mariellen, muito emocionada e feliz.

No futuro, a família tem certeza que o jeito como Mateus chegou ao mundo, será mais uma das histórias de amor, união e altruísmo na família Anjos, que pode ser um exemplo para muitas pessoas que sonham em ter filhos.



“Eu quero que o Mateus saiba que ele veio da prima doida. Eu tenho certeza que eles vão comentar o tempo todo. E ele vai falar: oh, a prima que me carregou no forninho dela”. Isabela brinca.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

**INFRAESTRUTURA DE ALTA TECNOLOGIA
INTEIRAMENTE DEDICADA AO CURSO DE MEDICINA**

**NA UCP PJC TEMOS OS
SIMULADORES MAIS
AVANÇADOS DO MUNDO**



“Em relação ao futuro muitas pessoas me perguntam: o Mateus não vai ter muito vínculo com a Mari.? Eu sempre respondo: o amor nunca é demais.”

**Estagiária sob supervisão de Gabrielle Tavares*

ANEXO 2 “MULHER GERA BEBÊ DE CASAL DE AMIGOS E FAZ ENSAIO FOTOGRÁFICO COM ROSTO ESCONDIDO: 'APENAS A BARRIGA SOLIDÁRIA, NÃO SOU A MÃE’”, G1

Mulher gera bebê de casal de amigos e faz ensaio fotográfico com rosto escondido: 'apenas a barriga solidária, não sou a mãe'

Vitor e Bruno são de São Paulo e casados desde 2021. Nascimento de Maya está previsto para março. Entenda como funciona o procedimento no Brasil.

Por Carlos Henrique Dias, g1 SP

01/03/2024 04h30 · Atualizado há 4 meses



Um casal de **São Paulo** teve a ajuda de uma amiga para realizar o sonho de ter um filho, por meio da gestação de substituição, conhecida como “barriga solidária” no Brasil. Os dois futuros pais e a mulher que gera a bebê Maya participaram neste mês de um ensaio fotográfico na reta final da gravidez. Os registros repercutiram nas redes sociais e receberam ataques preconceituosos.



- **Clique aqui para se inscrever no canal do g1 SP no WhatsApp**

"Estamos superpreparados para isso. Inclusive, responder a esses ataques com respostas cultas, éticas e técnicas, mas depende do comentário, às vezes, acabamos nem respondendo. Passamos com vários psicólogos para lidar", disse ao **g1** Vitor Vizzaccaro, um dos pais.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

As fotos foram feitas pela fotógrafa Lisa Oliveira, que não expôs a mulher, a pedido dela, com ângulos que esconderam o rosto.

“Nós conversamos antes da sessão e, quando eles [pais] me falaram que queriam fazer esse ensaio, disseram que ela não poderia aparecer, então me inspirei em alguns trabalhos que vi. Durante o ensaio fui trabalhando as minhas ideias”, conta.



Amiga de casal teve a identidade preservada nas imagens — Foto: Lisa Oliveira/Arquivo

Formada em administração de empresas, Lisa trabalha no ramo há oito anos,

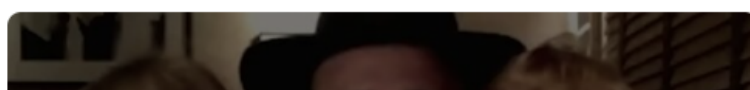
Formada em administração de empresas, Lisa trabalha no ramo há oito anos, quando assumiu o hobby como profissão e se especializou no registro de famílias.

Vitor e o marido, Bruno da Silva da Martires, são da capital paulista e estão juntos há sete anos, desde quando se conheceram no carnaval.

“A gente namorou, noivou e casou no ano de 2021. A gente tinha planos para adotar ou fazer a inseminação com a barriga solidária. Com a história de Paulo Gustavo, a gente amadureceu a ideia. A gente não sabia que poderia ser feito aqui no Brasil e acabou pesquisando”, contou Vitor ao **g1** (**entenda mais abaixo sobre o método no país**).

O **ator e humorista Paulo Gustavo morreu aos 42 anos**, em 2021, de Covid. Ele foi o criador de Dona Hermínia e de outros personagens no teatro, na TV e no cinema, e era casado com o dermatologista Thales Bretas.

Em 2019, eles foram a Los Angeles, nos Estados Unidos, onde a “barriga de aluguel” é permitida — diferente do procedimento no Brasil, o qual deve ser realizado de forma solidária, sem lucro ou vínculo comercial entre os pais e quem cede o útero. O casal teve dois filhos.



'Não sou a mãe'

Bruno e Vitor tinham contado sobre a vontade de ter o bebê a uma amiga, que não será identificada, que conhecem há 4 anos. Ela conversou com o **g1** e explicou sobre ter concordado em gerar a criança.

“Quando disseram de seus sonhos para mim não pensei duas vezes. Foi um sentimento único e inexplicável. Disse que se quisessem estaria disponível para ajudarem a construir uma família linda, pois mereciam muito.”



Apesar de preferir o anonimato, a conhecida da família diz que estará disponível se nos anos seguintes a criança queira conhecer quem a gerou, mas que não é a mãe.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



“Eu sou apenas uma barriga solidária, não sou a mãe, a Maya tem dois papais, e é isso que tem que ser visto: dois papais que estão realizando um sonho na vida deles. Que a Maya venha com muita saúde e perfeita, e que eles se sintam completos. Tenho certeza que a Maya será muito bem preparada para saber como veio ao mundo, então não vejo problema caso algum dia ela queira ver [quem a gestou].”

Ela tem uma filha já adolescente, que vivencia o processo e apoia a mãe. Vitor conta que a amiga aceitou fazer o ensaio fotográfico quando foi proposta a

Ela tem uma filha já adolescente, que vivencia o processo e apoia a mãe. Vitor conta que a amiga aceitou fazer o ensaio fotográfico quando foi proposta a ideia, mas pediu pela não exposição da identidade nos registros.

“Não quis se expor e falou que não teria problema nenhum em fazer o ensaio fotográfico. E a gente está ansioso demais. Eu e o Bruno já estamos com tudo pronto e faremos o nosso chá de bebê pra poder recepcionar familiares que querem dar presentes pra Maya.”

A bebê deve nascer no próximo **mês por cesárea em São Paulo** e será amamentada por meio de um banco de leite. A responsável pela barriga solidária não irá amamentar.

Vitor, Bruno e Maya 🧑🧒👶



Com base no acompanhamento de médicos de reprodução assistida de São Paulo, **o casal** optou pelo uso do banco de óvulos. A célula reprodutora feminina é de outra mulher anônima que escolheram as características, sem ver fotos. Foi feita uma fertilização in vitro (FIV), quando o procedimento com o óvulo e espermatozoide ocorre em laboratório, e não dentro do corpo, como na inseminação artificial.

“A gente fez quatro tentativas [de inseminação], e nessas quatro a gente teve negativo. Na quinta, a gente, graças a Deus, conseguiu ter o positivo e conseguimos a gravidez. E hoje a gente já está aí de oito meses”, comemora Vitor.

Ao todo, foram 10 óvulos fertilizados, sendo cinco com as características de Bruno e outros cinco de Vitor. Atualmente, três embriões estão congelados.

“Se a gente quiser ter mais três filhos no futuro, a gente consegue ter.”

A amiga precisou fazer exames toxicológicos para verificar se faz uso de bebida alcoólica, se fuma e se está seguindo as recomendações médicas.

“O que nós fazemos, obviamente, como nós somos os pais e ela está gestando, a gente dá uma ajuda de custo durante todo o período da gestação para ela se alimentar de forma correta, paga um convênio médico”, diz Vitor.

Entenda como funciona a ‘barriga solidária’

Entenda como funciona a 'barriga solidária'

Adelino Amaral Silva, diretor da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida e membro da Câmara Técnica de Reprodução Assistida do Conselho Federal de Medicina (CFM), explica que o procedimento de reprodução assistida é indicado para mulheres que nasceram sem útero, perderam o útero em cirurgias ou são portadoras de patologias uterinas não tratáveis, casais homoafetivos e pessoas solteiras.

A regulamentação foi feita por resolução do Conselho Federal de Medicina.

"A cedente do útero não pode ser remunerada, porém cabe aos pais biológicos custearem todas as despesas de assistência médica desde o pré-natal até o puerpério. Nos Estados Unidos, algumas celebridades pagam mulheres para terem seus bebês, o que é proibido aqui no Brasil."

Segundo o médico, mulheres que tenham pelo menos um filho vivo e que tenham um grau de parentesco até quarto grau com o casal podem ceder útero. Quando não existe este parentesco, precisa de autorização prévia do Conselho Regional de Medicina, o que ocorreu no caso de Bruno e Vitor.

"Nos casais homoafetivos masculinos temos que ter também uma doadora de óvulos e a cedente do útero. A doadora de óvulos pode ser também uma parente até quarto grau ou doadora anônima através de banco de óvulos."

Passo a passo

Adelino Amaral Silva detalha que os interessados passam por avaliação clínica e realizam exames.

1. A doadora de óvulos passa por um processo de estimulação ovariana para produção e retirada dos óvulos.
2. Realização do termo de consentimento livre e esclarecido que todos assinam, inclusive o marido de cedente do útero, caso seja casada ou viva em união estável.
3. Com a documentação certa, inicia-se o preparo do útero da cedente com medicações para criar um momento de implantação semelhante a natureza. Em um determinado dia, conforme os médicos, os óvulos são descongelados e fertilizados com sêmen de um dos parceiros. Caso use o sêmen dos dois, o embrião deve ser transferido separadamente. É proibido mix de embriões.
4. Escolhe-se o melhor embrião, um ou dois, do mesmo material genético e transfere ao útero. 12 dias depois realiza-se o teste de gravidez.
5. A gravidez quando acontece desenvolve-se normalmente e a via de parto deve ser escolhida pelo paciente e médico.
6. Durante o pré-natal, o casal deve procurar um cartório de registro e levar toda a documentação para registro, conforme o Conselho

6. Durante o pré-natal, o casal deve procurar um cartório de registro e levar toda a documentação para registro, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o aviso de nascimento, é só ir ao cartório e registrar em nome dos pais biológicos



Com barriga de aluguel, jovem realiza sonho da paternidade ao ter casal de filhos

Cuidados jurídicos

Francisco José Cahali, especialista em Direito de Família e Sucessões, comenta que a resolução do CFM de 2017, tem sido o norte jurídico para o procedimento. Ele explicou mais pontos:

- Não pode existir qualquer caráter lucrativo ou comercial na cessão do útero, reforça o especialista.
- Comprovação de empecilho na gestação direta, ou relação homossexual entre o casal que pretende a paternidade/maternidade.
- A cedente do útero (que seguirá na gestação) deve ser parente de um dos parceiros, até quarto grau: (1º primeiro grau – pais e filhos), (2º grau – avós e irmãos), (3º grau – tios e sobrinhos) e (4º grau – primos).
- É possível a gestação por quem não é da família de um dos parceiros, mediante a autorização do Conselho Regional de Medicina.
- Dentre outros documentos, deve haver o termo de consentimento assinado pelas partes envolvidas, expressando a manifestação de vontade de todos com a gestação por substituição; relatório médico com o perfil psicológico, atestando adequação clínica e emocional de todos os envolvidos; termo de Compromisso entre os pacientes e a cedente temporária, estabelecendo claramente a questão da filiação da criança; compromisso do registro civil da criança pelos pacientes (pai, mãe ou pais genéticos), devendo esta documentação ser providenciada durante a gravidez; e aprovação do cônjuge ou companheiro, apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável.

O especialista orienta que é preciso checar com antecedência o histórico de

O especialista orienta que é preciso checar com antecedência o histórico de clínicas e profissionais e seguir os procedimentos previstos na resolução para se evitar problemas emocionais, brigas judiciais no futuro e faz um alerta.

“Porém, na ‘inseminação caseira’, ou desrespeitadas as regras, haverá um complexo debate a respeito da identificação da paternidade/maternidade, onde os protagonistas certamente se envolverão em longas e demoradas disputas judiciais de finais incertos”, destaca.

Existe o Projeto de Lei do Senado nº 90/1999 sobre a regulamentação das técnicas de reprodução assistida no organismo de mulheres receptoras, diz Stephanie Aguiar dos Santos, advogada da área de Direito Médico. No entanto, segue há décadas sob análise na Câmara dos Deputados.

“O texto prevê a proibição da gestação de substituição em seu artigo 3º, mas recebeu severas críticas quanto a este aspecto. De fato, o que se constata no existente contexto nacional é que, inobstante as normativas do Conselho Federal de Medicina, a prática da gestação por substituição, além de exigir condições específicas, não pode ser realizada de maneira comercial”.

ANEXO 3 “SOU BARRIGA SOLIDÁRIA PELA SEGUNDA VEZ EM DOIS ANOS”, FOLHA DE S.PAULO

'Sou barriga solidária pela segunda vez em dois anos'

Luciene Alves de Melo, de 38 anos, está ajudando a segunda amiga a realizar o sonho de ser mãe; procedimento é diferente da barriga de aluguel por não ter fins lucrativos



Luciene se ofereceu para ser barriga solidária e gerar o filho de amiga - Arquivo pessoal

F DÊ UM CONTEÚDO



newsletter f5

Digite seu e-mail



28.mai.2023 às 9h00

SIMONE MACHADO

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) **BBC NEWS BRASIL** Duas gestações solidárias para duas amigas. Primeiro, a maquiadora Luciene Alves de Melo, de 38 anos, se ofereceu para ser barriga solidária para uma amiga que teve câncer e não poderia passar por uma gestação.

A moradora de Goiânia diz que não pensou duas vezes. Filha adotiva, doadora de sangue, de medula óssea e também de óvulos, a maquiadora afirma que desde muito pequena se dedica a ajudar outras

teve câncer e não poderia passar por uma gestação.

A moradora de Goiânia diz que não pensou duas vezes. Filha adotiva, doadora de sangue, de medula óssea e também de óvulos, a maquiadora afirma que desde muito pequena se dedica a ajudar outras pessoas.

"Já tinha ouvido falar, por cima, sobre barriga solidária. Essa minha amiga já tinha um filho gerado dessa maneira e sonhava em completar a família tendo um segundo filho. Ela tinha um último embrião e precisava de alguém para gestar para ela", conta. A criança, de quem Luciene é madrinha, nasceu em 2022 e completou um ano em abril.



O procedimento de gestação de substituição, popularmente conhecido como barriga solidária, é diferente da chamada barriga de aluguel, quando existe um interesse financeiro por trás da gestação e não autorizada no Brasil.

A gestação de substituição não tem fins lucrativos e é prevista em resolução do Conselho Federal de Medicina, que busca garantir mais segurança nos procedimentos quanto para as pessoas envolvidas (Veja mais detalhes abaixo).

"A cessão temporária do útero não pode ter caráter lucrativo ou comercial e a clínica de reprodução não pode intermediar a escolha da cedente", diz trecho da resolução.

Ainda conforme a norma, a gestação de substituição pode ser realizada por familiares de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até 4º grau (mãe ou filha, avó, irmã, tia, sobrinha e prima). Caso contrário, como na situação de Luciene, é preciso uma autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM).

Para obter essa autorização, é necessário um laudo psiquiátrico e exames médicos que comprovem a boa saúde da mulher que vai gestar a criança. A autorização demora em torno de dois meses para ser emitida pelo órgão, prazo que pode variar conforme o estado em que foi solicitada.

"É importante fazer avaliações para saber se a mulher está apta a passar pelo processo de gestar e depois lidar com o esvaziamento uterino, sabendo que o filho não é dela. É algo possível, mas que precisa ser trabalhado para preservar a saúde dessa mulher no futuro", explica Carolina Hanna, psiquiatra do

ser trabalhado para preservar a saúde dessa mulher no futuro”, explica Carolina Hanna, psiquiatra do Hospital Sírio-Libanês.

“Esse acompanhamento pode ser mais ou menos intensivo, dependendo do suporte social e familiar que essa mulher tiver. Caso aconteça, até pela questão hormonal, uma situação pós-parto delicada, ela pode contar com um amparo.”

NOVA GESTAÇÃO

Um ano após o nascimento do afilhado, Luciene está gestando mais um menino, para outra amiga que não pode engravidar por ter nascido com problemas no útero.

“Sempre sonhei em poder ajudar duas mães através da barriga solidária, mas não esperava que fosse tão próxima uma gestação da outra. Quando recebi o convite dessa outra amiga para gestar o filho que ela tanto sonha, fiquei surpresa e muito feliz”, comenta.

Todo o procedimento teve que ser realizado mais uma vez junto ao CRM. Luciene passou por avaliação psiquiátrica e médica, que atestaram boas condições para uma nova gravidez. O procedimento foi feito em janeiro, e a maquiadora está no quarto mês de gestação.

“Para mim, estar grávida nunca foi difícil. Na minha cabeça, sei que aquele bebê não é meu. A maior dificuldade é no puerpério, porque os hormônios colocam em cheque a nossa razão e nossos sentimentos. Por isso é importante fazer todo o acompanhamento psicológico correto até um ano após o nascimento do bebê”, diz a maquiadora.

Luciene é mãe de um rapaz de 18 anos e diz que não pretende gerar mais crianças através do procedimento de gestação de substituição.

COMO É O PROCEDIMENTO

O procedimento é realizado por meio de fertilização in vitro (FIV), técnica de reprodução assistida feita em laboratórios e clínicas autorizadas.

Nesse processo, é feita a união do espermatozoide do pai com o óvulo da mãe, em laboratório, para formação do embrião que depois é introduzido no útero de substituição. O material genético da mulher que vai gestar o bebê não é utilizado no procedimento.

A idade máxima das candidatas à gestação por técnicas de reprodução assistida é de 50 anos.

“As exceções a esse limite são aceitas com base em critérios técnicos e científicos, fundamentados pelo médico responsável, sobre a ausência de comorbidades não relacionadas à infertilidade da mulher e após esclarecimento ao(s) candidato(s) sobre os riscos envolvidos para a paciente e para os descendentes eventualmente gerados a partir da intervenção, respeitando a autonomia da paciente e do médico”, detalha a resolução.

REGRAS PARA BARRIGA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, as regras para a gestação de substituição, ou barriga solidária, estão descritas na resolução 2.320/2022 do Conselho Federal de Medicina. Ela detalha que:

A cedente temporária do útero deve:

- Ter ao menos um filho vivo;
- Pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau (primeiro grau: pais e filhos; segundo grau: avós e irmãos; terceiro grau: tios e sobrinhos; quarto grau: primos);
- Caso não seja familiar até o quarto grau, deverá ser solicitada autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM).

Nas clínicas de reprodução assistida, os seguintes documentos e observações devem constar no prontuário da paciente, segundo o CFM:

- Termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pacientes e pela cedente temporária do útero, contemplando aspectos biopsicossociais e riscos envolvidos no ciclo gravídico-puerperal, bem como aspectos legais da filiação;
- Relatório médico atestando a adequação da saúde física e mental de todos os envolvidos;
- Termo de Compromisso entre o(s) paciente(s) e a cedente temporária do útero que receberá o embrião em seu útero, estabelecendo claramente a questão da filiação da criança;
- Compromisso, por parte do(s) paciente(s) contratante(s) de serviços de reprodução assistida, públicos ou privados, com tratamento e acompanhamento médico, inclusive por equipes multidisciplinares, se necessário, à mulher que ceder temporariamente o útero, até o puerpério;
- Compromisso do registro civil da criança pelos pacientes, devendo essa documentação ser providenciada durante a gravidez;
- Aprovação do(a) cônjuge ou companheiro(a), apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável.

ANEXO 4 “MULHERES SEM ÚTERO RECORREM A BARRIGAS SOLIDÁRIAS E ADOÇÃO PARA SEREM MÃES”, FOLHA DE S.PAULO

MATERNIDADE

Mulheres sem útero recorrem a barrigas solidárias e adoção para serem mães

Síndrome congênita que afeta 1 em cada 5.000 mulheres ainda é cercada de sofrimento e desinformação



Cláudia Collucci

SÃO PAULO Aos 14 anos, a designer de interiores Thaysa Godoy, 44, de Belo Horizonte, soube que não tinha útero quando a mãe a levou ao médico para investigar a ausência da menstruação.

"Foi um baque, chorei muito, mas o médico foi muito sábio ao me dizer: 'Não estou falando que você não será mãe, apenas que você não vai poder gerar. Você ovula, quem sabe a sua mãe não gera para você?'"





A designer de interiores Thaysa Godoy, com a mãe, Dayse, 67, e as filhas Ana Victoria, 4, e Isadora, 12, em seu apartamento em Belo Horizonte - Alexandre Rezende/Folhapress

Já a assistente social Márcia Marques, 47, de Goiânia, recebeu a notícia de forma brusca, aos 17 anos, durante um ultrassom. "O técnico me olhou e falou: 'O médico já te disse que você não tem útero e que nunca vai poder ser mãe?'"

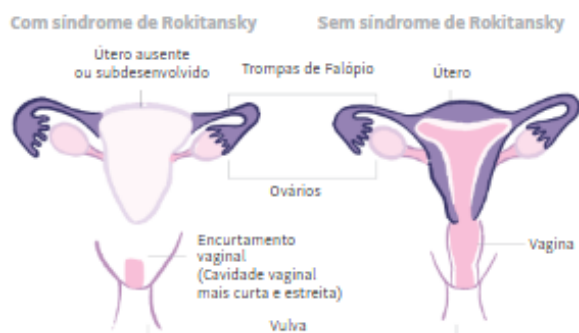
Márcia já tinha feito um primeiro ultrassom aos 15 anos, devido à falta de menstruação, mas, à época, o médico apenas comentou que ela tinha um útero infantil e receitou hormônios por dois anos como tratamento, o que a levou a acreditar que havia solução para o problema.

Assim como ocorreu com Thaysa e Márcia, o diagnóstico da síndrome de Rokitansky, caracterizada pela ausência de útero e/ou do canal vaginal afeta 1 em cada 5.000 mulheres e ainda causa muito sofrimento, dúvidas e desinformação.

Mas muitas delas se tornam mães por meio de adoção ou de barrigas solidárias, permitidas no Brasil quando não envolve negociação financeira. Nos últimos anos, o transplante de útero também se tornou uma alternativa possível, embora ainda pouco frequente.

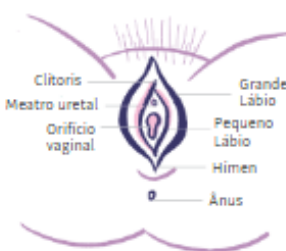
Saiba mais sobre a síndrome de Rokitansky

Síndrome congênita que afeta o sistema reprodutivo feminino ainda nos primeiros meses de vida fetal de **uma a cada 5.000 mulheres**. Os órgãos genitais começam a crescer, mas não se desenvolvem completamente, afetando principalmente a formação do útero e do canal vaginal



O útero pode estar ausente ou ser muito pequeno. O canal vaginal (caminho entre o útero e a vulva) é mais curto e mais estreito do que o habitual, podendo também estar ausente

A genitália externa, a vulva (clitórís, canal urinário, pequenos e grandes lábios, hímen) e ânus têm desenvolvimento normal, assim como os ovários e as trompas de Falópio (conduto que leva o óvulo do ovário ao útero)



Há dois tipos:

- **Tipo I** afeta apenas os órgãos reprodutores, com incidência

- **Tipo I**, afeta apenas os órgãos reprodutores, com incidência em uma a cada 5.000 mulheres;
- **Tipo II**, com associações de alterações sistêmicas, em outros órgãos, com incidência em uma a cada 10 mil a 15 mil mulheres

Como é o tratamento

Dilatadores vaginais O uso diário de dilatador vaginal é a primeira medida a ser indicada no fim da adolescência. Sob orientação de um ginecologista, a mulher usará dispositivos plásticos de diferentes tamanhos e de forma gradual e progressiva. O tratamento varia entre seis e 12 meses



Cirurgia Chamadas de cirurgias de construção da vagina (vaginoplastia ou neovaginoplastia), são indicadas para casos em que o uso de dilatadores não funciona

Fonte: Instituto Roki

No Brasil, há apenas um relato sobre esse tipo de transplante que tenha resultado em gravidez. Ocorreu em 2016, no Hospital das Clínicas de São Paulo. Uma mulher com a síndrome de Rokitansky recebeu o útero de uma doadora com morte cerebral, engravidou logo depois e [teve o bebê em dezembro de 2017](#). Nos Estados Unidos, ao menos [33 mulheres receberam transplante de útero entre 2016 e 2021](#).

Thaysa fez [fertilização in vitro \(FIV\)](#) aos 30 anos e contou com a barriga da mãe, Dayse, para gerar a filha Isadora, hoje com 12 anos. Na época, ela estava casada havia quatro anos com Luiz Frederico.

Na FIV, mãe e filha fizeram tratamento hormonal. Thaysa, para produzir mais óvulos que depois foram fertilizados com os

Na FIV, mãe e filha fizeram tratamento hormonal. Thaysa, para produzir mais óvulos que depois foram fertilizados com os espermatozoides do marido; a mãe, para preparar o útero para a gestação. A gravidez foi confirmada na terceira tentativa. Dayse tinha 55 anos e já estava na menopausa.

1 / 6 Mulheres sem útero se tornam mães por barriga solidária e adoção



Dayse, mãe de Thaysa Godoy com as filhas Ana Victoria, 4, e Isadora, 12. Aos 14 anos, a designer de interiores Thaysa, 44, de Belo Horizonte... [MAIS](#) ▾



"Quando eu peguei o Beta [HCG] positivo, foi muita emoção. Minha mãe teve que me acudir. Meu marido brincava dizendo que tinha engravidado a sogra."

Cinco anos após o nascimento de Isadora, o casal decidiu ter um segundo filho, usando embriões que haviam ficado congelados. Mas dessa vez foi a cunhada de Thaysa, Ana Carolina, que emprestou a barriga para a gestação. Foram três tentativas frustradas.

Um novo tratamento foi feito, e a confirmação da gravidez veio na segunda tentativa. "Dessa vez foi totalmente diferente porque minha cunhada mora no interior de Minas. Ela só me mandava fotos dos ultrassons. Tive que desapegar muito do processo."

Quarenta dias antes do parto, Thaysa começou a estimulação para produzir leite. Na primeira gravidez, ela não havia conseguido amamentar a filha. "Quando Ana Victória nasceu, agarrei nela feito uma leoa. Amamentei por seis meses e meio. Foi maravilhoso. Eu precisava viver isso."



Márcia conta que quando teve o diagnóstico da ausência de útero estava namorando o atual marido, o instrutor de trânsito Weber Gomes da Gosta, havia um mês. "Minha autoestima ficou muito abalada. Passei dias me escondendo dele para não contar, só chorava."

Mas quando soube, o namorado a apoiou de imediato. "Ele disse: 'Se você precisasse de um pulmão, de um coração, seria mais complicado. Mas tem muitas crianças precisando de um pai e de uma mãe, vamos casar e adotar.'"

Com três anos de casados, o casal entrou na fila de adoção, e Vinícius chegou dois anos depois. Tinha cinco meses de idade. "Ele trouxe toda a realização que eu esperava como mãe, preencheu meu coração e é uma alegria muito grande nas nossas vidas."

Com o filho, que hoje tem 21 anos, já crescido, Márcia decidiu voltar a estudar e, aos 40 anos, formou-se em serviço social. Tornou-se também uma das pioneiras do ativismo sobre a síndrome de Rokitansky no Brasil. Mantém uma página no Instagram para a troca de experiências e de conhecimentos com outras mulheres.

A dermatologista Claudia Melotti, 52, soube que não tinha útero aos 14 anos, mas só teve o diagnóstico da síndrome aos 20. "A sorte foi ter uma mãe maravilhosa que lá na década de 1980 me disse: 'Cláudia, você vai ser mãe se quiser, quando você decidir, da forma que escolher.'"

Ela conta que a dúvida se seria ou não mãe persistiu até os 47 anos, quando decidiu que não teria filhos. "Exerço a maternagem como médica, como tia, como filha, como amiga, em todas as minhas relações. Sei da janela de oportunidades que uma mulher tem de ser mãe, mas eu também sei da beleza que é não ter filhos."

Há três anos, ela e outras duas mulheres, a administradora Luciana Leite e a filha Isabella Leite Barros, uma jovem que também nasceu sem útero, decidiram criar o Instituto Roki para reunir informações adequadas sobre a síndrome de Rokitansky, as formas de tratamento e de acesso a ele.

"Temos relatos terríveis de médicos desrespeitosos com as meninas ou que até as orientaram inadequadamente. É uma minoria, claro, mas temos até o caso de um médico que orientou a menina a fazer a dilatação [do canal vaginal] com uma caneta Bic", conta Cláudia.

Sem informação adequada, ela diz que uma garota dilatou, por engano, o canal da uretra (de onde sai a urina), localizado um pouco acima da abertura do canal vaginal. "Ela perdeu o esfíncter urinário e hoje usa fraldas. Muitas mulheres não têm a cultura do conhecimento do nosso corpo."

Entre as frentes do Instituto Roki está a construção de uma rede de profissionais de saúde conhecedores da síndrome. "Por ser uma doença rara, muitas vezes fica ali numa aula isolada e, se o aluno [de medicina ou de outra área da saúde] não prestou atenção, nem sabe o que significa."

Ela explica que além da ausência do útero e do canal vaginal, até 1 em cada 15 mil mulheres têm um outro tipo dessa síndrome, que pode causar também comprometimentos ósseo, cardíaco e renal. O instituto também oferece terapia e grupos de apoio em todo o país.

1 / 6 Mulheres fazem cirurgia com pele de tilápia para reconstruir canal vaginal



Profissional mostra pele de tilápia que será usada em cirurgia de reconstrução do canal vaginal Viktor Braga/UFC Informa

Segundo Cláudia, muitas meninas se preocupam mais com a impossibilidade de gestação do que com os problemas causados pelo encurtamento do canal vaginal, como dor e sangramento nas relações sexuais. O problema pode ser resolvido com dilatação ou mesmo cirurgias de [reconstrução do canal vaginal](#).

"No nosso grupo, ouvimos relatos de meninas que estavam deprimidas, e que agora, com mais informações, se sentem melhor, estão conseguindo olhar para a maternidade e optar pela adoção, barriga solidária ou até se sentirem calmas e seguras para não ter filhos."

ANEXO 5 “MULHER ACEITA SER BARRIGA SOLIDÁRIA DE AMIGOS NO RS:
'CARREGO O SONHO DE PESSOAS QUE AMO'”, FOLHA DE S.PAULO

Mulher aceita ser barriga solidária de amigos no RS: 'Carrego o sonho de pessoas que amo'

Apesar de parentesco ser uma das condições para gestar filhos nessa situação, CRM pode autorizar que outras pessoas sejam doadoras

F DE UM CONTEÚDO



Isabella Menon

SÃO PAULO O fotógrafo Mikael Bitencourt, 35, conheceu a amiga e comerciária Jéssica Konig, 31, há nove anos para uma sessão de fotos. Ali, ele contou que o maior sonho da sua vida era se tornar pai. E ela, em tom de brincadeira, disse que gestaria o bebê para ele e o marido, que vivem em Imbé, cidade localizada a 130 quilômetros de Porto Alegre.

Na época, eles riram e nem imaginaram que ela, de fato, um dia cederia sua barriga para carregar uma filha para Mikael e seu marido, Jarbas Bitencourt, 48.





Mikael Bitencourt (à esq.) e o marido, Jarbas Bitencourt, com a amiga Jéssica König, 31, que se ofereceu para ser barriga solidária e agora gesta a filha Antonella, a filha do casal - Daniel Marenco/Daniel Marenco/Folhapress

Após uma breve separação e uma festa de casamento, o casal se sentiu pronto para dar início a um processo de adoção. Na época, eles souberam de uma jovem que estava grávida e dizia que não queria criar a criança.

Mikael e o marido buscaram advogados para entender como poderiam ficar com aquele bebê —a adoção consensual, quando a mãe biológica escolhe os pais adotivos para a criança, é autorizada no Brasil, mas o processo deve ser acompanhado pela Vara da Família e não pode envolver recursos financeiros.

Diante da expectativa, o casal passou a levar a gestante para consultas. Também fizeram um chá de bebê com 80 pessoas, montaram um quartinho e escolheram até os padrinhos da criança.



Poucas semanas antes do parto, eles receberam a notícia de que a gestante tinha desistido de entregar o filho. "Desabei. Foi um desespero", lembra Mikael.

Foi nesse momento difícil que Jéssica, que já era uma grande amiga do casal, foi até a casa deles e retomou a [conversa da barriga solidária](#). "Eu tenho o que vocês precisam e empresto minha barriga para vocês", disse.

1 / 5 Barriga solidária: Amiga aceita gestar filho para casal de amigos



A cessão temporária de útero —popularmente conhecida como barriga solidária— é regulamentada pelo CFM (Conselho Federal de [Medicina](#)), cujas resoluções são seguidas pela Justiça.

A primeira condição é que mulher pertença à família de um dos parceiros. Em casos excepcionais, pessoas fora dessa lista podem emprestar a barriga mediante autorização do CRM (Conselho Regional de Medicina). Além disso, o processo não pode ter caráter lucrativo, e a clínica de reprodução não pode intermediar a escolha da cedente.

A mulher que se voluntaria para ser barriga solidária deve ter ao menos um filho e, se casada, é obrigada a apresentar a autorização do cônjuge.

Advogado da área da saúde e professor de bioética e direito, Paulo André Stein Messetti explica que o CFM autoriza desde 1992 a prática da barriga solidária.

Em 2013, a alternativa foi ampliada aos [casais homoafetivos](#) e ganhou limite de idade de 50 anos para a doadora temporária do útero. Também foi estabelecida a impossibilidade de interrupção da gravidez —[com exceção dos casos legais](#), como risco para a vida da gestante— e inserida obrigatoriedade da garantia de atendimento médico e multidisciplinar para a doadora do útero, até o puerpério, pelos contratantes da reprodução assistida.

Em 2021, pessoas transgênero foram incluídas expressamente na resolução como destinatários possíveis das técnicas.

Daiane Pagliarin, médica especialista em reprodução assistida, diz que nos últimos cinco anos tem havido um aumento de homens solteiros e casais compostos por dois homens que buscam por esse tipo de tratamento. Procurado pela reportagem, o CFM não soube informar

Adelino Amaral, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida e membro da Câmara Técnica de Reprodução Assistida do CFM, pondera que a barriga solidária ainda é raridade nas clínicas. Ele calcula que, nos últimos três anos, a unidade em que trabalha tratou de apenas dois casos.

Segundo ele, é raro CRM barrar algum pedido de autorização dessa gestação, e a negativa costuma acontecer quando o conselho desconfia de que há indícios de vantagem financeira.

Quando Jéssica, Mikael e Jarbas procuraram uma clínica de reprodução assistida para entender o procedimento, uma médica perguntou se eles tinham doação de óvulo. "A gente nem sabia o que era óvulo. Dissemos que tínhamos boleto para pagar, mas óvulo não", conta aos risos Jarbas, que hoje diz ser capaz de dar palestra sobre reprodução assistida.

A autorização do CRM levou cinco meses e veio em agosto do ano passado. O óvulo escolhido para a gestação foi o da irmã de Mikael, e o espermatozoide foi de Jarbas. Assim, o bebê terá o material genético dos dois pais.

Após a implantação do embrião em Jéssica, levaria mais 15 dias para saber se o procedimento foi bem-sucedido. Ansiosa, ela fez o exame antes do tempo estipulado e veio o positivo.

Preparou então uma surpresa para o casal e levou até a casa deles uma caixa com um bilhete escrito: "o positivo mais esperado do ano chegou".

Agora, os dois pais preparam a chegada de Antonella, que deve nascer em maio. Jéssica relata que sua única preocupação era que seus dois filhos, de 5 e 6 anos, compreendessem que a bebê que ela carrega não

filhos, de 5 e 6 anos, compreendessem que a bebê que ela carrega não será irmã deles —os pequenos, porém, entenderam a situação logo de cara.

Jéssica afirma que essa gestação é completamente diferente das outras duas que já teve. "Estou carregando o sonho de duas pessoas que eu amo, o meu sonho eu já tive, que são meus filhos", diz.

"Quando a Antonella nascer, ela vai compor uma família linda", afirma, emocionada. "Um assunto que falamos há nove anos hoje se tornou realidade."

ANEXO 6 “BARRIGA SOLIDÁRIA DE CUNHADA GERA BEBÊ DE MULHER QUE REMOVEU ÚTERO AO TRATAR CÂNCER, EM JAPIRA: 'É SÓ GRATIDÃO'”, G1

Barriga solidária de cunhada gera bebê de mulher que removeu útero ao tratar câncer, em Japira: 'É só gratidão'

A cunhada foi a responsável por gestar a Isis, de dois meses. Entenda como é feito o procedimento de fertilização de casos semelhantes.

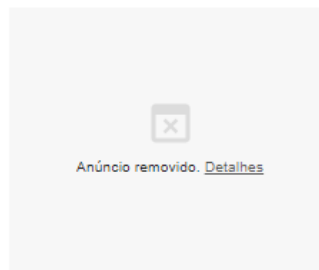
Por g1 PR e RPC Ponta Grossa
07/02/2023 17h55 · Atualizado há um ano



Paranaense gera bebê como barriga solidária para cunhada

O sonho de um casal de **Japira**, no norte pioneiro do Paraná, foi realizado após decidir gerar a filha no útero da cunhada, como barriga solidária. O processo contou com ajuda de fertilização in vitro. **Entenda o procedimento mais abaixo.**

Thuany Aparecida da Silva descobriu que tinha um tumor maligno e precisou retirar o útero. O tratamento incluiu 26 sessões de radioterapia.



- Compartilhe no WhatsApp
- Compartilhe no Telegram

"Foi morrendo o nosso sonho de ter um bebê. Eu falei para o meu marido: 'Vamos buscar uma outra alternativa'. Foi aí que descobrimos o procedimento da FIV [fertilização in vitro]", relatou.

Triste por não conseguir gerar o tão sonhado bebê, Thuany compartilhou a história com a cunhada, Rafaela Maria da Silva, e explicou que teria que encontrar uma barriga solidária para gerar o bebê.

"Eu conversei com meu marido e decidi fazer. [...] Eu tive esse sentimento dentro de mim", contou Rafaela.



Isis ainda no processo de gestação — Foto: Arquivo pessoal

Leia também:

- **Inseminação intrauterina, fertilização in vitro: qual método é mais eficaz e o que está disponível no SUS?**
- **Terremoto: Ex-BBB Kaysar viaja para perto da família após**

O casal tentou fazer o procedimento pouco antes da pandemia da Covid-19, mas precisaram esperar dois anos para gerar a criança. Em janeiro de 2021, Rafaela foi considerada apta a ser barriga solidária.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Após meses de preparação para a chegada da Isis, a criança nasceu em dezembro de 2022, forte e saudável. O parto foi acompanhado pelos pais Thuany e David Henrique.

"É só gratidão que a gente sente", expressou Thuany.

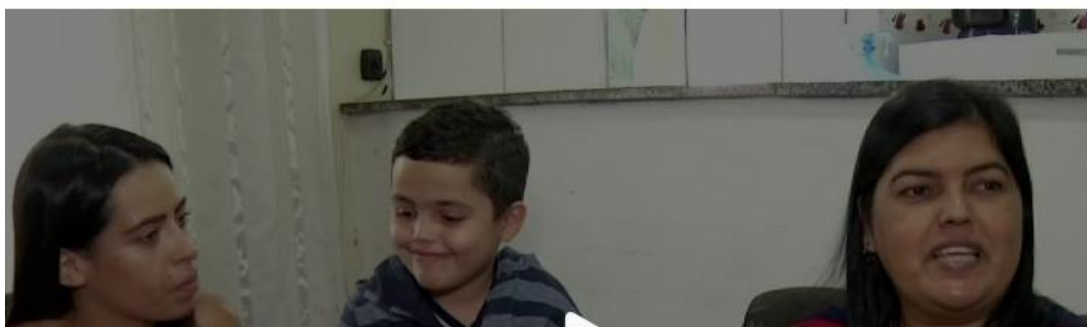


ANEXO 7 “MULHER EMPRESTA BARRIGA PARA GERAR FILHO DA IRMÃ QUE NÃO PODE ENGRAVIDAR: 'ESTAMOS REALIZANDO ESSE SONHO’”, g1

Mulher empresta barriga para gerar filho da irmã que não pode engravidar: 'Estamos realizando esse sonho'

Mariane, moradora do distrito de Lídice, em Rio Claro, foi diagnosticada com a síndrome de Rokitansky aos 17 anos e por isso não consegue engravidar. Com a ajuda da irmã, Geseiele, ela e o marido vão se tornar pais.

Por Anderson Patrick — Rio Claro
13/05/2023 16h10 · Atualizado há um ano



O sonho de Mariane Carvalho de ser mãe se tornou realidade graças à ajuda da irmã, Geseiele Carvalho, que se ofereceu para gerar o sobrinho como barriga solidária no distrito de Lídice, em **Rio Claro (RJ)**.

"É o que eu falo para a minha irmã todos os dias: nunca em toda a minha vida terei uma palavra para definir o quanto ela é importante para mim. Por ela estar passando por tudo junto comigo", disse Mariane.

Aos 17 anos, Mariane foi diagnosticada com a síndrome de Rokitansky, uma doença rara que afeta o sistema reprodutor das mulheres e provoca má formação do útero.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Por causa do problema de saúde, ela não consegue engravidar. Geseiele não pensou duas vezes ao ceder o útero para que a irmã realizasse o sonho de ser mãe.

"Quando ela descobriu que não poderia ter um filho, na mesma hora pensei 'vai ser eu' e estamos aqui realizando esse sonho", lembrou Geseiele.



No Brasil, a barriga solidária é permitida por uma norma do Conselho Federal de Medicina e pode ser feita quando uma mulher decide gerar a criança sem fins lucrativos. É necessário que exista parentesco de até quarto grau com o casal e que a barriga solidária tenha até 50 anos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Para pagar a fertilização in vitro, Mariane e a família fizeram rifas, venderam feijoada e promoveram uma festa junina. Parentes, amigos e vizinhos se uniram para ajudar a arcar com os custos do procedimento.

"Eu não esperava nunca na minha vida que receberia tanto apoio e acolhida. Toda a minha cidade ajudou, minha cidade é uma cidade pequena, mas com pessoas de coração enormes", comentou Mariane

Atualmente, Geseiele está na 14ª semana de gestação. Os pais ainda não sabem se o bebê é menina ou menino, mas ele já é muito esperado por toda família e amigos

"Ser mãe é o maior sonho da minha vida. Hoje, graças a Deus, eu estou realizando. Ser mãe é um sentimento insubstituível. Só quem é mãe sabe o que é ser mãe".



Mariane Carvalho e o marido Felipe Pereira — Foto: Arquivo pessoal